

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS

Estudo de Impacto Sócio-Económico dos Projectos de Pesca Artesanal em Cabo Verde

FICHA TÉCNICA:

TÍTULO: AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIO-ECONÓMICO DOS PROJECTOS DE PESCA
ARTESANAL EM CABO VERDE NO PERÍODO 1989 -1999

ELABORADO POR:

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS PESCAS - INDP

EQUIPA TÉCNICA:

JOSÉ AUGUSTO LOPES DA VEIGA - *MESTRE EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DAS
PESCAS E PLANIFICAÇÃO PESQUEIRA*

ANÍBAL DELGADO MEDINA - *MESTRE EM OCEANOGRÁFIA*

MARIA AUXÍLIA CORREIA - *ECONOMISTA*

ÓSCAR DAVID FONSECA MELÍCIO - *TECNÓLOGO DE PESCADO*

DORISA LIMA ÉVORA - *SOCIÓLOGA*

CONCEPÇÃO DA CAPA, PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO

JORGE NASCIMENTO - *DOCUMENTALISTA*

ENDEREÇO :

MATIOTA - MINDELO, C. POSTAL N.º 132 • S.VICENTE
REPÚBLICA DE CABO VERDE
TELEFONES 32 13 73 / 32 13 74 • FAX 32 16 16

Índice

PREAMBULO	1	RADIOGRAFIA DO SECTOR DA PESCA	
Lista de Abreviaturas	1	ARTESANAL EM 1989 – ANO DE REFERÊNCIA DA	
Lista de Tabelas	2	AVALIAÇÃO (cap. VIII)	24
Lista de Figuras e Gráficos	3	CARACTERIZAÇÃO NACIONAL DA PESCA	
INTRODUÇÃO (cap. I)	1	ARTESANAL NO PERÍODO 1989 –1999 E ANÁLISE	
1. Clima e caracterização oceanológica		DO IMPACTO DOS PROJECTOS (cap. IX)	25
de Cabo Verde	1	1. Motorização da Pesca Artesanal	25
1.1. Clima e regime das temperaturas	2	2. Botes	28
(cap. VII)	4	3. Pescadores	29
2. Demografia	3	4. Capturas	30
2.1. Crescimento populacional	4	5. Esforço de Pesca	31
3. Educação	5	6. Consumo Nacional <i>per capita</i> do pescado	33
4. Emprego	6	7. Rendimento Bruto	34
5.Saúde	7	8. Valor acrescentado Bruto (V.A.B)	35
OBJECTIVOS (CAP. II)		ABORDAGEM CRUZADA DOS PARAMETROS	
Objectivos dos projectos		(cap. X)	36
1. Projecto de desenvolvimento da Pesca	8	1. Captura por unidade de esforço (CPUE)	36
2. Projecto de apoio à Pesca Artesanal	9	2. Produtividade por pescador	37
em Santo Antão (PAPASA)	10	3. Produtividade por bote	38
3. Projecto de desenvolvimento da Pesca		4. Produtividade por engenho	39
Artesanal para as ilhas Fogo e Brava	2	5. Correlação entre o Esforço de Pesca, Taxa de	
4. Projecto de desenvolvimento da Pesca		Motorização e Produtividade por Bote	40
Artesanal (FOPESCA)	3	6. Análise do Impacto	41
5. Projecto de desenvolvimento da Pesca	6	7. Rendimento Bruto	34
Artesanal executado pela FAO	3	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES (cap.XI)	44
6. Projecto SUD/UIL	6	BIBLIOGRAFIA (cap. XII)	45
OBJECTIVO DO ESTUDO (cap. III)	10	ANEXOS (cap. XII) :	46
QUADRO RESUMO DOS PRINCIPAIS (cap. IV)	16	Gráficos e Tabelas	46
BIBLIOGRAFIA (cap. V)	17	Resumos dos principais projectos da P.A.	..
PROJECTOS DA P. ARTESANAL (cap. VI)	20	Trabalhos de campo (Contactos e entrevistas)	..
METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO (cap. VII)	21	Lista de Entidades contactadas	..
1. Aspectos operacionais	21		
1.2. Recolha	22		
1.3. Amostragem	22		
1.4. Inquérito	23		
1.5 Processamento dos dados	23		

PREÂMBULO

A escassez de recursos naturais e a natureza arquipelágica das ilhas, cedo determinaram e impuseram uma estratégia orientadora de desenvolvimento, baseada na exploração dos recursos haliêuticos vivos, como forma de garantir a ocupação, o sustento e a sobrevivência de milhares de famílias dispersas pelas ilhas e comunidades do arquipélago. Assim, estabeleceram-se os princípios e os caminhos para a consecução destes objectivos fundamentais da condição humana, sempre no intuito de se disponibilizar os meios técnicos e materiais para o exercício da actividade pesqueira.

Os esforços para o desenvolvimento da pesca artesanal em Cabo Verde tiveram o seu início efectivo após a independência, com a elaboração de planos concretos de desenvolvimento nacional onde a pesca foi ocupando lugar de destaque. Tais planos foram-se melhorando e adequando até a presente data, hoje, com objectivos e orientações filosóficas diferentes. Ao longo dos vinte e cinco anos que sucederam àquele evento histórico, foram efectuados avultados investimentos, com financiamentos provenientes das mais variadas fontes, para potencializar o desenvolvimento da pesca artesanal nas ilhas. A insuficiência de recursos financeiros internos próprios determinou com que se recorresse aos apoios da cooperação internacional através de donativos e empréstimos, em condições extremamente aliciantes. Como consequência desta necessidade, surgiram vários projectos de desenvolvimento da pesca artesanal de natureza diversa, mas todos eles orientados para a criação de condições para a prática da pesca, procurando, em consequência, maximizar os resultados globais da pesca como uma actividade produtiva primária de importância socio-económica relevante.

Este estudo propõe medir o impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal em Cabo Verde para o período compreendido entre 1988 e 1999. Em suma, pretende-se com este estudo avaliar as alterações mais significativas de natureza socio-económica (efeitos sobre as população e respectivas condições de vida), e biológica (impacto sobre os recursos haliêuticos alvos de exploração) proporcionadas pelos investimentos efectuados a nível de projectos de pesca artesanal. Os resultados deste estudo reflectem uma análise comparativa entre um momento – o essencial da realidade da pesca artesanal em 1988/1989 - que serve como ponto de referência, e as realidades subsequentes decorrentes dos projectos de desenvolvimento da pesca artesanal até 1999. Esta análise é efectuada com recurso a denominadores comuns previamente identificados e representados através de métodos quantitativos que garantam e facilitem a comparação dos indicadores de impacto e respectivas evoluções anuais durante o período em estudo.

Esta técnica de avaliação e de aferição comparativa ao longo dos doze anos, que constituem o horizonte temporal deste estudo, justifica-se pelo facto de se considerar o ano de 1988 como sendo o ano de base - **período sem projectos**. Consequentemente, o período que sucede a esta data, até 1999, é convencionalmente designado por **período com projectos**, e é caracterizado por alterações socio-económicas e biológicas relevante em relação ao convencional *status quo* de 1988/1989.

A eficiência e a eficácia dos investimentos no quadro dos projectos de pesca artesanal é de difícil aferição, isto devido à vertente social que acaba sempre por sobrepor aos mais elementares princípios de racionalidade económica e financeira. Contudo, com este estudo de impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal em Cabo Verde nos últimos doze anos procura-se, através de um exercício prático, com rigor técnico e científico, medir os resultados dos investimentos efectuados na pesca artesanal durante esse período, em termos de mudanças socio-económicas da situação das famílias dos pescadores e das comunidades piscatórias, em particular, e da população de Cabo Verde, em geral.

LISTA DE ABREVIATURAS

\$EU	<i>Dólar – Estados Unidos da América</i>
BAD	<i>Banco Africano de Desenvolvimento</i>
BCA	<i>Banco Comercial do Atlântico</i>
BCV	<i>Banco de Cabo Verde</i>
CECV	<i>Caixa Económica de Cabo Verde</i>
CITI HABITAT	<i>Centro de Investigação de Tecnologias Intermédias para o Habitat</i>
DEPA	<i>Departamento de Pesca Artesanal do Gabinete Fogo - Brava</i>
DGP	<i>Direcção Geral das Pescas</i>
ESCV	<i>Escudo (moeda de Cabo Verde)</i>
FAO	<i>Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura</i>
FDP	<i>Fundo de Desenvolvimento das Pescas</i>
FIDA	<i>Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola</i>
FOPESCA	<i>Fomento da Pesca Artesanal em Fogo e Brava (cooperação Alemã)</i>
GEP/ MTTM	<i>Gabinete de Estudos e Planeamento do MTTM</i>
GTZ	<i>Agencia Alemão de Cooperação Internacional</i>
IDEPE	<i>Instituto de Promoção do Desenvolvimento da Pesca artesanal</i>
INDP	<i>Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas</i>
INE	<i>Instituto Nacional de Estatística</i>
INIP	<i>Instituto Nacional de Investigação das Pescas</i>
JICA	<i>Agencia Japonesa de Cooperação Internacional</i>
MORABI	<i>Associação de Apoio à Auto – Promoção da Mulher no desenvolvimento</i>
MPAAR	<i>Ministério das Pescas Agricultura e Animação Rural</i>
MMAR	<i>Ministério do Mar</i>
MTTM	<i>Ministério do Turismo, Transportes e Mar</i>
OMCV	<i>Organização das Mulheres de Cabo Verde</i>
PADESA	<i>Projecto de Apoio ao Desenvolvimento de Santo Antão (cooperação holandesa)</i>
PAPASA	<i>Projecto de Apoio à Pesca Artesanal em Santo Antão (cooperação holandesa)</i>
PEAP	<i>Projecto Especial de Apoio à Pesca</i>
PNUD	<i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</i>
SUD/ UIL	<i>União de Sindicatos do Trabalho / Sul (ONG Italiana)</i>
ZEE	<i>Zona Económica Exclusiva</i>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução histórica da população total de Cabo Verde e sua distribuição por sexo	9
Tabela 2 - projecção do crescimento populacional até 2010	10
Tabela 3 – Evolução da população total de Cabo Verde por sexo (1990/97 seguida de uma projecção até 0 ano 2005	11
Tabela 4 – Análise comparativa da distribuição da população de Cabo Verde por Concelhos	12
Tabela 5 – Estrutura etária da população por sexo	13
Tabela 6 – Evolução do número de alunos por níveis de ensino	14
Tabela 7 – Evolução histórica do nível de educação dos adultos	14
Tabela 8 – Evolução estrutural da população activa de Cabo Verde entre 1990-2000	15
Tabela 9 – Taxa de mortalidade infantil (por mil)	15
Tabela 10 – Evolução de alguns indicadores de Saúde (1990-2000)	16
Tabela 11 – Cobertura nacional em termos de rede de Instituições de Saúde	16
Tabela / Gráfico 12 – Evolução da produtividade por engenhos	40
Tabela / Gráfico 13 – Correlação entre o esforço de pesca, taxa de motorização e produtividade	41
Tabela 14 – Evolução do número de motores por ilhas	47
Tabela 15 – Índice de variação de motores por ilhas	47
Tabela 16 – Evolução da taxa de motorização	49
Tabela 17 – Índice de variação da taxa de motorização	49
Tabela 18 – Evolução do número de botes	51
Tabela 19 – Índice de variação do número de botes	51
Tabela 20 – Evolução da produtividade por botes (em toneladas)	53
Tabela 21 – Índice de variação da produtividade por botes – 1989 = 100	53
Tabela 22 – Evolução do número de pescadores	55
Tabela 23 – Índice de variação do número de pescadores	55
Tabela 24 – Evolução da produtividade por pescador (em toneladas)	57

Tabela 25 – Índice de variação da produtividade por pescador – 1989 =100	57
Tabela 26 – Evolução da captura artesanal em toneladas	59
Tabela 27 – Índice de variação da captura artesanal – 1989 = 100	59
Tabela 28 – Evolução do esforço de pesca (número de viagens)	61
Tabela 29 – Índice de variação do esforço de pesca – 1989=100	61
Tabela 30 – Evolução da CPUE em toneladas/viagem	63
Tabela 31 – Índice de variação da CPUE - 1989 = 100	63
Tabela 32 – Evolução do rendimento bruto em contos	65
Tabela 33 – Índice de variação da média do rendimento bruto	65
Tabela 34 – Produtividade por engenho, por ilhas	66

LISTA DE FIGURAS E GRAFICOS

Figura 1 – Mapa do Arquipélago de Cabo Verde	7
Gráfico 1 – Gráfico da população total de Cabo Verde	9
Gráfico 2 – Gráfico do crescimento populacional até 2010	10
Gráfico 3 – Gráfico da estrutura etária	13
Gráfico 4 – Evolução anual dos motores a nível nacional	26
Gráfico 5 – Índice médio de variação dos motores, por ilhas – 1989=100	26
Gráfico 6 – Evolução anual da variação do número de botes a nível nacional	28
Gráfico 7 – Índice médio de variação dos botes, por ilhas – 1989=100	29
Gráfico 8 – Evolução anual do número de pescadores a nível nacional	29
Gráfico 9 – Índice médio de variação dos pescadores por ilhas – 1989=100	30
Gráfico 10 – Evolução anual da captura a nível nacional	31
Gráfico 11 – Índice médio de variação da captura, por ilhas – 1989=100	31
Gráfico 12 – Evolução anual do esforço de pesca a nível nacional	32
Gráfico 13 – Índice médio de variação do esforço de pesca, por ilhas – 1989=100	32
Gráfico 14 – Evolução do consumo <i>per capita</i>	33
Gráfico 15 – Evolução anual da variação do rendimento bruto da pesca artesanal	34
Gráfico 16 – Índice médio de variação do rendimento bruto, por ilhas – 1989=100	34
Gráfico 17 – Evolução anual da variação do VAB da pesca artesanal	35
Gráfico 18 – Evolução anual da variação do esforço de pesca	36
Gráfico 19 – Índice médio de variação da CPUE por ilhas, por ilhas – 1989=100	37
Gráfico 20 – Evolução anual da variação da produtividade por pescador	38
Gráfico 21 – Índice médio de variação da produtividade por pescador ...	38
Gráfico 22 – Evolução anual da variação da produtividade por bote	39
Gráfico 23 – Índice médio de variação da produtividade por bote, por ilhas – 1989=100	39
Gráfico 24 – Evolução da produtividade por engenhos	40
Gráfico 25 – Correlação entre o esforço de pesca, taxa de motorização e produtividade	41
Gráfico 26 – Índice de variação de motores por ilhas – 1989 =100	46
Gráfico 27 – Índice de variação da taxa de motorização por ilhas – 1989 =100	48
Gráfico 28 – Índice de variação do número de botes por ilhas – 1989 =100	50
Gráfico 29 – Índice de variação da produtividade por bote	52
Gráfico 30 – Índice de variação de número de pescadores 1989 =100	54
Gráfico 31 – Índice de variação da produtividade por pescador	56

Gráfico 32 – Índice de variação das capturas por ilhas	58
Gráfico 33 – Índice de variação do esforço de pesca	60
Gráfico 34 – Índice de variação da CPUE – 1989 =100	62
Gráfico 35 – Índice de variação da média do rendimento bruto	64

ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

A avaliação de projectos de desenvolvimento é, independentemente da natureza dos projectos, um exercício contínuo que deve ser efectuado rotineiramente pelos próprios responsáveis, mas também, e periodicamente, por especialistas independentes, com o intuito de, através dos arquivos e registos existentes nos projectos, verificar e comparar o estado de avanço deste com o documento de planificação que constitui a base de orientação e o documento de estratégia do projecto. A constatação de quaisquer desvios em relação ao plano ou matriz do projecto deve, imediatamente ser corrigido pelo gestor, tendo sempre em vista a consecução dos objectivos traçados, bem como a sua adequação ao contexto em que o projecto está sendo executado.

À luz do conceito de planificação sustentável, os objectivos globais de desenvolvimento são, necessariamente, alcançados pela consecução dos objectivos dos projectos a níveis sectoriais e sub-sectoriais, sendo a performance destes, um factor determinante do desenvolvimento socio-económico, ambiental, político e cultural dos grupos-alvo. Trata-se de um processo que visa, num determinado horizonte temporal e, segundo determinadas estratégias e princípios de actuação, minimizar ou eliminar constrangimentos básicos identificados num determinado contexto de desenvolvimento económico e social de uma comunidade.

A decisão de elaboração do presente estudo decorre da necessidade das instituições de administração, gestão e promoção do desenvolvimento, conhecerem efectivamente os impactos socio-económicos e biológicos causados essencialmente pela intervenção dos mais diversos projectos de pesca artesanal no País. A importância deste sector encontra-se registada nas estatísticas oficiais. Ela é retractada não só pela contribuição dos seus desembarques na produção pesqueira nacional, ou pela sua contribuição, como fonte de proteína animal, para a segurança alimentar nacional, como também pela quantidade da mão de obra que absorve, directa e indirectamente, fazendo com que muitos milhares de cabo-verdianos vivam e dependam, quase que exclusivamente, desta actividade económica.

O propósito deste estudo enquadra-se na necessidade de se aprofundar os conhecimentos existentes sobre o ambiente socio-económico e biológico em que a pesca artesanal se desenvolve, por imputação dos investimentos nela efectuados. Esse aprofundar de conhecimentos irá permitir, através de uma recolha exaustiva de informações no terreno, e do seu respectivo tratamento, completar a base de dados existente e permitir a elaboração de projecções futuras do desenvolvimento da pesca artesanal em bases mais sustentáveis. Os resultados constituem um elemento fundamental de diagnóstico e de orientação estratégica das políticas de desenvolvimento do sector, permitindo, de entre outros, o desenho do quadro das políticas e acções estratégicas tendentes a melhorar as condições sociais e económicas dos principais operadores das pescas e das comunidades piscatórias. A sua oportunidade justifica-se pelo facto de ser realizado num momento importante que se pode considerar charneira entre dois planos nacionais de desenvolvimento (PND 1997-2000 já concluído e PND 2001-2005 em fase de elaboração).

Num contexto particular do sector das pescas em Cabo Verde, em que a maioria significativa dos projectos de desenvolvimento e de apoio institucional chegaram ao fim em 1999/2000, com tal enquadramento depreende-se ainda, com clareza, que, em função das orientações políticas e da importância estratégica reservada à pesca artesanal no quadro da política nacional de desenvolvimento, os resultados desta avaliação, as suas conclusões e as suas recomendações poderão constituir bases de referência nas negociações futuras e nos acordos entre Cabo Verde e os nossos parceiros de desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O arquipélago de Cabo Verde fica situado entre 14° 50' - 17° 20' de latitude Norte e, entre 22° 40' - 25° 30' de longitude Oeste, aproximadamente 600 Km da costa ocidental africana, 1 350 milhas marítimas a leste do Brasil e a 2 750 milhas a SW da Grã Bretanha.

Constituída por dez ilhas e cinco ilhéus, todas de origem vulcânica, o arquipélago é, de acordo com a natureza dos ventos alísios dominantes, dividido em dois grupos:

- Ilhas de Barlavento compreendendo: Santo Antão, S. Vivente S. Nicolau, Santa Luzia, Sal e Boavista.
- Ilhas de Sotavento compreendendo: Maio, Santiago, Fogo e Brava.

A superfície total da sua ZEE (Zona Económica Exclusiva) é de 734,265 Km² (Bravo de Laguna, 1985) e a extensão das costas é de 2 000 Km (este número precisa ser confirmado!).

Mapa do Arquipélago de Cabo Verde



Figura 1

Fonte: Internet

1. CLIMA E CARACTERIZAÇÃO OCEANOGRÁFICA DE CABO VERDE

1.1. Clima e regime das temperaturas

As ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde, situam-se numa faixa de climas áridos e semiáridos, em plena zona saheliana, no domínio dos ventos alísios de Nordeste entre as altas pressões subtropicais do Atlântico e as baixas pressões equatoriais da Frente Inter-Tropical.

O clima é tropical seco, caracterizado por uma estação seca e fria de Dezembro a Março, uma estação de transição de Abril à Maio e uma estação quente e húmida de Julho à Novembro. A temperatura média do ar varia entre os 22°C e 27°C nas estações fria e quente respectivamente.

Quanto à oceanografia, o arquipélago caracteriza-se, pela sua localização na parte sul da corrente das Canárias. As águas de superfície são constituídas até a isobata de 200 m de duas massas de água, respectivamente de origem Norte e Sul Atlântico, uma de salinidade superior a 36, e outra de salinidade inferior; entre os 200-600 m apresenta uma massa de ar resultante da mistura das duas massas de água; entre 600-1000 m apresenta águas d origem Antártica intermédia (a citação mais correcta deverá ser aquela que faz menção ao último cruzeiro de oceanografia em 1998).

(Enriquecer)

2. Demografia

2.1. Crescimento Populacional

A população mundial tem vindo a crescer exponencialmente, resultando em consequências drásticas, nomeadamente a fome e o agravamento da pobreza crónica de milhões de pessoas espalhadas pelos países mais pobres do globo.

A população de Cabo Verde tem vindo a aumentar a um ritmo considerável. As taxas de crescimento da população que nas décadas de 80 e 90 eram de 1.7% e 1.6% respectivamente, atingiram em 1998 valores equivalentes a 2.7%, pesando embora uma taxa de mortalidade infantil de 0.48%. Actualmente, e de acordo com os resultados do último senso, estima-se uma taxa de crescimento médio anual de 2.2%, resultante de uma elevada fecundidade, cerca de quatro crianças por mulher¹, uma reduzida taxa de mortalidade e uma emigração que tende a diminuir de forma significativa.

¹ Inquérito sobre a saúde reprodutiva

*Evolução histórica da população total de Cabo Verde e
sua distribuição em % por sexo*

<i>Ano</i>	<i>População</i>	<i>% Homens</i>	<i>% Mulheres</i>
1990	341.491	47.3	52.7
1991	349.689	47.3	52.7
1992	358.273	47.4	52.6
1993	367.228	47.4	52.6
1994	376.537	47.5	52.5
1995	386.184	47.5	52.5
1996	396.173	47.6	52.4
1997	406.513	47.6	52.4
1998	417.200	47.7	52.3
1999	428.230	47.7	52.3
2000	439.601	47.8	52.2

TABELA 1

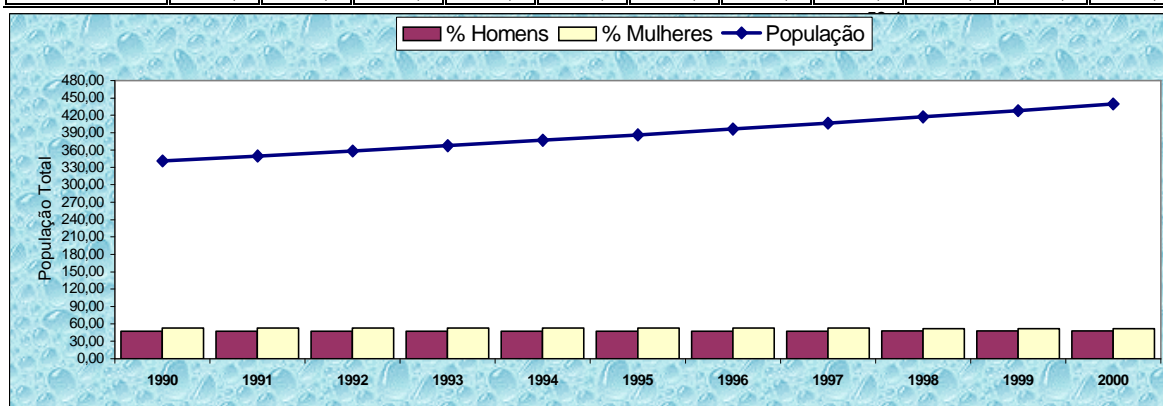
Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

Natureza: Dados Oficiais

Da análise destes números pode-se perfeitamente confirmar o crescimento acelerado da população de Cabo Verde com relevância para uma percentagem superior do sexo feminino na ordem dos 6%. De uma forma geral e a nível nacional, a população tem vindo a aumentar consideravelmente ano após ano, não obstante as diminuições substanciais das taxas de crescimento natural. Isto deve-se em parte, à diminuição da taxa da mortalidade infantil.

Evolução histórica da população total de Cabo Verde e sua distribuição em % por sexo - GRÁFICO 1 -

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
População	341,49	349,69	358,27	367,23	376,54	386,18	396,17	406,51	417,20	428,23	439,60
% Homens	47,30	47,30	47,40	47,40	47,50	47,50	47,60	47,60	47,70	47,70	47,80
% Mulheres	52,70	52,70	52,60	52,60	52,50	52,50	52,40	52,40	52,30	52,30	52,20



Por outro lado, as projecções de crescimento natural efectuadas, com base numa taxa média de crescimento natural de 1.2% na década 2.000 – 2010 apontam para um aumento da população na ordem dos 12,6%, o que representa um valor nominal de 56.000 habitantes. De salientar que prevê-se para o ano 2010 uma taxa de mortalidade infantil equivalente a 0.28%. A representação destes dados encontra-se na tabela nº2

Projecção do crescimento populacional até o ano 2010

<i>Anos</i>	<i>População</i>
2000	439.601
<i>2001</i>	444.876
<i>2002</i>	450.214
<i>2003</i>	455.616
<i>2004</i>	461.083
<i>2005</i>	466.616
<i>2006</i>	472.215
<i>2007</i>	477.882
<i>2008</i>	483.617
<i>2009</i>	489.420
<i>2010</i>	495.293

TABELA 2

Fonte: Projecção feita pela equipa
Natureza : Dados n/oficiais

A apresentação gráfica dos dados apresentados na tabela acima indicado elucidam melhor a dinâmica de crescimento da população.

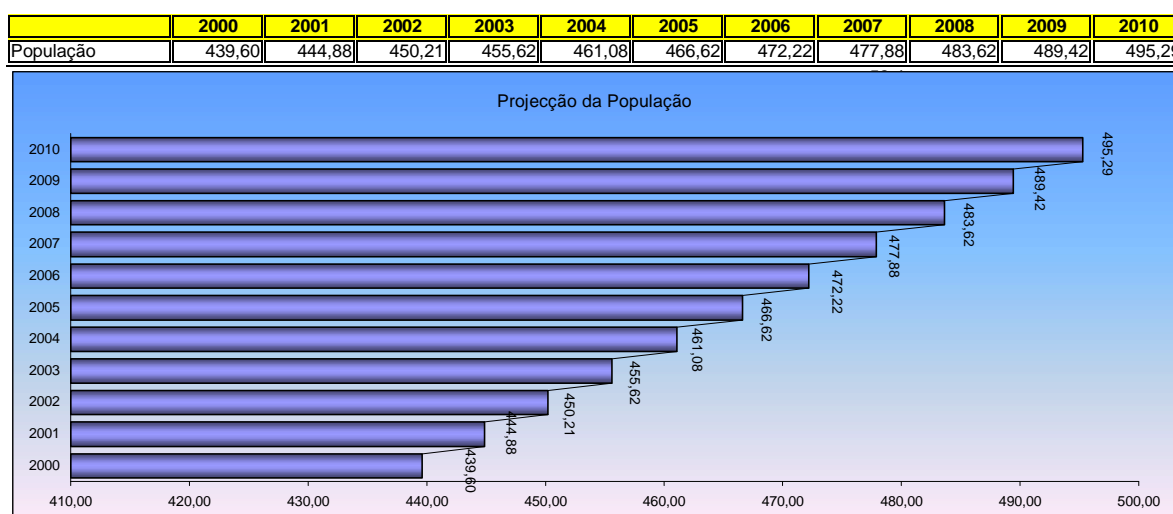


GRÁFICO 2

A distribuição por sexo da população cabo-verdiana demonstra uma clara predominância das mulheres em relação aos homens. Por outro lado, geograficamente nota-se que uma maior proporção da população encontram-se nas zonas rurais, apesar de se verificar ao longo dos anos um grande e constante aumento da população urbana provocado pelo fenómeno do êxodo rural.

Evolução da população total de Cabo Verde por sexo (1990-97)

seguida de uma projecção até o ano 2005

Anos	População Urbana			População Rural			Proporção
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Urb./Rur.
1990	71891	78708	150599	89604	101288	190892	78.89225
1991	75001	81998	156999	90541	102181	192722	81.46397
1992	78251	85425	163676	91633	103111	194744	84.04675
1993	81648	88998	170646	92540	104067	196607	86.79549
1994	85201	92723	177924	93580	105041	198621	89.57965
1995	88919	96610	185529	94634	106022	200656	92.46123
1996	92796	100653	193449	95708	107016	202724	95.42481
1997	96827	104846	201673	96809	108031	204840	98.45392
1998	101019	109197	210216	97927	109057	206984	101.5615
1999	105382	113715	219097	99051	110082	209133	104.7644
2000	109925	118408	228333	100170	111098	211268	108.0774
2001	114636	123266	237902	101284	112106	213390	111.4869
2002	119510	128284	247794	102401	113112	215513	114.9787
2003	124563	133476	258039	103520	114115	217635	118.565
2004	129612	138856	268468	104640	115111	219751	122.1692
2005	135275	144436	279711	105759	116099	221858	126.0766

TABELA 3

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas
Natureza : Dados oficiais

A análise gráfica do crescimento da população é mais elucidativa, conforme se depreende do gráfico nº 3

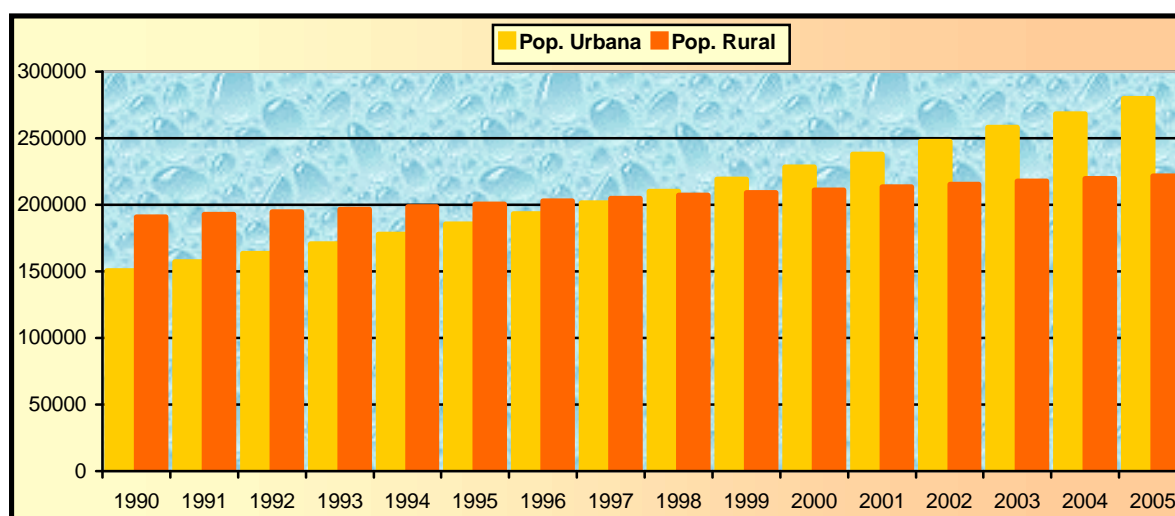


GRÁFICO Nº3

A interpretação cuidada dos dados da tabela nº3 evidencia ainda um facto curioso: a análise comparativa das proporções entre o número de mulheres e o de homens a nível nacional e a nível das zonas rurais e urbanas demonstra a superioridade numérica das mulheres em relação aos homens apesar dessa superioridade ter estado a decrescer consideravelmente ao longo dos últimos dez anos. Essa diferença é de aproximadamente 6%, o que em termos absolutos significa um número considerável. Deduz-se que isto deve-se à emigração dos homens em maior número e ainda ao facto de após os quarenta anos a taxa de mortalidade nos homens ser mais elevada do que nas mulheres.

Todavia, uma visão mais clara e mais representativa do peso e do crescimento populacional no País é, também, apresentada através da sua distribuição por concelhos o que facilita uma melhor compreensão da realidade nacional e da dinâmica populacional no espaço geográfico nacional e inter-concelhos. A tabela seguinte elucida esse fenómeno:

*Análise comparativa da distribuição da população de Cabo Verde, por Concelhos***TABELA 4**

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas -

Natureza: Dados oficiais

A análise destes dados apontam para um fenómeno de certa forma alarmante que se traduz no facto dos concelhos da Praia, S. Vicente e Santa Catarina albergarem no ano 2000 cerca de 52% da população do País.

A tendência de evolução e mobilização da população no futuro, irá agravar ainda mais, aumentando a proporção da população nestes três concelhos para valores ainda superiores caso medidas concretas não forem assumidas.

Uma análise mais rigorosa dos dados representados na tabela 2 revela-nos ainda que a proporção

da população nacional no ano 2000, tem vindo a diminuir em todos os concelhos à excepção da Praia, S. Vicente e Sal. Isto demonstra que o êxodo rural é cada vez mais intenso para os núcleos populacionais urbanos mais atractivos.

A nível das ilhas do norte, a migração é feita para S. Vicente e a nível do Sul para o concelho da Praia.

Por outro lado, a estrutura etária da população é determinada pelos dados abaixo indicados referentes ao ano de 1998.

CONCELHOS	1990	%	2000	%
<i>Rib. Grande</i>	20.851	6.10	21.560	5.00
<i>Paul</i>	8.121	2.40	8.325	1.92
<i>Porto Novo</i>	14.873	4.40	17.239	3.97
<i>São Vicente</i>	51.277	15.00	67.844	15.60
<i>São Nicolau</i>	13.665	4.00	13.536	3.11
<i>Sal</i>	7.715	2.30	14.792	3.40
<i>Boa Vista</i>	3.452	1.00	4.193	0.96
<i>Maio</i>	4.969	1.50	6.742	1.55
<i>Praia</i>	82.802	24.20	106.052	24.39
<i>Sta. Catarina</i>	41.584	12.20	49.970	11.49
<i>Santa Cruz</i>	25.892	7.60	32.822	7.55
<i>Tarrafal</i>	25.413	7.40	18.059	4.15
<i>Fogo</i>	33.902	9.90	37.409	8.60
<i>Brava</i>	6.975	2.00	6.820	1.57
<i>Total do País</i>	341.491	100	434.812	100

Estrutura etária da população por sexo

<i>Idade</i>	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>00-04</i>	65.384	32.986	32.398
<i>05-09</i>	62.497	31.488	31.009
<i>10-14</i>	54.851	27.701	27.150
<i>15-19</i>	41.925	21.076	20.849
<i>20-24</i>	29.822	14.349	15.473
<i>25-29</i>	24.065	11.962	12.103
<i>30-34</i>	26.805	13.390	13.415
<i>35-39</i>	22.991	10.886	12.105
<i>40-44</i>	15.310	6.130	9.180
<i>45-49</i>	8.826	3.472	5.354
<i>50-54</i>	5.439	2.286	3.153
<i>55-59</i>	7.806	2.932	4.874
<i>60-64</i>	9.735	3.700	6.035
<i>65-69</i>	8.551	3.444	5.107
<i>70-74</i>	6.174	2.536	3.638
<i>75-79</i>	3.705	1.546	2.159
<i>80+</i>	5.971	2.239	3.732

TABELA 5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Natureza : Dados oficiais

A população de Cabo Verde é muito jovem como se pode ver pelo gráfico da estrutura etária do ano de 1998 onde aproximadamente 67% da população encontram-se no escalão de idade inferior a 30 anos.

De salientar que a densidade populacional estimada para o ano 2000 é de 101,1 hab./km, geograficamente distribuída de uma forma regular.

Gráfico da Estrutura etária da população, por sexo

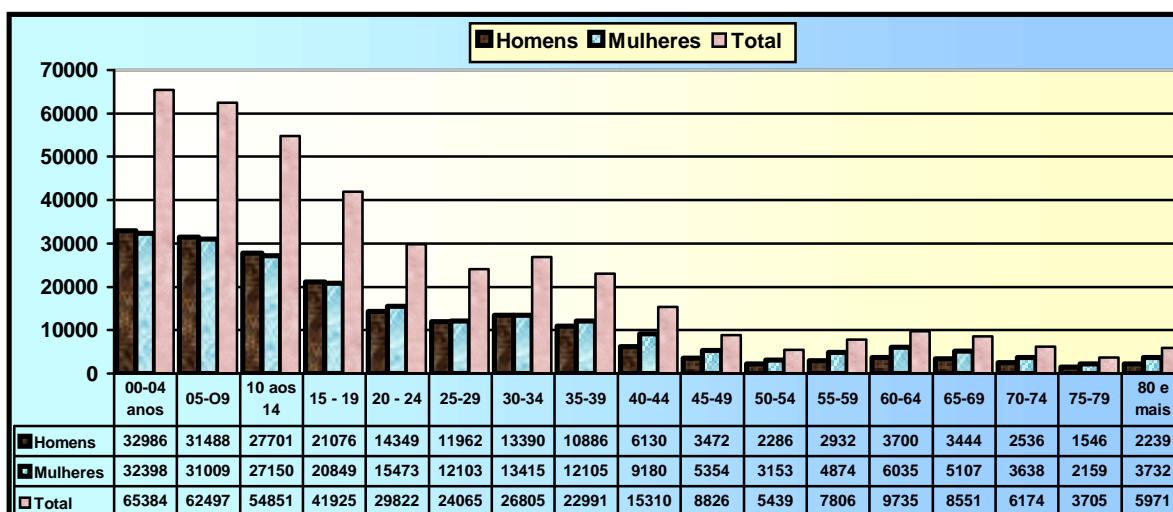


GRÁFICO Nº 4

3. Educação

A instrução da população foi desde muito cedo reconhecida como uma das vias de ascensão económica e social e o analfabetismo, correctamente visto, como um dos factores fundamentais e determinantes da pobreza. Nesta óptica, o processo de instrução teve como estratégia, abranger cada vez maior número de pessoas nas idades pré-escolares e escolares, como também os adultos através de programa específicos de alfabetização.

Cabo verde tem uma elevada cobertura escolar com uma taxa bruta de escolarização de 64% para mulheres e 81% para homens, em 1995. A nível do ensino básico integrado, em 1998, cerca de 97% dos rapazes e 96% das raparigas encontravam-se a frequentar o sistema de ensino.

No que concerne aos níveis de educação e alfabetização, a situação do País encontra-se expressa na tabela que se segue.

Evolução do número de alunos por níveis de ensino

Nível de Ensino	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96
<i>Básico</i>	69.823	72.301	73.527	78.173	83.946	87.374
<i>Secund./Liceal</i>	8.687	10.108	11.065	11.279	13.436	15.447
<i>Secund. Técnico</i>	881	1.149	1.176	1.400	1.585	1.465
<i>Ano Zero</i>	-----	204	250	529	651	787
<i>Inst.</i>	138	166	331	394	549	559
<i>Pedagógico</i>						
<i>Inst. Superior</i>	100	117	184	236	289	248
TOTAL	79.629	84.045	86.533	92.011	100.456	105.880

TABELA Nº6

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

Natureza : Dados oficiais

O aumento progressivo do número de alunos a todos os níveis de ensino e ao longo dos anos está directamente relacionado com o crescimento da população e com a sua consequente estrutura etária. No ano de 1996 esse número correspondia a 27,31% da população total de Cabo Verde.

A nível de alfabetização esforços tem sido envidado a vários níveis com o intuito de aumentar o nível de alfabetização de adultos através de programas nacionais de alfabetização de adultos que segundo os dados disponíveis foram de grande sucesso. Aliás, a taxa de alfabetização tem aumentado consideravelmente de ano para ano. De 1990 a 1995 foram alfabetizados cerca de 20.507 adultos o que corresponde a 5,3% da população total do País no ano de 1995 (ver a tabela seguinte.. Comparando com os dados de 1998, esse número de adultos alfabetizados corresponde a 13,6% da população total de Cabo Verde na faixa etária entre os 20 e 64 anos.

Evolução histórica do nível de educação dos adultos

<i>Alfabetização</i>	<i>1990</i>	<i>1991</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>
<i>Educação Adultos</i>	8.004	5.844	1.977	1.267	1.509	1.906

TABELA 7

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

Natureza : Dados oficiais

O orçamento para o sector da educação no ano de 1998 foi equivalente a 17,71% do orçamento do estado, o que representa uma variação positiva de 4,71% em relação ao ano de 1980.

4. Emprego

A população potencialmente activa (....% da força de trabalho) de Cabo Verde, estimada em 1990 era de..., distribuídos pelos seguintes ramos de actividade. sector primário 31.4%, sector secundário 73%e sector terciário 39.3% de seguinte forma

Durante o período 1999-2000 foram criados mais de.... empregos fundamentalmente no sector...

Tem-se assistido uma evolução estrutural da população activa, e esta retracta em parte o esforço de investimento (principalmente na formação superior dos quadros) no sector terciário em detrimento dos sectores secundários e primários.

Evolução estrutural da população activa de cabo verde entre 1990-2000

<i>Ano</i>	<i>Sector primário</i>	<i>Sector secundário</i>	<i>Sector terciário</i>
<i>1990</i>			
<i>2000</i>			

TABELA 8

A taxa de desemprego é de 25,6%(3 trimestre de 1999) e atinge principalmente a camada jovem e feminina.

5. Saúde

O estado da saúde em Cabo Verde tem vindo a evoluir progressivamente de ano para ano. Foram criados estabelecimentos e infra-estruturas de saúde em todas as ilhas e concelhos do País e o número de médicos e técnicos de saúde tem também vindo a aumentar graças a uma especial atenção concedida à vertente formação para a saúde.

Considera-se a taxa de mortalidade infantil um indicador importante do nível de qualidade das populações. Os dados seguintes apontam para uma redução considerável da taxa de mortalidade infantil.

Taxa de mortalidade infantil (por mil)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Óbitos	437	738	745	636	651	516	611	442	420
Taxa	35,5	53,7	52,1	44,6	45,1	35,5	42	30,6	29,1

TABELA 9

Fonte : Ministério de Saúde – GEP, Estatísticas

Natureza : Oficial

Como se pode verificar, a taxa da mortalidade infantil reduziu-se para níveis razoáveis no ano de 1999. As maiores taxas de mortalidade infantil se registaram nos anos de 1992 e 1993. Nos anos subsequentes essa taxa tem diminuído a um ritmo bastante satisfatório.

A tabela seguinte demonstra também os esforços efectuados na formação de médicos e na criação de infraestruturas por forma a acompanhar a taxa de crescimento da população.

Evolução De Alguns Indicadores De Saúde (1990 – 1999)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Médicos/Habitante	2118	n/d	n/d	n/d	3629	2770	2627	2675	2526	n/d
Camas/Habitantes	593	n/d	n/d	537	501	466	n/d	513	n/d	569

TABELA 10

Fonte : Ministério de Saúde – GEP, Estatísticas

Natureza : Oficial

Nota-se que o número de médicos e camas por habitantes tem vindo a aumentar, não obstante o crescimento populacional como se verifica no quadro acima.

A nível nacional, e durante o ano 2000 a cobertura nacional em termos de rede de Instituições de saúde está representada na tabela em baixo. Como se pode ver, em todos os concelhos do País foram construído estabelecimentos de saúde.

TABELA 11

	H. C.	H. R.	C. S.	C. PMI	P.S.	U.S.B.
Ribeira Grande	0	1	0	1	3	8
Paul	0	0	1	0	2	3
P. Novo	0	0	1	0	3	7
S. Vicente	1	0	2	1	1	3
S. Nicolau	0	0	2	0	2	9
Sal	0	0	1	0	1	2
Boavista	0	0	1	0	1	4
Maio	0	0	1	0	1	5
Calheta	0	0	1	0	0	4
Tarrafal	0	0	1	0	0	6
S. Catarina	0	1	1	1	1	9
S. Cruz	0	0	1	0	2	9
Praia	1	0	3	1	1	8
S. Domingos	0	0	1	0	0	5
Mosteiros	0	0	1	0	0	4
S. Filipe	0	1	0	1	2	4
Brava	0	0	1	0	1	3
TOTAL	2	3	19	5	21	93

Actualmente, em todas os concelhos do País se encontram Instituições de saúde designadamente, Hospitais Centrais (H.C.), Hospitais Regionais (H.R.), Centros de Saúde (C.S.), Centros de Protecção Materno-Infantil (C. PMI), Postos de Saúde (P.S.) e Unidades de Saúde de Base (U.S.B.). O número total de Instituição de saúde a nível nacional eleva-se a 143. Os concelhos com maior número de Instituições de saúde são os da Praia, S. Catarina e S. Nicolau enquanto que os com menor cobertura são os do Sal, Calheta, Mosteiros e Brava.

A percentagem do orçamento do estado destinado à saúde foi em 1998 equivalente a 9,80%.

OBJECTIVOS :

A planificação do desenvolvimento nacional é feita através de planos pluri-anuais elaborados pelo governo e submetidos à aprovação da Assembleia Nacional Popular. A determinação dos objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) obedece a uma lógica vertical e no sentido de cima para baixo originando, dessa forma uma cadeia de causa efeito dos diferentes níveis de objectivos. Assim, o objectivo de desenvolvimento nacional define os objectivos sectoriais e sub-sectoriais, que por sua vez, são definidos pelo grau de eficiência na consecução dos objectivos dos diferentes projectos desenvolvidos a esse nível. Dito de uma forma diferente e simplista, a eficiente execução dos projectos constitui uma garantia de um elevado grau de *performance* sub-sectorial e sectorial que, em última instância, se traduz na consecução do objectivo do PND e da consequente melhoria socio-económica do País.

É nesse contexto e lógica que, no âmbito deste estudo, se apresentam os objectivos do PND, conforme definido neste documento, assim como os objectivos dos principais projectos de pesca artesanal enquadrados dentro do quadro de políticas e orientações estratégicas previamente estabelecidos.

O Plano Nacional de Desenvolvimento (1997 – 2000) no seu Programa de desenvolvimento das pesca define os seguintes objectivos fundamentais :

- Aumentar o ritmo de crescimento anual das capturas verificado nos últimos quatro anos, mas dentro dos limites de sustentabilidade avaliados para cada espécie.
- Expandir progressivamente a área de actividade, para além da nossa ZEE.
- Aumentar a produção industrial.
- Aumentar as exportações do sector.
- Aumentar o emprego nas pescas.

1. Objectivo dos Projectos :

A grande variedade dos projectos de pesca artesanal implementados no País, nos últimos dez anos, induz-nos, por uma questão prática, a somente ter em conta os objectivos dos mais importantes. Essa importância é manifestada pelo volume de financiamentos e pelos grupos alvos envolvidos. Assim, consideram-se os projectos a seguir indicados :

1.1 Projecto de desenvolvimento da pesca artesanal (BAD/FIDA).

- Melhoria do abastecimento do pescado a nível do País
- Manutenção dos níveis de exportação do pescado com vista a evitar uma redução dos rendimentos em termos de divisas.
- Melhoria da qualidade de vida nas comunidades piscatórias

1.2. Projecto de Apoio à Pesca Artesanal de Santo Antão (PAPASA)

- Melhoramento das condições de vida dos operadores.
- Aumento da produção do pescado,
- Melhoramento das condições de comercialização do pescado fresco e processado.

1. 3. Projecto de Pesca Artesanal para as ilhas do Fogo e Brava

1. 4. Projecto de Pesca artesanal FOPESCA

Objectivos superior

- Aumentar a produção artesanal nas ilhas do Fogo e da Brava
- Capacitação dos pescadores e empresas de prestação de serviços para o desempenho cabal das suas funções.
- Melhorar as condições e os circuitos de comercialização do pescado nas ilhas do Fogo e da Brava.

1. 5. Projecto de Desenvolvimento de Pesca executado pela FAO

Primeira fase :

- Utilização e valorização optimal dos produtos haliêuticos.

Segunda Fase : (Fase Preparatória)

Objectivos Globais

Aumento da produção haliêutica,

A utilização e a valorização óptimo dos produtos da pesca em benefício principal da população residente mas também para exportação, para o desenvolvimento do sector da pesca artesanal numa base económica sustentável e duradouro.

Objectivos Imediatos :

Elaboração de um programa de investigação e desenvolvimento para o sector de produção

Elaboração de um programa de melhoramento e desenvolvimento da comercialização de produtos da pesca consumidos no país e para exportação.

Elaboração de uma estrutura de assistência técnica de investigação e formação profissional adequada ao sector.

Elaboração de um sector de produção e transformação mais eficiente.

Segunda Fase : (Fase Principal)

Objectivo de Longo Prazo

Aumento as vantagens económicas e sociais proveniente da exploração dos recursos haliêuticos sob jurisdição nacional com vista a proporcionar uma melhor satisfação das necessidades em proteínas de origem animal.

Aumento de entrada de divisas no país através das exportações de pescado.

Objectivo Imediato

- Reforço da capacidade institucional do INDP em diferentes níveis funcionais por forma a estar apto a executar os programas de investigação haliêutica e de promoção de desenvolvimento do sector das pescas numa base sólido e sustentável.

Segunda Fase : (Fase de Prolongamento)

Objectivo de Longo Prazo

- Aumento duradouro dos benefícios sociais e económicos resultantes da exploração artesanal dos recursos aquáticos de cabo Verde.

Objectivo Imediato

- Promoção efectiva do desenvolvimento da planificação, e o aumento da pesca artesanal sob a orientação de uma instituição governamental capaz e eficaz. Ou seja o objectivo imediato do projecto continuou a ser de apoio institucional mas numa outra perspectiva.

1. 6. Projecto SUD/UiI

Objectivos

- Melhoramento das infra-estruturas de apoio à pesca existentes.
- Melhoramento das condições de comercialização de pescado.
- Melhoria dos meios de transporte marítimo e terrestre com o intuito de apoiar a comercialização de pescado.
- Criação de infra-estruturas de apoio à pesca.
- Formação dos operadores da pesca e do pessoal para a gestão das novas infra estruturas.

Objectivo da Avaliação :

A avaliação de impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal em Cabo Verde nos últimos doze anos, que este estudo apresenta, tem por objectivo medir de forma mais clara e directa possível os resultados dos projectos de pesca artesanal durante esse período, considerando os parâmetros biológicos dos recursos haliêuticos-alvo e os parâmetros sócio-económicos das populações directamente envolvidas.

Além deste objectivo directo, o estudo tem ainda o propósito de, através de métodos específicos de recolha de dados contribuir para a formação de uma base de dados mais completa capaz de permitir aos órgãos responsáveis pela planificação da pesca artesanal efectuar projecções de desenvolvimento deste sub-sector em bases racionais e sustentáveis através de correcções e eliminações dos erros e desvios cometidos no passado.

A importância deste estudo deverá ainda reflectir-se numa mudança positiva de estratégia e de orientação na administração e gestão do sector, visando uma maior eficiência e eficácia no processo de planificação e implementação dos projectos de pesca artesanal.

QUADRO RESUMO DOS PRINCIPAIS PROJECTOS DE PESCA ARTESANAL

1. *Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (BAD/FIDA)*

1.1 GENERALIDADES

O Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal teve o seu início efectivo em 1988 e previa, inicialmente, contemplar e envolver seis comunidades piscatórias específicas da ilha de Santiago com grandes dificuldades sócio-económicas, nomeadamente as de Porto Mosquito, Cidade Velha, Achada Ponta, Pedra Badejo, Rincão e Chão Bom.

Apesar de, inicialmente, o projecto ter sido concebido para intervir geograficamente nestas seis comunidades piscatórias, o mesmo acabou por ter uma intervenção nacional muito forte em quase todas as suas componentes, com atenção especial para os a distribuição de motores for a de borda.

FICHA DO PROJECTO

TABELA 12

1. País e Identificação do Projecto	República de Cabo Verde: Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal.
2. Área de Implementação	Ilha de Santiago
3. Financiador	Banco Africano de Desenvolvimento e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, PNUD e Governo de Cabo Verde.
4. Natureza	Empréstimo
5. Condições	Preferenciais (BAD)
6. Descrição	O Projecto consiste em : atribuição de uma linha de crédito a Cabo Verde para a aquisição de materiais de pesca, embarcações melhoradas, motores fora de borda, construção de barcos, compra de veículos e equipamentos, construção de um entreposto frigorífico, construção de seis centros – técnico e sociais, construção da sede do Projecto, assistência técnica etc....
7. Custo Total	14, 823 Milhões de U.C.F. = 1, 252.492 Contos
• Devisas	13, 650 Milhões de U.C.F. = 1, 153.377 Contos
• Moeda Local	1, 650 Milhões de U.C.F. = 139.419 Contos
8. Financiamento	
• BAD	6, 10 Milhões de U.C.F. = 515.429 Contos
• FIDA	6, 10 Milhões de U.C.F. = 515.429 Contos
• PNUD	1,0 Milhão de U.C.F. = 84.497 Contos
• Governo de Cabo Verde	1,650 Milhão de U.C.F. = 139.419 Contos

1 UCF = 84,4965 ECV

3. OBJECTIVOS :

- Melhoria do abastecimento do pescado a nível do País
- Manutenção dos níveis de exportação do pescado com vista a evitar uma redução dos rendimentos em termos de divisas.
- Melhoria da qualidade de vida nas comunidades piscatórias

4. COMPONENTES DO PROJECTO E DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTAL

Com vista a se alcançar os objectivos traçados o Projecto estabeleceu a implementação e realização das seguintes componentes conforme as rubricas e os orçamentos abaixo indicados.

COMPONENTES	MONTANTE (U.C.F.)	MONTANTE (E.C.V.)
<i> Materiais de Pesca</i>	966.000	81,623.619
<i>Embarcações Melhoradas</i>	3,014.000	254,672.451
<i>Motores for a de borda</i>	711.000	60,077.012
<i>Construções e Infra-estruturas</i>	495.000	41,825.768
<i>Equipamentos e Veículos</i>	1,000.000	84,496.500
<i>Entrepasto Frigorífico</i>	1,588.000	134,180.442
<i>Assistência Técnica</i>	754.000	63,710.361
<i>Assistência Técnica PNUD</i>	767.000	64,808.816
<i>Pessoal Nacional</i>	454.000	38,361.411
<i>Manutenção e Funcionamento</i>	456.000	38,530.404
<i>Imprevistos</i>	1,489.000	125,815.289
<i>Outros</i>	3,162.000	267,177.933

TABELA 13

5. REALIZAÇÕES MAIS IMPORTANTES

O período inicialmente previsto para a implementação do Projecto era de trinta e seis meses, devendo assim o término do Projecto acontecer em 1991/92. Contudo, por razões injustificáveis, não foi possível o seu término nesta data e foi assim prorrogado para o mês de Dezembro de 2000.

A gestão do Projecto começou a ser feita pelo IDEPE e com a extinção deste o INDP assumiu a sua gestão. Actualmente, por exigência do BAD, o Projecto está sendo gerido pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Mar.

O Projecto nos seus nove anos de existência conseguiu as seguintes realizações :

5.1 Materiais de Pesca

O Projecto efectuou duas importações de materiais de pesca diversos através de concurso internacional. Esses materiais foram distribuídos através de venda directa e a crédito para todas as ilhas do País.

5.2 Embarcações melhoradas

5.2.1 Barcos de 11 metros

Após os resultados do Concurso Internacional aprovado pelo BAD, o Projecto importou em 1992/1993, uma série de 20 barcos de 11 metros em polyester reforçado em fibra de vidro que foram distribuídos aos armadores nacionais mediante uma selecção prévia. De salientar que, antes desta importação em série, havia sido importado pelo mesmo projecto dois protótipos sendo 1 de 10 e outro de 11 metros de comprimento.

O custo CIF de cada um dos barcos é de 17.250 milhões de escudos cabo-verdianos. Todavia estes barcos foram adquiridos pelos armadores nacionais por um valor unitário de 12,750 milhões de escudos cabo-verdianos, graças a um subsídio a fundo perdido de 25% atribuído pelo Governo. As condições de financiamento previamente acordadas com as instituições bancárias foram as seguintes:

Investimento por parte do armador seleccionado	12.750 contos
Autofinanciamento	10%
Crédito Bancário	90%
Taxa de juros bonificado	8%

De salientar que na grande maioria dos seleccionados não foi possível o autofinanciamento dos 10% exigidos. Assim, e para se avançar com o processo de distribuição e consequente operação das embarcações muitos conseguiram o barco sob a promessa de depois efectuarem o autofinanciamento.

5.2.2 Embarcações de 6,5 metros

O documento do Projecto previa a construção, por carpinteiros navais nacionais, de 33 embarcações de seis metros e meio em madeira. Mais tarde, decidiu-se superiormente que uma missão deveria deslocar-se ao BAD a fim de discutir a possibilidade de construí-las em fibra de vidro localmente. A proposta foi apresentada ao Banco, devidamente fundamentada e acabou por merecer a aprovação desta Instituição.

Os recursos financeiros para essa construção foram desbloqueados pelo Banco, mas entretanto, a concretização de tal actividade nunca se efectivou, pois esses recursos foram desviados sem autorização do Banco para outras actividades.

5.3 Motores fora de borda

Directamente da empresa japonesa YAMAHA, o Projecto importou 1060 motores fora de borda, compreendendo motores de 5, 8, 15, 25 e 40 HP, em três fases distintas. Os motores foram distribuídos/vendidos pelo INDP aos operadores da pesca artesanal a nível nacional.

5.4 Construção de infra-estruturas

Nesta componente encontram-se inseridas a construção da Sede do IDEPE depois Sede da delegação do INDP e a construção de seis Centro Técnico-Sociais.

Sede do IDEPE / Delegação do INDP

O terreno para a sua construção foi adquirido junto à Câmara Municipal da Praia e os Projectos de arquitectura e estabilidade elaborados. Depois de muita negociação, o Banco acabou por não financiar tal construção alegando que encontrava-se sobre-dimensionado.

Centros Técnicos e Sociais

Previra-se no documento de base do Projecto a construção de seis CTS(s) nas seguintes comunidades :

- Porto Mosquito
- Cidade Velha
- Achada Ponta
- Pedra Badejo
- Chão Bom
- Rincão

Não obstante isto, só foram construídos quatro CTS(s) nas comunidades piscatórias de Achada Ponta, Porto Mosquito, Pedra Badejo e Chão Bom. Esses centros já se encontram prontos e a sua gestão irá ser feita por uma ONG, a MORABI. Os restantes centros ficaram por construir devido a problemas de vária ordem.

5.5 Equipamentos e veículos

Em termos de equipamentos, o Projecto adquiriu todos os mobiliários e equipamentos de frio para os quatro CTS (s).

Foram ainda adquiridos duas viaturas TOYOTA 4x4.

5.6 Entrepasto Frigorífico, Mobiliário, Materiais e Equipamentos.

O entreposto frigorífico do Porto da Praia constitui também uma das grandes realizações do Projecto de Pesca Artesanal BAD/FIDA. Foi construída pela empresa nórdica CERKEM, na sequência de um concurso internacional. Para além do entreposto frigorífico, o Projecto fez ainda a aquisição por Concurso Internacional de todos os materiais e equipamentos indispensáveis para o seu funcionamento.

5.7 Formação

Várias actividades de formação informal nos mais diversos domínios, designadamente, em tecnologia de pesca, em tratamento e conservação do pescado em gelo etc, foram levadas a cabo pelo Projecto. Essas actividades eram realizadas nas próprias comunidades piscatórias, por forma a permitir um maior engajamento e envolvimento dos próprios pescadores.

5.8 Realizações financeiras.

O projecto detém actualmente uma taxa de realização superior a 80%, conforme dados não oficiais.

2. *Projecto de Apoio à Pesca Artesanal em S. Antão (PAPASA)*

2.1 GENERALIDADES:

O acordo de cooperação entre os governos de Cabo Verde e Holanda foi assinado em 1978 e previa um financiamento de 2.000.000 USD. O projecto foi implementado em três fases bem distintas :

- *Primeira Fase (1980 – 1985)*

Corresponde a fase de implantação e construção das infra-estruturas na ilha de S. Antão.

- *Segunda Fase (1986-1988)*

É a fase durante a qual houve uma interrupção do financiamento por parte do governo holandês, mas que contou com o apoio financeiro da Direcção Geral das Pescas.

- *Terceira fase (1989 – 1993)*

Durante esta fase verificaram-se alguns problemas, nomeadamente bloqueios no financiamento, entre outros. Esta fase culmina com a privatização das infra-estruturas, equipamentos, barcos e veículos adquiridos pelo projecto, a favor dos próprios funcionários.

No período decorrente entre 1981 e 1987, o orçamento do projecto estava estimado em 2,6 milhões de Florins. Privilegiou-se durante este período as actividades de infraestruturização, com a construção dos centros de pesca de Ponta do Sol e Porto Novo, de arrastadores, sala de transformação de pescado e uma oficina de construção naval.

Durante o período entre 1989 e 1992 o projecto enfrentou algumas perturbações ligadas a deficiente administração o que originou alguma instabilidade e o bloqueio de verbas.. A partir de 1993 concluíram-se as actividades previstas no ano de 1992, iniciando assim o processo de privatização, que viria a culminar com a proposta de criação do FEAP (Fundo Especial de Apoio à Pesca Artesanal em Santo Antão).

FICHA :

1. País e Identificação do Projecto	República de Cabo Verde : Projecto de Apoio à Pesca Artesanal em S. Antão.
2. Área de implementação	Ilhas de S. Antão
3. Financiamento	Governos dos Países baixos e cabo-verdiano.
4. Natureza	Donativo
5. Período	1981 – 1994

TABELA 14

OBJECTIVO :

Melhoramento da produção e comercialização de pescado, baseado no princípio exploração sustentável dos recursos haliêuticos e no desenvolvimento económico e social das comunidades piscatórias.

Introdução de novas embarcações melhoradas, formação dos operadores nas mais diversas áreas da pesca e concessão de créditos diversos aos operadores da pesca artesanal da ilha.

ORÇAMENTO ANUAL DE INVESTIMENTOS

Orçamento	Antes 1982	1982	Total	1992	1993	1994	1995	Total
Previsto				15577	19000	0	-	34577
Realizado	16241	6470	22711	29548	8630	0	-	38178
%. Realização				189,7%	45,4%	-	-	110,4%

TABELA 15

Fonte: Balanço do terceiro plano de desenvolvimento, II plano nacional de desenvolvimento

REALIZAÇÕES MAIS IMPORTANTES

Destacam-se entre as várias actividades realizadas pelo projecto as seguintes :

- Campanhas de diversificação dos métodos de pesca (experiência com isca artificial e alcatruzes, redes de emalhar, utilização de palangre na captura de tubarão, etc.)
- Colocação de DCPs na Ponta de Sol, Tarrafal, Monte Trigo, no banco de pesca Noroeste , etc.
- Demonstrações dirigidas a peixeiras relativas ao tratamento e embalagem de produtos de pesca.
- Campanha de informação destinada a consumidores com o intuito de introduzir outras formas de conservar e consumir pescado (salga e seca, a popularização do consumo da cavala nos mercados interiores da ilha, etc.)
- Formação de marinheiros pescadores no CFN (10 jovens) e outras relacionadas com a confecção de redes, reparação de motores, conservação do pescado etc.
- Introdução de novas embarcações

No período de 1980 a 1985, introduziram-se as seguintes unidades de pesca conforma a tabela .

Anos	Comprimentos das Embarcações
1980	14 metros
1985	07 metros
1985	07 metros
1985	6,2 metros
1985	5,5 metros

TABELA 16

- Construção de centros técnicos sociais com maquinas de gelo e câmaras frigoríficas

Foram ainda construídos centros de pesca, dotados de câmaras frigoríficas e máquinas de gelo nas seguintes localidades:

<i>Anos</i>	<i>Localidades</i>
<i>Ponta do Sol</i>	1984
<i>Porto Novo</i>	1983
<i>Tarrafal</i>	1986

TABELA 17

- Concepção de créditos destinados a compra de meterias de pesca e motores.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Segundo o documento, elaborado por Johannus Willet, Comercialização de Pescado em Santo Antão, janeiro de 1994, foi PAPASA, o projecto responsável pela introdução na ilha de várias redes de cerco e ainda de motores for a de borda. Durante muitos anos (1986 - 1990), utilizou viaturas próprias para a distribuição do pescado no interior da ilha aumentando desta forma o consumo per capita. A cavala capturada com rede de cerco tornou-se mais popular no consumo e no hábito alimentar das populações do interior.

Para além disso, o PAPASA importou e distribuiu aos pescadores artesanais da ilha algumas dezenas de motores, ao todo, 57 entre 1990 e 1993.

De entre outras infra-estruturas importantes destacam-se ainda :

- estrada que dá acesso ao cais da ponta do sol (boca de pistola),
- varadouro na cruzinha,
- estrada da janela, permitindo assim a possibilidade de fornecimento do isco na ilha..

3. Resumo do PEAPA – Projecto Especial de Apoio à Pesca Artesanal

3.1 GENERALIDADES :

A privatização do projecto PAPASA deixou um vazio em termos de presença de uma instituição de apoio e de promoção da pesca artesanal na ilha de Santo Antão. Nesta perspectiva foi criado o PEAPA, para dar continuidade aos trabalhos realizados anteriormente por aquele projecto. Comungando da mesma filosofia, o PEAPA centra a sua atenção, fundamentalmente, na vulgarização e apoio técnico-financeiro aos operadores da pesca artesanal. Concede ainda créditos aos operadores artesanais visando a melhoria das pequenas embarcações artesanais, a aquisição de materiais de pesca e motores for a de borda etc.

FICHA :

OBJECTIVOS :

<i>País e Identificação do Projecto</i>	<i>Républica de Cabo Verde : Projecto Especial de Apoio à Pesca Artesanal</i>
<i>Área de Intervenção</i>	Ilha de Santo Antão
<i>Financiador</i>	AMSA (Associação dos Municípios de Santo Antão) / Gabinete Técnico Inter-Municipal.
<i>Duração</i>	1994.....
<i>Orçamento</i>	16.416 Contos

TABELA 18

ACTIVIDADES/RESULTADOS

Os benefícios económicos e sociais advenientes da implementação do projecto de apoio à pesca artesanal em Santo Antão, são satisfatórios. De acordo com o relatório de actividades, referente ao ano 1999 o PEAPA vem contribuindo para a criação de empregos, melhoramento das condições de acesso ao mar, aumento das capturas da pesca artesanal e minimização dos efeitos negativos de sazonalidade, sobretudo em determinadas épocas do ano.

A concessão de créditos visando a aquisição de botes, muitos pescadores passaram da condição de empregados para a condição de proprietários, aumentando assim os seus rendimentos. A concessão de créditos permitiu ainda a aquisição de equipamentos de conservação de pescado, particularmente caixas isotérmicas, contribuindo assim para alargar o mercado de venda e aumentar o consumo *per capita*, através de uma distribuição do pescado a zonas mais afastadas e de difícil acesso. Ainda, com a finalidade de dar resposta as necessidades locais, o PEAPA apoia também o apetrechamento de oficinas de carpintaria naval através de financiamentos, com vista a aquisição de ferramentas indispensáveis à construção de embarcações.

CREDITOS CONCEDIDOS

Os créditos concedidos pelo PEAPA destinam-se a investimento específicos no sector da pesca artesanal. O quadro seguinte representa os projectos financiados:

<i>Projectos Financiados</i>	<i>Montante (Cts)</i>
<i>Equipamentos de mergulho</i>	2412
<i>Botes</i>	2500
<i>Motores</i>	4804
<i>Outros motores</i>	1200
<i>Redes de cerco</i>	1700
<i>Material de conservação</i>	700
<i>Carpintaria naval</i>	1100
<i>Pecas de substituição</i>	700
<i>Apoio às peixeiras</i>	300
<i>Total</i>	15416

TABELA 19

Fonte : relatório de actividades 1999

4. Resumo do Projecto SUD UIL

4.1 GENERALIDADES :

O projecto SUD/UIIL caracterizou-se, fundamentalmente, por três fases distintas e separadas.

A primeira fase é considerada como a de implantação do Projecto, criando as bases em termos de conhecimento das realidades da pesca artesanal nas ilhas do Maio e S. Nicolau e projectando a concepção da programação das actividades susceptíveis de trazerem resultados positivos nestas duas ilhas.

A segunda fase que arrancou, na ilha do Maio com base nos conhecimentos adquiridos e projectos concebidos durante a primeira fase.

E, finalmente a terceira fase que teve início em 1991 na ilha de S. Nicolau e prolongou-se até meados de 1993.

O projecto SUD/UIIL foi de relativamente curta vigência devido a constrangimentos de vária ordem, designadamente, problemas administrativos e perturbações políticas no País financiador que impediram a continuidade do projecto, culminando com a sua paralisação definitiva em 1993.

FICHA :

<i>País e Designação do Projecto</i>	<i>Républica de Cabo Verde : Projecto SUD/UIIL</i>
<i>Área de Intervenção</i>	Ilhas do Maio e S. Nicolau
<i>Financiador</i>	Governo italiano
<i>Duração</i>	1987 – 1993

TABELA 20

OBJECTIVOS :

- Construir infra-estruturas de apoio à pesca e melhorar os já existentes.
- Apoiar a comercialização de pescado.
- Melhorar os meios de transportes marítimo e terrestre com o intuito de promover a comercialização de pescado.
- Formação do pessoal na área de gestão das novas infra-estruturas.
- Formação dos operadores da pesca artesanal nas mais diversas áreas com a finalidade de promover o aumento da produção pesqueira e o desenvolvimento da pesca artesanal

ORÇAMENTO PLURIANUAL

<i>Orçamento</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>Total</i>
<i>Previsto</i>	182000	195000	0	0	377000
<i>Realizado</i>	156000	33200	0	0	189200
<i>% Realização</i>	85,7%	17,0%	-	-	50,2%

TABELA 21

Fonte: Balanço do terceiro plano de desenvolvimento

ACTIVIDADES REALIZADAS:

Várias foram as actividades implementadas pelo projecto durante a sua curta vigência das quais se destacam:

- Introdução de dez novas embarcações melhoradas de 6,5 metros em fibra de vidro e com convés fechado e motor interno.
- Aquisição e instalação de máquinas de gelo e câmaras frigoríficas nas duas ilhas.
- Reestruturação e dinamização da unidade de conserva na ilha do Maio.
- Construção do centro multifuncional de Tarrafal de S. Nicolau.
- Importação e comercialização de materiais de pesca.
- Distribuição de motores fora de borda recebidos no âmbito do projecto

<i>Ano</i>	<i>Ilha</i>	<i>5 HP</i>	<i>8 HP</i>	<i>15 HP</i>	<i>25 HP</i>	<i>40 HP</i>	<i>TOTAL</i>
1991	Maio	7	9	0	0	0	16
1992-93	S. Nicolau	0	42	8	5	0	55

TABELA 22

(Falta o resumo do FOPESCA)

METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

Este estudo tem como propósito fundamental avaliar o impacto social e económico causado pela intervenção directa dos diferentes projectos de pesca artesanal em cabo verde nos últimos 10 anos.

A orientação estratégica da pesquisa tem o seu âmago em três ambientes diferentes e interligados, nomeadamente os ambientes económico, social e biológico, em torno dos quais a avaliação do impacto dos projectos se processa, para além do cruzamento das várias vertentes destes ambientes por forma a se conseguir resultados pertinentes para o referido estudo.

As investigações de terreno iniciaram tiveram o seu início em meados de agosto de 2000, prolongando-se até finais de outubro. As comunidades piscatórias foram os espaços privilegiados, mas entretanto de acordo com as conveniências e os interesses da pesquisa, visitou-se também, com objectivos claros, as Câmaras Municipais do País, e várias entidades públicas e não governamentais que, de alguma forma, estão directa ou indirectamente ligados à actividade da pesca.

A escolha dos métodos e técnicas necessárias para a recolha da informação constituiu, um dos momentos mais delicados do processo de investigação. Utilizou-se várias técnicas de recolha para garantir a qualidade das informações .

As técnicas utilizadas privilegiaram contactos directos com os operadores, embora a pesquisa documental fosse extensamente utilizada. Para além de um vasto conjunto de dados secundários, a que se teve acesso, procedeu-se ainda à recolha directa de informações bibliográficas junto a vários serviços publico e privados com alguma sensibilidade para o sector.

O inquérito sob forma de questionário e entrevistas, foi todavia o meio mais utilizado para a recolha da informação. O tratamento e a verificação dos dados foram feitas com respeito pelas regras de investigação e garantindo desta forma a fiabilidade dos mesmos.

Na análise dos resultados, a equipa de trabalho assumiu um compromisso permanente entre as perspectivas sincrónicas e diacrónicas. Considerando o facto que a realidade actual é sempre fruto do passado, a pesquisa fez recuos no tempo de acordo com uma casuística, definida pela própria estratégia da investigação.

A apresentação dos resultados privilegiou uma análise multi-dimensional, resultante quer do trabalho de uma equipa pluri-disciplinar, quer do princípio de cruzamento das diversas variáveis.

1. Aspectos operacionais.

1.2 Recolha dos dados

A actividade da recolha dos dados iniciou-se no mês de julho. Recolheu-se informações diversas, nomeadamente relatórios dos projectos, estudos diversos feitos a nível das pescas, dados estatísticos de carácter socio-económico, planos de desenvolvimento, balanços de plano referentes ao sector das pescas, etc. Também efectuaram-se visitas às comunidades piscatórias, onde se recolheu diversas informações a partir de inquéritos e entrevistas.

1.3 Amostragem

A amostragem foi feita com base num mapa de esforço (ver anexo). O esforço de amostragem foi determinado a nível de todas as ilhas e comunidades do País e foi 10% para os pescadores e peixeiras. De salientar que o universo utilizado para a determinação do esforço de amostragem, para os pescadores, são os dados estatísticos oficiais do INDP. No que se refere às peixeiras deve-se acrescentar que os dados disponíveis foram actualizados nas ilhas e nas comunidades com o auxílio dos inquiridores e amostradores.

Por se tratar de grupos mais ou menos homogéneos e ainda devido ao facto do maior número de operadores de pesca (pescadores, peixeiras, etc.) se encontrarem nas ilhas mais beneficiadas pelos projectos, efectuou-se uma tiragem aleatória. A aleatoriedade desta tiragem, neste caso, não prejudicará a qualidade da informação uma vez que se encontra assegurada a representatividade do grupo alvo, e ainda porque a pretensão não é, de forma alguma, elaborar um estudo de representações sociais.

Para os restantes operadores de pesca, designadamente os mergulhadores, os redeiros, os carpinteiros e mecânicos navais o esforço de amostragem estipulado é de 100% e isto porque se trata de um número relativamente pequeno de operadores.

1.4 Inquéritos

O objectivo principal do inquérito é a recolha dos dados de natureza socio-económica que, após análise e tratamento, permitam avaliar as mudanças qualitativas e quantitativas imputadas no nível de vida dos operadores da pesca artesanal e nas suas comunidades pela intervenção directa dos projectos de pesca artesanal nos últimos dez anos.

Foram elaborados dois tipos de questionários visando alvos específicos. O primeiro questionário foi o mais extenso e abrangente e era dirigido a todos os operadores da pesca artesanal, enquanto que o segundo era específico e dirigida exclusivamente aos armadores dos barcos de onze metros, em fibras de vidro, co-financiados pela BAD e pelo FIDA.

Para garantir a qualidade dos resultados, os inquiridores de terreno do INDP foram submetidos a uma pequena formação e sessão de esclarecimentos sobre a realização destes inquéritos. Esta formação compreendeu sessões teóricas sobre a maneira como os inquéritos deveriam ser conduzidos bem como a realização de testes dos formulários efectuados pelos próprios inquiridores mediante o acompanhamento de membros da equipa técnica do estudo.

1.5 Processamento dos Dados

A verificação e processamento dos dados iniciaram no mês de Outubro. O lançamento e processamento dos dados foram efectuados com o apoio de um software criado para o efeito. Esse software permite ainda a listagem de informações cruzadas conforme necessidades e pertinência para o estudo.

Convém mencionar que, quer nos trabalhos de terreno como nos trabalhos de processamento, a equipa fez um controlo rigoroso a nível de cada etapa, principalmente dos trabalhos de recolha a fim de evitar erros e garantir a fiabilidade dos mesmos.

1.6 Definição e cálculo dos indicadores de impacto

O impacto dos projectos é estimado com base nas orientações estratégicas de desenvolvimento da pesca artesanal, contidas nos planos nacionais de desenvolvimento, e necessariamente expressos nos objectivos estabelecidos para cada projecto conforme se pode constatar nos respectivos documentos de projectos.

Para a presente avaliação, tendo em conta o essencial dos objectivos dos projectos em melhorar as condições de vida das populações pesqueiras, e não só, pela via do aumento da produção pesqueira artesanal, a evolução dos desembarques de pescado se afigura como o parâmetro com maior coerência e robustez para servir de indicador na medição dos impactos.

Esta opção técnica decorre, não apenas de uma realidade objectiva, que é a sua consequente conversão em rendimento bruto a partir dos preços de compra e venda de pescado, como também do facto de ser ele o fim concreto de toda actividade de pesca, estando por isso relacionado com outros parâmetros, também analisados qualitativa e quantitativamente - factores e condições de produção (frota, meios de propulsão, tecnologias de pesca e do pescado, *know-how*, crédito, assistência técnica e apoio institucional etc.)

1.6.1 Selecção do ponto de referência da avaliação de impacto

O ponto de referência é escolhido na série de dados em análise, a partir da primeira inflexão reveladora, seja de uma inversão de tendência, seja de um incremento significativo de uma determinada tendência perfeitamente estabelecida.

Assim sendo a partir do ponto escolhido, calcula-se a média de variação anual do parâmetro que é depois subtraído ao seu valor no ponto de referência e expresso numa base 100 (percentagem).

1.6.2 Cálculo do Indicador (I)

De uma forma geral pode-se assim resumir os procedimentos algébricos de estimação do impacto revelado por um determinado parâmetro.

Para uma série de observações anuais x de 1 a n ,

$$x_1, x_2, x_3, x_4, x_5, x_6, x_7, x_8, x_9, x_n$$

se se atender que a inflexão ou incremento significativo de tendência (ponto 1.6.1) se verifica no ano x_3 , então o indicador de impacto será calculado da seguinte forma:

$$I = \left[\left(\frac{\sum_{i=4}^n x_i}{n-3} \right) - x_3 \right] \times 100 / x_3$$

e expresso em percentagem.

RADIOGRAFIA DO SECTOR DA PESCA ARTESANAL EM 1988/89 – ANO DE REFERENCIA DA AVALIAÇÃO

Este capítulo tem como propósito fazer uma fotografia do sector da pesca artesanal em 1989, através de descrições completas e reais das suas variadas componentes e agentes.

1. DESCRIÇÃO INSTITUCIONAL

As bases para o desenvolvimento do sector das pescas em Cabo Verde foram lançadas três meses após a independência nacional (1975), com a criação do Departamento da Pesca junto da Direcção Nacional da Industrial e Recursos Naturais – Ministério da Coordenação económica.

As constantes evoluções institucionais e as actividades desenvolvidas ao longo destas convulsões demonstram a necessidade que se sentia em se adaptar as políticas e estratégias institucionais do sector à realidade do País. Em 1989, as pescas era tutelada por uma Secretaria de Estado das Pescas, instituição criada em 1983, junto do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas. O IDEPE e o INIP foram criados como órgãos de apoio da Secretaria do Estado das Pescas e do Ministério de Desenvolvimento Rural e Pescas e tinham como linhas de orientação promover o desenvolvimento das pescas e da investigação pesqueira.

Foi, efectivamente, durante esta época que se começaram a tomar corpo os primeiros embriões de uma estrutura mais ou menos organizada para o desenvolvimento das pescas no País.

2. DESEMBARQUES E MEIOS DE PRODUÇÃO

2.1 Captura

A produção artesanal no ano de 1989 foi de 6392 toneladas com as ilhas de S. Vicente e Santiago a contribuírem respectivamente com cerca de 22% e 39% dos desembarques. A ilha da Boavista era a ilha onde se verificou o menor desembarque correspondendo a 0,88% seguida das ilhas da Brava e do Maio com 2,44% e 2,69% respectivamente. A tabela/gráfico da figura..... elucida o grau de contribuição dos desembarques das nove ilhas na produção artesanal nacional.

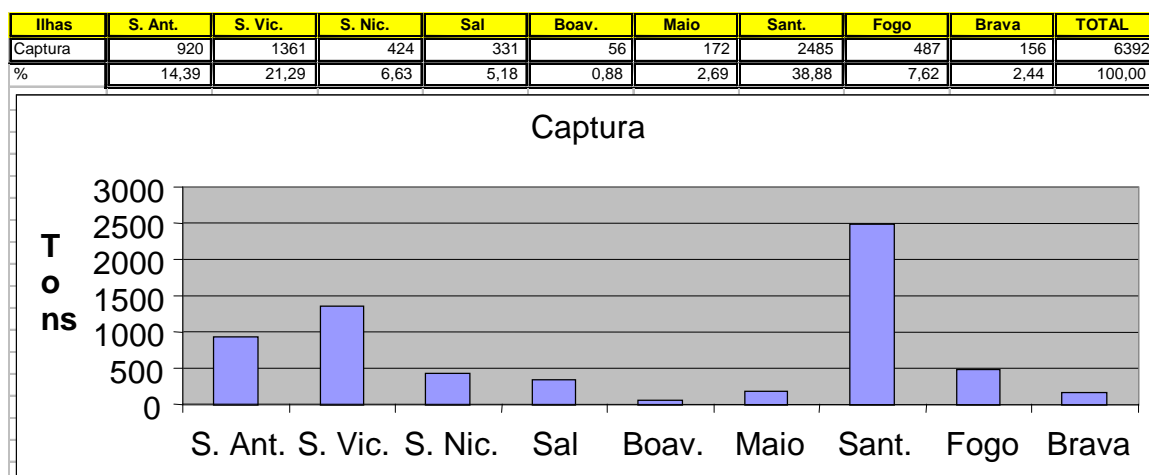


GRÁFICO N.º 5

Os meios materiais e humanos utilizados neste processo produtivo encontram-se descritos com algum detalhe, por forma a permitir uma imagem e uma fotografia mais clara da realidade da pesca artesanal.

3. BOTES

Em 1989, o País contava 1404 embarcações artesanais distribuídas pelas ilhas, conforme se encontra representado na tabela/gráfico da figura..... Na ilha de Santiago se situava o maior número de embarcações, correspondente a 51% do total nacional, seguido de S. Antão e S. Vicente com respectivamente 19% e 11%. As ilhas do Sal e da Boavista contavam com o menor número, cerca de 3% do total das embarcações nacionais.

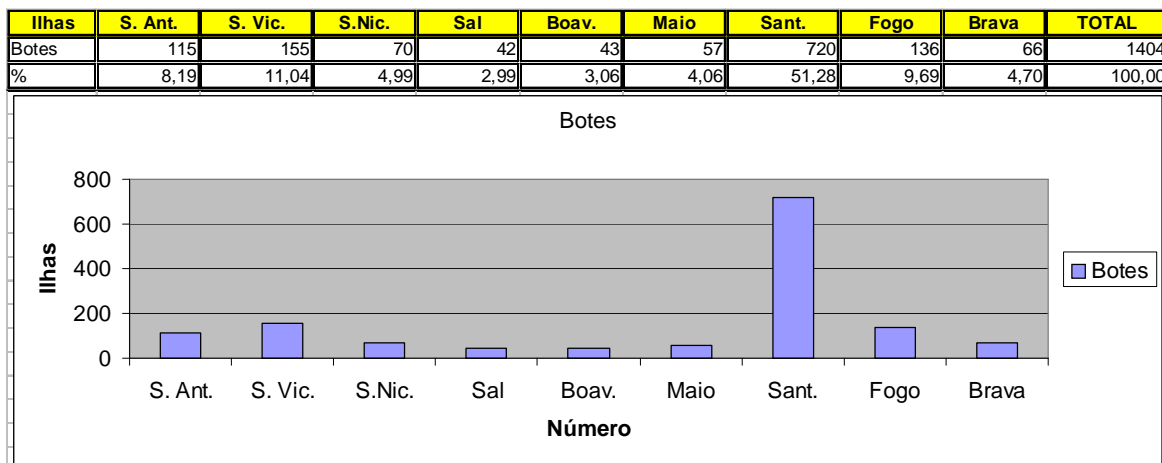


GRÁFICO N.º 6

As embarcações artesanais são de boca aberta e de pequeno porte, com comprimentos compreendidos entre os quatro e os seis metros e meio. São construídos localmente e a matéria prima utilizada é a madeira, com particular destaque para a madeira torta, elemento fundamental para a construção das cavernas ou balizas. Os meios de propulsão utilizados são os remos (com o auxílio das forquilhas ou forquetas), os motores fora de borda e as velas.

4. PROPULSÃO

Os meio de propulsão utilizados são os remos, motor fora de borda e vela.

4.1 Remos :

Os remos utilizados têm o comprimento compreendido entre quatro e quatro metros e meio e são também em madeira e com a extremidade de contacto com a água achatada e em forma de pá. Cada embarcação artesanal utiliza, normalmente dois remos, um de cada lado e uma tripulação básica de três pescadores.

4.2 Motor fora de borda :

Os motores fora de borda são, regra geral, de marca YAMAHA, importados na sua maioria, directamente do Japão. Por serem embarcações pequenas, os motores mais usados são os de 5, 8, 15 e 25 HP, em função do comprimento e do peso da embarcação. Em 1989, o número de motores era muito reduzido e as ilhas com maior número eram Santiago, S. Vicente e S. Antão. As ilhas da Boavista e Brava detinham o menor número de motores correspondente a 3,5% e 4,7% respectivamente, conforme se pode ler da tabela/gráfico da figura.....

Ilhas	S. Ant.	S. Vic.	S. Nic.	Sal	Boav.	Maio	Sant.	Fogo	Brava	TOTAL
N. Motores	99	136	43	33	21	44	163	31	28	598
%	16,56	22,74	7,19	5,52	3,51	7,36	27,26	5,18	4,68	100,00

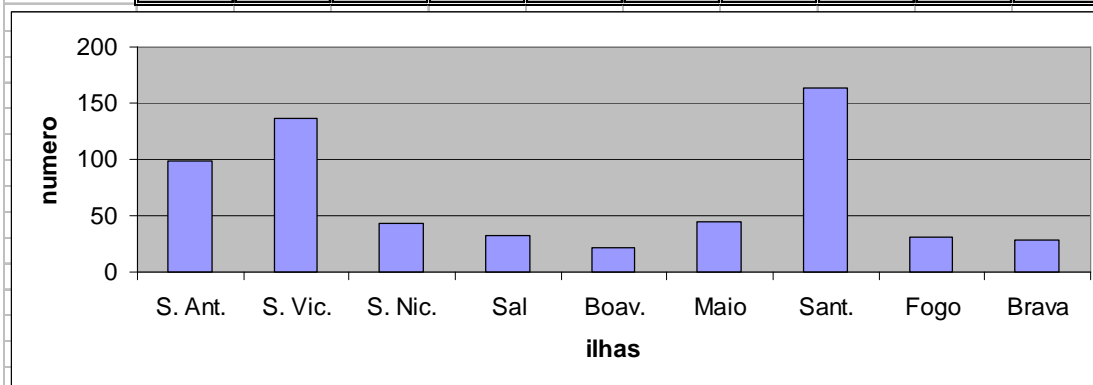


GRÁFICO N.º 7

4.3 Vela :

A vela é um meio de propulsão alternativo também utilizado em Cabo Verde, embora em menor proporção. Os pescadores da Salamansa em S. Vicente, particularmente, utilizam-na para a travessia do canal entre S. Vicente e Sta. Luzia e vice-versa. Têm um formato triangular e são construídas com materiais impermeáveis e improvisados, facilmente encontrados localmente.

5. TAXA DE MOTORIZAÇÃO

A taxa de motorização nacional no ano de 1989 é de 58,7%. As ilhas de S. Vicente e S. Antão possuem a maior percentagem de embarcações com propulsões motorizadas, cerca de 88% e 86% respectivamente. Com taxas elevadas se situam também as ilhas do Sal e do Maio, enquanto que Fogo e Santiago possuem as taxas de motorização mais baixas com respectivamente 23% ambas, conforme se deduz da tabela/gráfico da figura.....

Ilhas	S. Ant.	S. Vic.	S. Nic.	Sal	Boav.	Maio	Sant.	Fogo	Brava	TOTAL
Taxa/Motoriz.	86	88	61	79	49	77	23	23	42	58,67

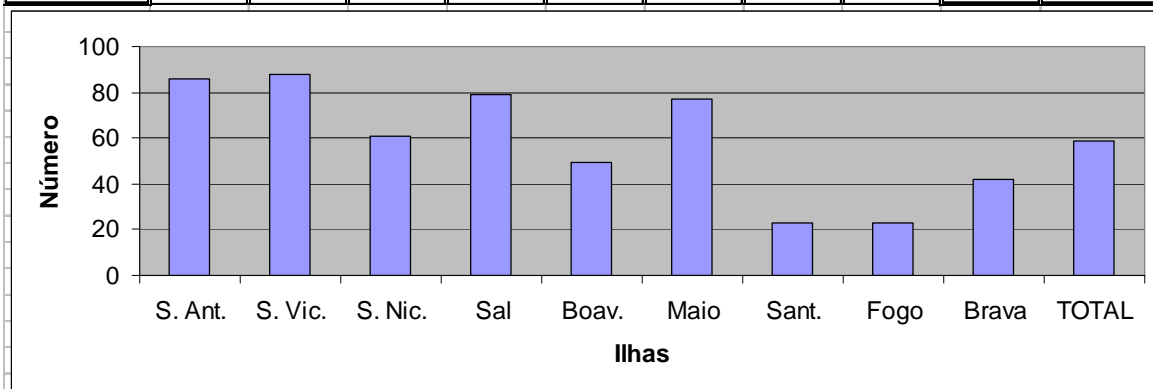


GRÁFICO N.º 8

6. PESCADORES E PEIXEIRAS

Os pescadores artesanais encontram-se divididos em dois grupos bem distintos. Os pescadores exclusivos e os em regime de part-time que se dedicam à pesca como uma actividade alternativa e complementar.

Em 1989, o número de pescadores em Cabo Verde elevava a 4259 e a ilha de Santiago contava com 55%. O menor número de pescadores se registavam nas ilhas da Boavista, Sal e Brava conforme se pode ver da tabela/gráfico da figura.....

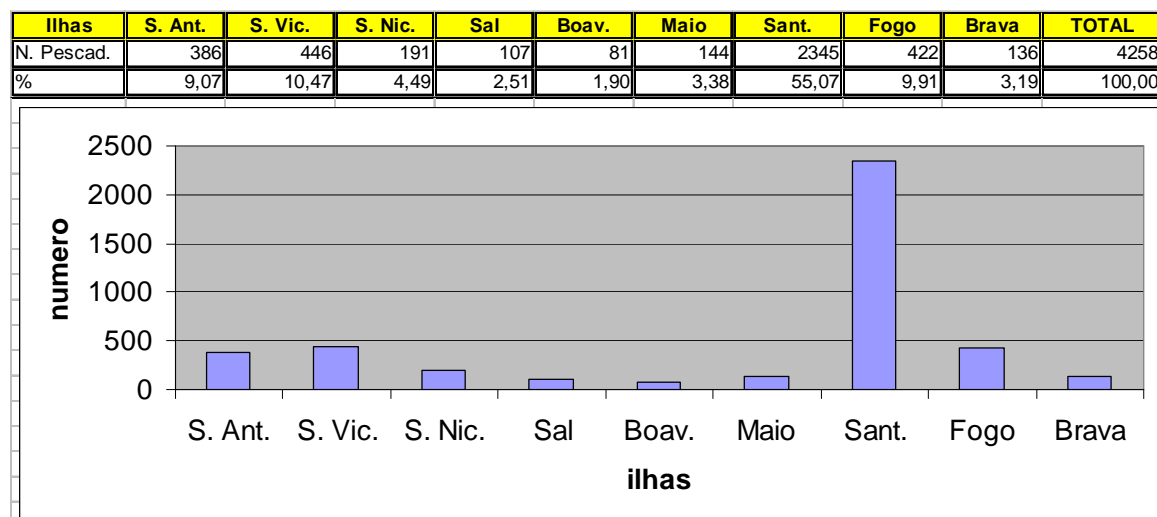


GRÁFICO N.º 9

Quanto ao número de peixeiras, não existem dados referentes ao ano de 1989. Contudo, é habitual quantificar o número de peixeiras em função do número de botes na proporção 1/3. Fazendo fé a essa proporção, o número de peixeiras artesanais é aproximadamente igual ao dos pescadores.

7. PRODUTIVIDADE POR BOTE

A produtividade por bote a nível nacional no ano de 1989 foi razoavelmente boa, pois as capturas nesse ano foram bastante satisfatórias. A média nacional para este ano foi de 4,55 toneladas com particular expressão para as ilhas de S. Vicente, S. Antão e Sal onde a produtividade média por bote rondava as oito toneladas.

As ilhas da Brava e da Boavista registavam a produtividade por bote mais baixa em relação a todas as outras ilhas designadamente, 1,30 e 2,36 toneladas respectivamente. As tendências de evolução deste indicador nos anos posteriores apontam para uma melhoria da produtividade da pesca artesanal nestas duas ilhas como resultado de intervenção de vários factores, mais à frente abordados.

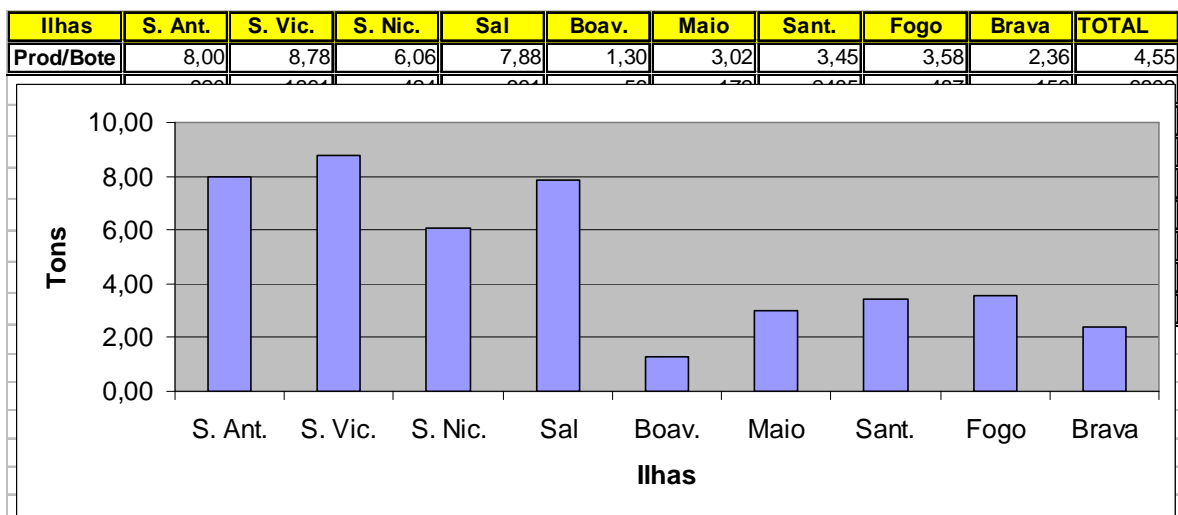


GRÁFICO N.º 10

8. PRODUTIVIDADE POR PESCADOR

No ano de 1989, a produtividade por pescador registava 1,5 toneladas. Entretanto, as ilhas do Sal e S. Vicente lideravam a produtividade por pescador com valores superiores à produtividade nacional em cerca de 100 unidades percentuais. As ilhas do Norte, com excepção da Boavista foram as ilhas com maiores produtividades por pescador.

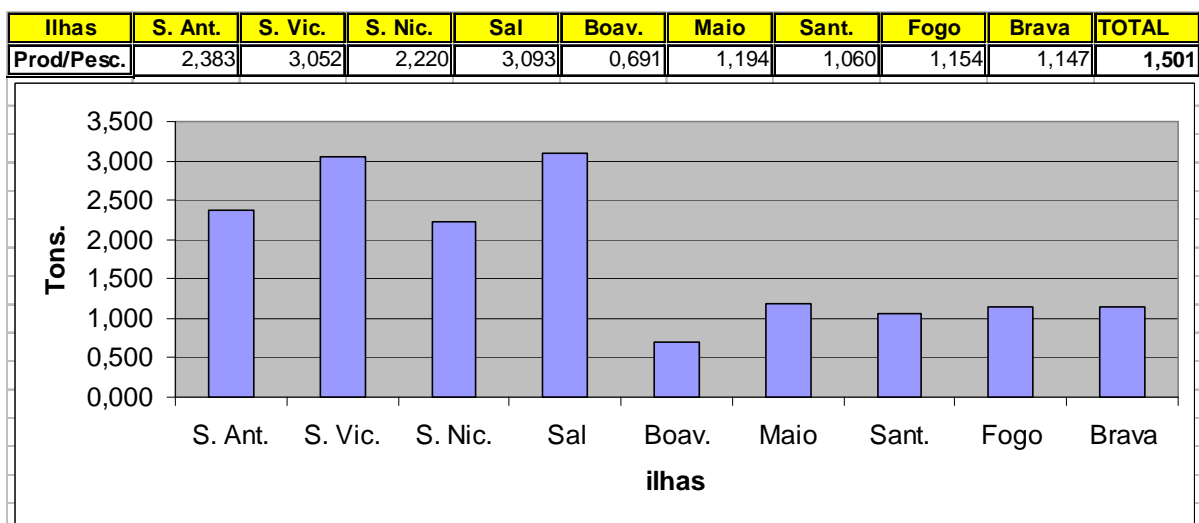


GRÁFICO N.º 11

Por outro lado, as ilhas mais a sul do País foram aquelas que registaram as menores produtividades por pescador. A ilha da Boavista representa em 1989, uma produtividade por pescador mais baixa do País correspondendo a 0,7 toneladas.

9. RENDIMENTO BRUTO DA PESCA ARTESANAL

O rendimento bruto da pesca artesanal neste ano foi de aproximadamente 835.643 contos. As ilhas de Santiago e S. Vicente foram as que maior contribuíram para a formação desse rendimento nacional com respectivamente 38.9% e 21.3%. Por outro lado, a ilha com menor rendimento bruto gerado pela pesca artesanal é a Boavista seguida ainda da Brava e do Maio também com resultados muito fracos.

Ilhas	S. Ant.	S. Vic.	S. Nic.	Sal	Boav.	Maio	Sant.	Fogo	Brava	TOTAL
Rendim/Bruto	120.274,01	177.927,09	55.430,63	43.272,50	7.321,03	22.486,01	324.870,56	63.666,79	20.394,29	835.642,90
%	14,39	21,29	6,63	5,18	0,88	2,69	38,88	7,62	2,44	100,00

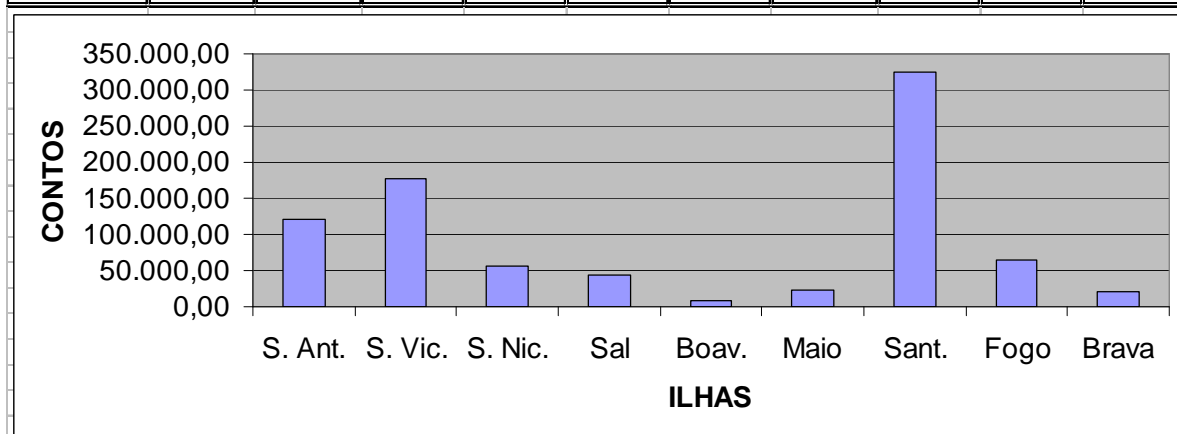


GRÁFICO N.º 12

10. INFRAESTRUTURAS DE APOIO EM TERRA

No período entre 1975 e 1989, fizeram-se investimentos significativos em infra-estruturas básicas de apoio à pesca artesanal através de diversos projectos de desenvolvimento, visando sobretudo o aumento das capturas e a criação de uma estrutura de comercialização mais eficaz, que devia traduzir-se numa melhoria das condições de vida dos membros das comunidades piscatórias.

A situação de Cabo Verde no ano de 1989 em matéria de infra estruturas de apoio pesca artesanal era a seguinte:

10.1 Infra estruturas de desembarque

Em praticamente todas as comunidades piscatórias do país o desembarque do pescado era feito em praias de areia ou de calhaus, quase sempre próximas dos locais de residência dos pescadores. Nalgumas localidades de difícil acesso utilizava-se arrastadouros ou pequenos cais de desembarque como em Ponta do Sol ou Pedra Badejo.

10.2 Construção e reparação naval

Existia uma oficina de construção de pequenas embarcações em madeira em Ponta do Sol em Santo Antão, criada pelo Projecto Papasa em 1984. Com excepção dessa oficina, a construção e reparação de embarcações de pesca artesanal a nível nacional, era feita por carpinteiros nas suas próprias casas ou nas imediações das praias de desembarque.

Convém contudo realçar que em 1984 existia já em S. Vicente uma empresa privada de construção de pequenas embarcações de recreio e de pesca – a Belcabo e, nas antigas instalações da ONAVE e dos Estaleiros Navais de S.Martinho, reparava-se também traineiras em madeira.

10.3 Oficinas de reparação de motores

Em 1989 existia 4 oficinas destinadas exclusivamente para a reparação de motores fora de borda, sendo uma em Mindelo, uma na Praia, uma em Ponta do Sol e uma no Maio. As duas primeiras foram criadas em 1987 no âmbito de um projecto – PROMOTOR, financiado pelo Governo Japonês. A oficina de Santo Antão foi instalada em 1984 pelo Projecto PAPASA financiado pelo Governo Holandês. A oficina do Maio foi criada em 1981 pelo Projecto Integrado do Maio (PIM) e re-equipada pelo Projecto SUD UIL em 1989. Na ilha do Fogo existia uma oficina do Gabinete Fogo Brava destinado a reparação da maquinaria do Gabinete mas não reparava motores fora de borda.

Nas outras ilhas a reparação de motores era em geral feita por mecânicos membros das comunidades ou por mecânicos de automóveis, ou nalguns casos, os motores eram enviados às ilhas com instalações mais bem equipadas.

10.4 Infra estruturas de conservação de pescado

Em 1989 o sector artesanal contava com diversas unidades destinadas ao abastecimento de gelo e de conservação do pescado em fresco (tabela ...) e de algumas unidades de salga e secagem de peixe.

Nessa altura, existia 3 instalações em Sto. Antão (uma em Pta do Sol e uma em Porto Novo com capacidade de produção de gelo e de conservação de pescado em fresco, uma unidade de salga e secagem em Tarrafal).

Na ilha do Maio existia um centro multifuncional onde funcionava o Projecto SUD UIL, que englobava a antiga fabrica de conservas. Este centro fora construído pelo Projecto Integrado de Desenvolvimento do Maio – PIM em 1978/82. Posteriormente foi utilizado pelo Projecto de Desenvolvimento da pesca no Maio 1988/89 financiado pelo governo Italiano e de seguida pelo Projecto SUD UIL. Os referidos projectos instalaram câmaras frigoríficas estrutura com instalações frigoríficas.

A ilha de Santiago contava com 1 fábrica de Gelo instalada na Praia em 1988 pela Cooperação Japonesa, 4 Centros Técnicos Sociais – CTS, criados em finais dos anos 70 início de 80 (em Ribeira da Barca, Porto Mosquito, Rincão e Chão Bom). A única produção de gelo na ilha se resumia à fabrica da Praia instalada em Gamboa e uma pequena maquina em Ribeira da Barca.

No Fogo e na Brava existia duas unidades de apoio à pesca em S. Filipe e Furna equipadas com câmaras frigoríficas e máquinas de gelo.

Nas ilhas de S. Vicente e Sal embora não houvesse infra estruturas de conservação para apoiar a actividade de pesca artesanal, existia contudo duas importantes estruturas de apoio à frota industrial – a Interbase em S. Vicente e a Salmar no Sal, que se ocupavam da congelação e armazenagem frigorífica do pescado, produção de gelo e tratamento de lagosta viva (na Salmar).

a ilha de S. Nicolau não se produzia gelo. De realçar contudo importância que representava a Fabrica Sucla para a pesca artesanal na compra do seu pescado para conserva.

Na Boa Vista as infra estruturas frigoríficas resumiam-se as da Fabrica Ultra, que também desempenhava um papel importante na pesca artesanal visto constituir na altura o principal comprador de pescado na ilha.

A Tabela nº 13 apresenta a capacidade instalada de produção de gelo e de armazenagem frigorífica em Cabo Verde em 1989, incluindo a Interbase e a Salmar.

<i>Ilhas</i>	<i>Produção de</i> gelo (Kg/dia)	<i>Capacidade de</i> Armazém Frigo. (m3)
<i>S.Antão</i>	350	40
<i>S.Vicente</i>	10.000	25.920
<i>S.Nicolau</i>	0	40
<i>Sal</i>	10.000	7.620
<i>Boa Vista</i>	400	160
<i>Maio</i>	600	68
<i>Santiago</i>	4.000	50
<i>Fogo</i>	1300	40
<i>Brava</i>	1300	40
<i>Total</i>	27.600	33.938

TABELA N.º 22

10.5 Outras infra-estruturas

Neste contexto destacam-se:

- os mercados municipais de venda de pescado existentes em quase todas as ilhas. De realçar que a maioria dessas estruturas enquadram-se no mesmo espaço destinado à venda de hortaliças e legumes, poucas reuniam as condições sanitárias desejáveis para a comercialização do pescado;
- lojas de venda de factores de produção;
- 1 abrigo para pescadores construído na zona de Gatas – Boa Vista pelo Projecto Integrado de Desenvolvimento da Boa Vista (PIDBV)

Tabela 23 — Infra estruturas por ilhas

<i>Ilhas</i>	<i>CTS/Unid.</i>	<i>Arrastadores</i>	<i>Oficinas de</i>	<i>Mercados p.</i>	<i>Outros</i>
	apoio à pesca		reparação de motores	venda de peixe	
<i>S.Antão</i>	4	1	1	2	1 Carpintaria
<i>S.Vicente</i>	n	N	1	3	Interbase, Onave
<i>S.Nicolau</i>	n	N	n	1	Fabrica Sucla
<i>Sal</i>	n	1	n	2	Salmar e Fabrica
<i>Boa Vista</i>	n	N	n	?	Fabrica Ultra
<i>Maio</i>	1	N	1	n	Abrigo p/ pescadores
<i>Santiago</i>	6	N	1	7	Fabrica
<i>Fogo</i>	2	N	N	n	
<i>Brava</i>	1	N	N	n	

Algumas dessas infra estruturas padeciam de constrangimentos ligados à sua concepção, gestão e adequação a realidade da pesca artesanal.

Os CTS por exemplo (alguns inacabados) encontravam-se praticamente inoperacionais.

As estruturas para salga e secagem de pescado, por terem sido altamente sobredimensionadas, poucas vezes chegaram a funcionar.

Com excepção das instalações frigoríficas industriais da Interbase e da Salmar e da fabrica instalada em Gamboa, as pequenas maquinas de gelo e câmaras frigoríficas padeciam de constantes avarias, algumas subtilizadas devido à fraca procura de gelo nas comunidades piscatórias, sobretudo por razões ligadas ao hábito de não conservar o pescado que é vendido no mesmo dia ou por falta de informação dos operadores, etc.

Algumas unidades de apoio à pesca sobretudo as de apoio às actividades pós captura (estruturas de conservação e transformação do pescado), visando facilitar a sua comercialização no mercado nacional bem como para a exportação. Com essas infra-estruturas pretendia-se facilitar o convívio entre os operadores da pesca artesanal, o que é claramente visível na estruturas dos Centros Técnico Sociais criados nesse período.

Foi principalmente com este objectivo que se criou uma série Centros Técnico Sociais com capacidade de salga e secagem de pescado nalgumas ilhas (Sto. Antão - Tarrafal de Monte Trigo, e Santiago – Chão Bom, Ribeira da Barca e Rincão).

CARACTERIZAÇÃO NACIONAL DA PESCA ARTESANAL NO PERÍODO 1989 – 1999.

A caracterização nacional da pesca artesanal durante o período em estudo baseia-se, fundamental e metodologicamente, na análise da evolução comparativa dos diferentes parâmetros previamente identificados com relação ao ano de 1989, convencionalmente designado por ano de referência ou de base. Por essa razão, tais evoluções encontram-se representadas em termos de índices e respectivas variações, por ilha e por ano, durante o período em análise, e sempre em relação ao ano de referência.

A intervenção dos principais projectos de pesca artesanal traduz-se em investimentos concretos nos *inputs* físicos, nomeadamente nos meios de produção, e nas diferentes vertentes ligadas à formação profissional, assistência técnica e apoio institucional. Assim, os impactos causados por esses investimentos são analisados em função das realizações concretas e, dos possíveis e eventuais resultados socioeconomicos, nas comunidades piscatórias.

As análises aqui apresentadas apoiam-se essencialmente na compilação, filtração e síntese das informações mais relevantes, seja através do tratamento individual dos diferentes parâmetros, seja através de cruzamentos de parâmetros cujas correlações, pensamos fornecer informações sobre impactos verificados na pesca artesanal durante o período, por influência directa ou indirecta dos projectos.

1. MOTORIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL

A motorização da pesca artesanal a nível nacional evoluiu ao longo do período a uma taxa média anual de 4.8 %. Entretanto, destacam-se três momentos bem distintos em termos de crescimento efectivo ([figura...](#)):

- 1989 - 1991. Corresponde a um período de crescimento latente que se situa a uma taxa média de 2.55 %;
- 1991 - 1994. Revela um crescimento quase exponencial do número de motores a uma taxa média anual de 17.8 %; Salienta-se ainda que, em 1994 registou-se um crescimento de 67.2 % em relação ao ano de referência;
- 1994 - 1999. O nível de motorização alcançado em 1994 manteve-se constante até o final do período em estudo de forma quase estável embora com uma variação média ligeiramente negativa, na ordem de -1.54 %;

De uma forma global, constata-se que, em relação a média de variação do período, distinguem-se nitidamente dois momentos. Um momento anterior a 1993, em que há uma variação da motorização inferior a média, e um outro momento a partir daquele ano, em que essa variação ultrapassa o valor médio (Gráfico 13).

EVOLUÇÃO ANUAL DOS MOTORES A NÍVEL NACIONAL

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Média
Índice de Variação	100,00	106,02	105,02	112,88	133,95	167,22	156,19	164,88	164,88	164,88	153,85	142,98
Variação	0	6,0	5,0	12,9	33,9	67,2	56,2	64,9	64,9	64,9	53,8	42,98
Nº Motores	598	634	628	675	801	1000	934	986	986	986	920	855,00
Tx. Crescimento Anual		6,02	-0,95	7,48	18,67	24,84	-6,60	5,57	0,00	0,00	-6,69	4,83

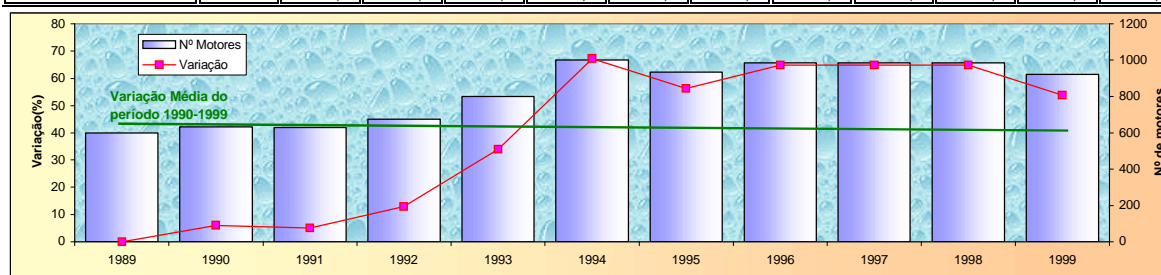


Gráfico 13

Analisando a evolução do número de motores por ilha, durante o período, constata-se que de uma forma geral, a variação média do número motores é positiva em todas as ilhas do arquipélago a excepção da ilha de S. Vicente onde é negativa, mantendo-se abaixo do ano de referência em 23,16%.

ÍNDICE MÉDIO DE VARIAÇÃO DOS MOTORES POR ILHAS (1990-1999)

1989 = 100

	S. Ant.	S. Vic.	S. Nic.	Sal	Boav.	Maio	Sant.	Fogo	Brava	Média
Índice médio	106,77	76,84	143,49	216,36	164,76	112,73	184,60	258,39	193,93	161,98
Variação média	6,77	-23,16	43,49	116,36	64,76	12,73	84,60	158,39	93,93	61,98
Média nº de Motores	105,70	104,50	61,70	71,40	34,60	49,60	300,90	80,10	54,30	95,87

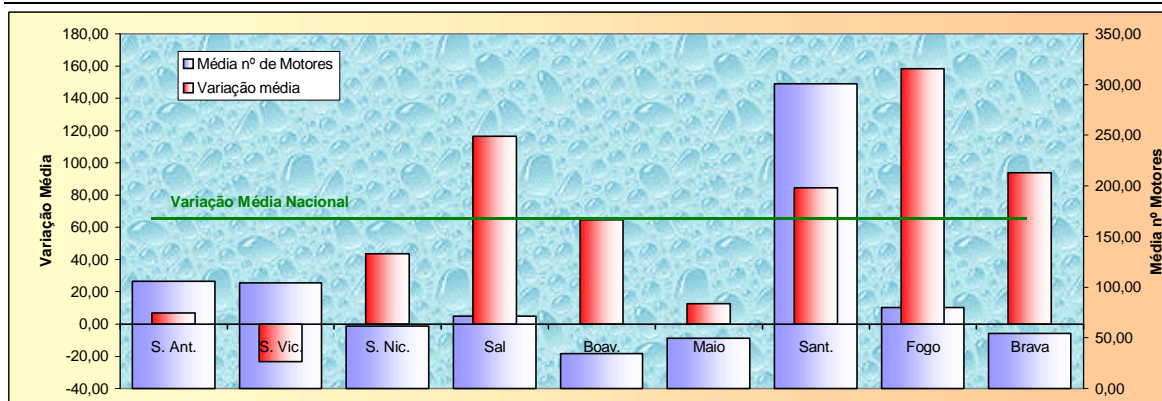


Gráfico 14

A maior variação média se regista nas ilhas do Fogo e do Sal, seguido pelas ilhas da Brava e de Santiago.

Constata-se ainda que a variação média para as ilhas de Santo Antão e Maio é apenas ligeiramente superior ao ano de referência respectivamente 6 e 12 %.

Em relação a média nacional para o período, verificamos que as ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau e Maio apresentam um nível de variação inferior.

É importante destacar que a variação média nacional do número de motores durante o período é significativamente superior ao ano de referência em 62 %. Esta constatação deve-se fundamentalmente as variações acentuadas nas ilhas do Sal e do Fogo.

Uma análise minuciosa dos principais projectos (matrizes e documentos de base) de pesca artesanal permite constatar que as variações aqui expressas resultam-se de uma estratégia clara de intervenção dos projectos visando o aumento das capturas. Nesse contexto as orientações básicas visavam essencialmente a melhoria dos factores de produção, com realce para a modernização dos meios de propulsão – vulgarização de motores fora de borda em substituição e/ou complemento do meios tradicionais de propulsão – remo e vela, de modo a propiciar condições de pesca em bancos até então menos explorados.

Nesta óptica foram então identificados como actividades fundamentais dos projectos de desenvolvimento da pesca artesanal, a importação de motores fora de borda e a criação de condições para a sua aquisição e distribuição no mercado nacional, através de programas de crédito criados para o efeito.

Neste quadro, e para o período em estudo, os principais projectos ([resumos em anexo...](#)) que contemplaram a componente motorização foram:

- Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (PDPA – BAD/FIDA), co-financiado pelo BAD e pelo FIDA, que, pela sua intervenção a nível nacional, teve um papel e uma expressão muito forte no parâmetro em análise. A importação directa da empresa Japonesa YAMAHA de um total de 1060 motores de 5, 8, 15, 25 e 40 HP efectuada em três tranches diferentes e consecutivas durante o período, bem como o financiamento de linhas de crédito para aquisição de factores de produção, contribuiu grandemente para aumentar a taxa de motorização a nível nacional;
- Projecto de Apoio a Pesca Artesanal em Santo Antão (PAPASA - PEAP), financiado pelos Países-Baixos, com uma intervenção regional e, limitada essencialmente a ilha se Santo Antão, foi também, durante o tempo do projecto e nas actividades subsequentes, determinante no processo da motorização das embarcações de pesca artesanal, não só pela importação de motores como também no estabelecimento de condições de crédito para aquisição de factores de produção;
- Projecto (SUD/UII), financiado por ..., com uma área regional de intervenção limitada as ilhas de São Nicolau, Maio e Santiago;
- Gabinete de Desenvolvimento Fogo/Brava – DEPA, financiado pelo estado de Cabo Verde e pela cooperação Alemã, com uma área geográfica regional de intervenção limitada àquelas ilhas, pela regionalização estrita das suas acções, desempenhou também um papel importante na aquisição e no processo de distribuição;
- Projecto de Fomento da Pesca Artesanal Fogo/Brava (FOPESCA), financiado pela cooperação Alemã, que, tendo surgido em continuidade as actividades do DEPA, substituiu este também com uma intervenção regional, essencialmente na instituição de procedimentos de crédito;
- Projectos diversos financiados pelo Estado de Cabo Verde através do Orçamento de Investimento, que, não obstante a sua intervenção pontual, tiveram também influencia significativa na motorização das embarcações de pesca artesanal (importação e crédito).

É ainda importante constatar que o essencial das intervenções dos projectos mencionados, aconteceu durante o período 1991-1994, explicando por isso o crescimento exponencial desse factor que se estabilizou durante o segundo período em que, não se tendo registado intervenções significativas dos projectos, o efeito das importações pontuais era compensado pela dinâmica de reparação/manutenção de motores. Importa registar que as estatísticas oficiais registam somente e apenas os motores em activo.

Convém sublinhar que em relação ao ano de referência e para o período em análise, o projecto BAD/FIDA participou com 75.5% no aumento da taxa de motorização nacional.

2. BOTES

A leitura do gráfico referente a evolução do número de botes (gráfico 15), a nível nacional e durante o período, mostra que a taxa de crescimento deste parâmetro é ligeiramente negativa e equivalente a média anual de 0,9 %.

Evidenciam-se ainda no gráfico três momentos relevantes. De 1989 a 1992 regista-se uma fase decrescente com uma evolução média anual negativa de 1.8 %, seguida de uma fase de crescimento positivo de 3.4 %, de 1992 a 1995. A última fase, de 1995 a 1999 revela uma evolução negativa na ordem de 3.7%, marcado essencialmente por uma redução considerável de -9.5 %.

Em relação ao ano de referência verifica-se uma evolução do número de botes segundo duas tendências, sendo uma inferior referente ao período que vai de 1990 a 1993 e, uma superior correspondente aos seguintes, exceptuando o ano de 1999 em que se regista o menor número de botes em todo o período em estudo.

EVOLUÇÃO ANUAL DA VARIAÇÃO DO NÚMERO DE BOTES A NÍVEL NACIONAL

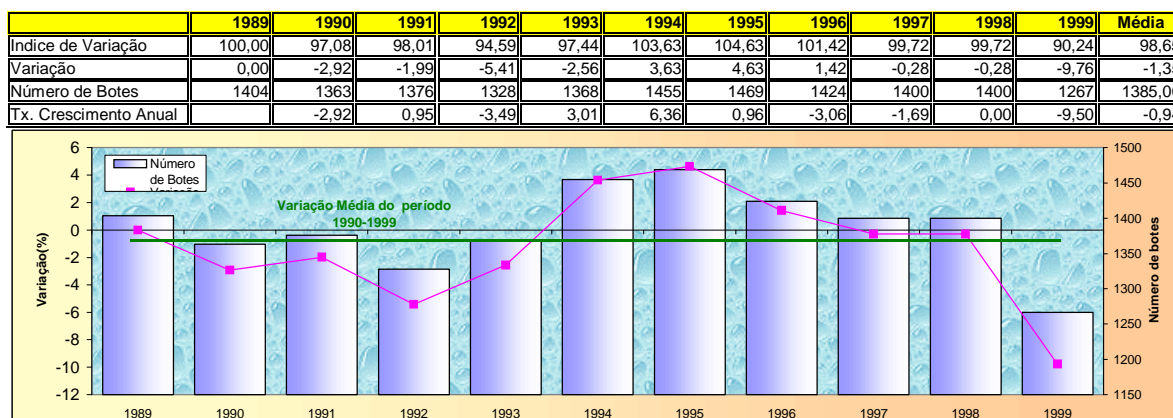


Gráfico 15

A leitura do gráfico de evolução do número médio de botes por ilha (gráfico 15), e em relação ao ano de referência, mostra uma variação positiva em todas as ilhas a excepção de São Vicente e Santiago com respectivamente -22.5 % e -12.4%. Salienta-se ainda que as maiores variações se registam nas ilhas do Sal e do Fogo na ordem de 90.7 % e 30.2 % respectivamente.

É particularmente importante referir que a variação média nacional do número de botes durante o período é superior ao ano de referência em 13.2 %. Esta constatação deve-se fundamentalmente as variações acentuadas nas ilhas do Sal e do Fogo.

ÍNDICE MÉDIO DE VARIAÇÃO DOS BOTES POR ILHAS (1990-1999)

1989 = 100

	S. Ant.	S. Vic.	S. Nic.	Sal	Boav.	Maio	Sant.	Fogo	Brava	Média
Índice médio	110,78	77,55	104,86	190,71	103,95	106,67	87,61	130,22	106,82	113,24
Variação média	10,78	-22,45	4,86	90,71	3,95	6,67	-12,39	30,22	6,82	13,24
Média nº de botes	127,40	120,20	73,40	80,10	44,70	60,80	630,80	177,10	70,50	153,89

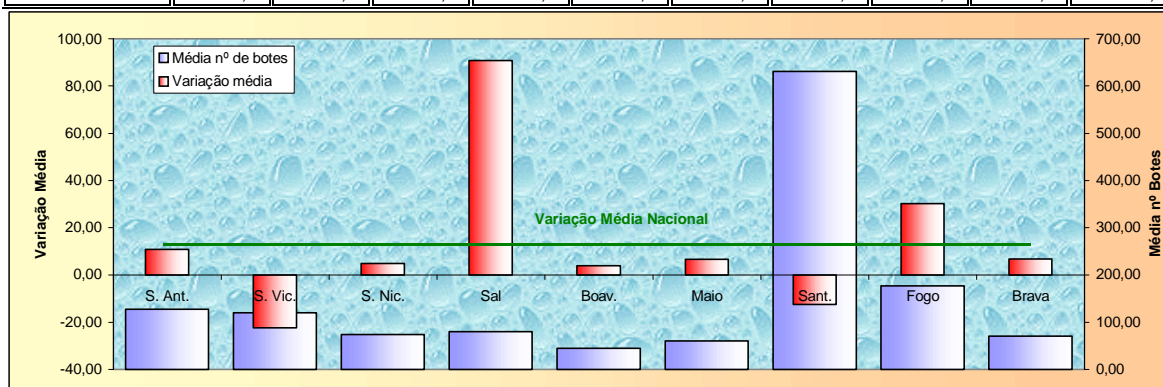


Gráfico 16

(ver resumo dos outros projectos e completar a análise)

3. PESCADORES

O número de pescadores a nível nacional e durante o período teve uma variação média significativa em relação ao ano de referência equivalente a 16.6%. Por outro lado, verifica-se que o número de pescadores cresceu a uma taxa média anual mínima de 0.8%.

Uma leitura mais aprofundada do gráfico permite identificar uma fase entre 1990 e 1992, onde a taxa média de crescimento anual do número de pescadores é de 0.73%, imediatamente seguida de uma segunda fase entre 1993 e 1994 com uma taxa de crescimento considerável na ordem de 15.75%. O nível atingido em 1995 manteve-se até 1998 a um ritmo de crescimento médio anual de 1.1%. Ressalta-se, contudo, que no ano de 1999 houve uma redução considerável do número de pescadores de -25%, regressando ao nível do ano de referência.

Em relação à variação média do número de pescadores durante o período, constata-se duas fases bem distintas, sendo uma anterior a 1994 que se situa abaixo da média e outra posterior, até 1998 com valores acima da média.

EVOLUÇÃO ANUAL DA VARIAÇÃO DO NÚMERO DE PESCADORES A NÍVEL NACIONAL

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Média
Índice de Variação	100,00	103,15	107,47	97,30	102,77	128,72	130,06	126,96	134,43	134,43	100,59	116,59
Variação	0,00	3,15	7,47	-2,70	2,77	28,72	30,06	26,96	34,43	34,43	0,59	16,59
Nº Pescadores	4258	4392	4576	4143	4376	5481	5538	5406	5724	5724	4283	4964,30
Tx. Crescimento Anual		3,15	4,19	-9,46	5,62	25,25	1,04	-2,38	5,88	0,00	-25,17	0,81

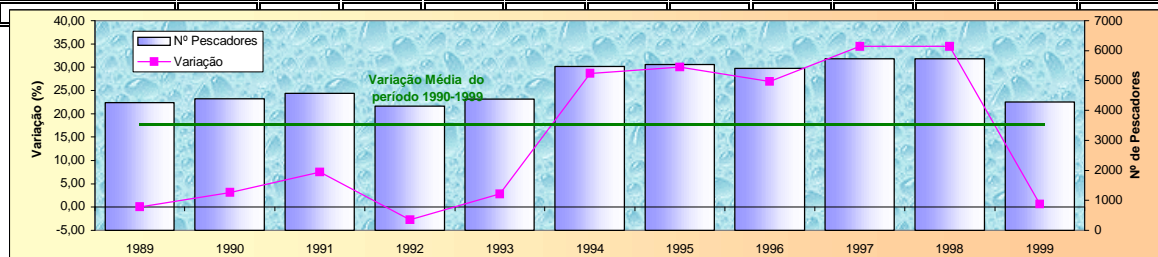


Gráfico 17

A nível das ilhas e durante o período, verifica-se que à excepção da ilha da Boavista com uma variação média negativa de 6.2%, nas demais ilhas a variação média é significativamente positiva, em relação ao ano de referência.

Em relação à média nacional do período, as ilhas de S. Antão, Sal e Brava registaram variações superiores, enquanto que as ilhas da Boavista e Santiago permaneceram abaixo da média. Destaca-se, com particular atenção, que as ilhas de S. Vicente, S. Nicolau, Maio e Fogo, apresentaram variações à volta da média nacional, (gráfico 17).

ÍNDICE MÉDIO DE VARIAÇÃO DOS PESCADORES POR ILHAS (1990-1994) 1989 = 100

	S. Ant.	S. Vic.	S. Nic.	Sal	Boav.	Maio	Sant.	Fogo	Brava	Média
Índice médio	129,48	121,30	124,97	178,88	121,23	114,44	109,85	113,01	130,59	127,08
Variação média	29,48	21,30	24,97	78,88	21,23	14,44	9,85	13,01	30,59	27,08
Média nº de Pescadores	499,80	541,00	238,70	191,40	98,20	164,80	2575,90	476,90	177,60	551,59

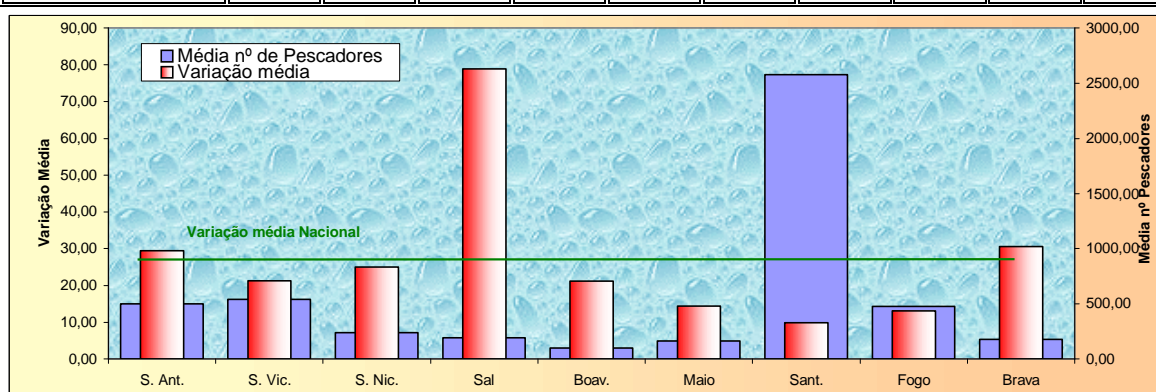


Gráfico 18

4. CAPTURA

Os desembarques artesanais durante o período registaram variações médias negativa de 22%, em relação ao ano de referência, não obstante se verificar uma variação nula do crescimento médio anual (gráfico 18).

A leitura do gráfico 18 permite separar duas tendências de evolução dos desembarques. Até 1992 verifica-se uma evolução brusca decrescente a uma taxa média de -11.8%. A partir desta data e até o fim do período, a evolução é crescente a uma taxa média de 5.1%, não obstante uma quebra de -15% verificada no ano 1995.

Em relação ao período, verifica-se que apenas os desembarques referentes aos anos de 1994, 1998 e 1999 se situam acima da média. De salientar que nos anos de 1992 e 1995, se registam os desembarques mais baixos do período, enquanto que 1999 corresponde ao ano de maior desembarque e mais próximo do ano de referência.

EVOLUÇÃO ANUAL DA VARIAÇÃO DA CAPTURA A NÍVEL NACIONAL

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Média
Índice de Variação	100,00	77,25	76,39	67,43	75,72	83,67	71,15	76,89	77,00	82,06	92,94	78,05
Variação	0,00	-22,75	-23,61	-32,57	-24,28	-16,33	-28,85	-23,11	-23,00	-17,94	-7,06	-21,95
Capturas (Tons.)	6392	4938	4883	4310	4840	5348	4548	4915	4922	5245	5941	4989,00
Tx. Crescimento Anual		-22,75	-1,11	-11,73	12,30	10,50	-14,96	8,07	0,14	6,56	13,27	0,03

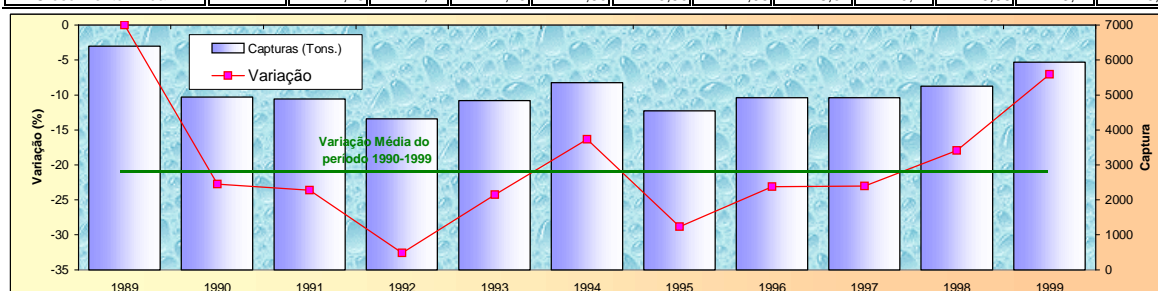


Gráfico 19

A nível das ilhas e durante o período, destacam-se dois grupos de ilhas com tendências diferentes em relação ao ano de referência. As ilhas de S. Nicolau, Sal, Boavista, Maio e Brava manifestam variações positivas com particular destaque para as últimas três enquanto que nas restantes ilhas as variações são negativas, conforme mostra o gráfico 19.

Em relação à variação média nacional que se situou em 11,6% apenas as ilhas da Boavista, Maio e Brava registaram variações superiores.

ÍNDICE MÉDIO DE VARIAÇÃO DA CAPTURA POR ILHAS (1990-1994)

1989 = 100

	S. Ant.	S. Vic.	S. Nic.	Sal	Boav.	Maio	Sant.	Fogo	Brava	Média
Índice médio	66,79	76,42	106,44	108,31	171,61	165,70	60,26	77,74	171,47	111,64
Variação média	-33,21	-23,58	6,44	8,31	71,61	65,70	-39,74	-22,26	71,47	11,64
Captura Média (Tons.)	614,50	1040,10	451,30	358,50	96,10	285,00	1497,40	378,60	267,50	554,33

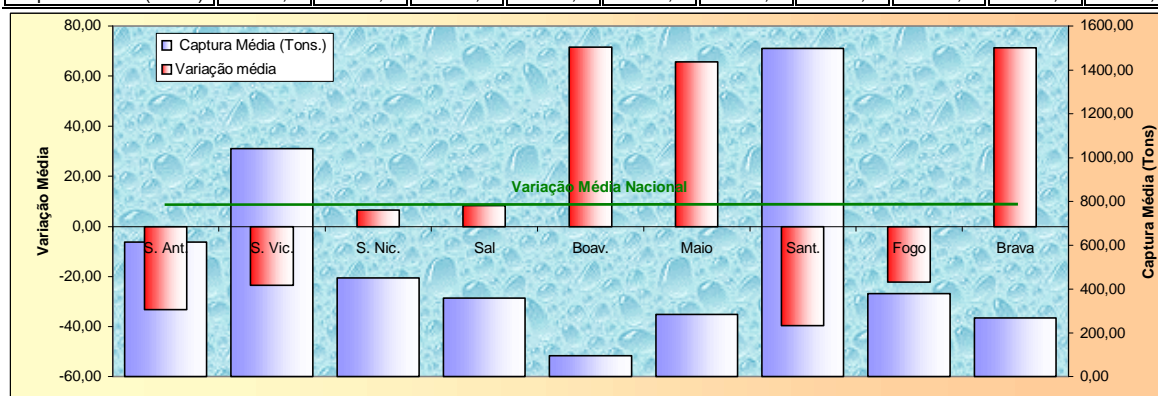


Gráfico 20

5. ESFORÇO DE PESCA

O esforço de pesca durante o período registou uma variação média negativa de 12,3 %, em relação ao ano de referência, não obstante se verificar um crescimento médio anual de 0,4% (gráfico 20).

A leitura do gráfico 20 permite separar duas tendências de evolução do esforço de pesca. Até 1992 verifica-se uma evolução brusca decrescente a uma taxa média de -9,6%, seguida de uma evolução crescente até o final do período a uma taxa média de 4,7 %, não obstante uma quebra de -4,4% verificada no ano 1995.

Em relação ao período, verifica-se que apenas nos dois primeiros e nos três últimos anos, o esforço de pesca se situou acima da média. Salienta-se que no ano de 1992, se regista o mais baixo esforço do período, enquanto que 1999 corresponde ao ano de maior esforço equiparando-se ao ano de referência.

EVOLUÇÃO ANUAL DA VARIAÇÃO DO ESFORÇO DE PESCA A NÍVEL NACIONAL

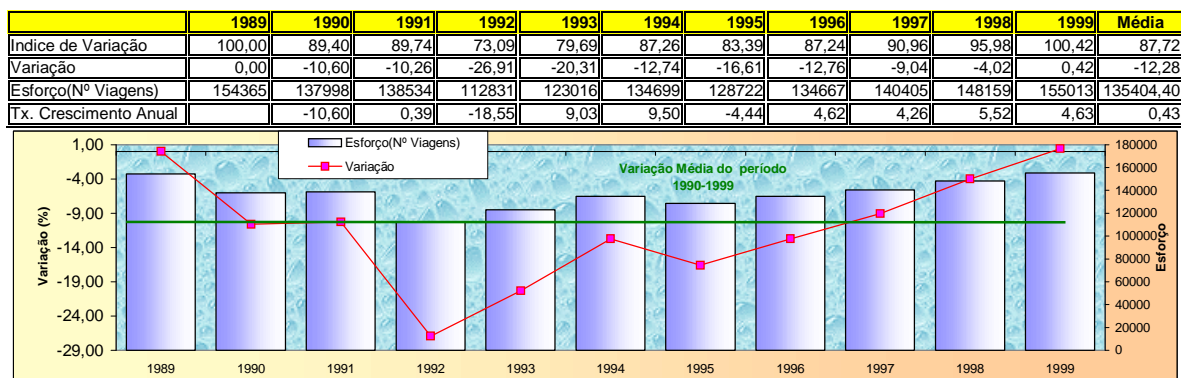


Gráfico 21

A nível das ilhas e durante o período, Santo Antão, São Vicente, Santiago e Fogo, registam variações médias negativas isto é abaixo do ano de referência, com destaque para a ilha de Santiago onde essa variação se situa em - 32.8 %. Por outro lado, as restantes ilhas registam variações positivas com particular relevo para Sal e Brava, respectivamente com 90.4 e 154.6 unidades percentuais.

Em relação a média nacional para o período constata-se que apenas nas ilhas do Sal, Maio e Brava se registam variações superiores.

ÍNDICE MÉDIO DE VARIAÇÃO DO ESFORÇO DE PESCA POR ILHAS (1990-1999) / 1989 = 100

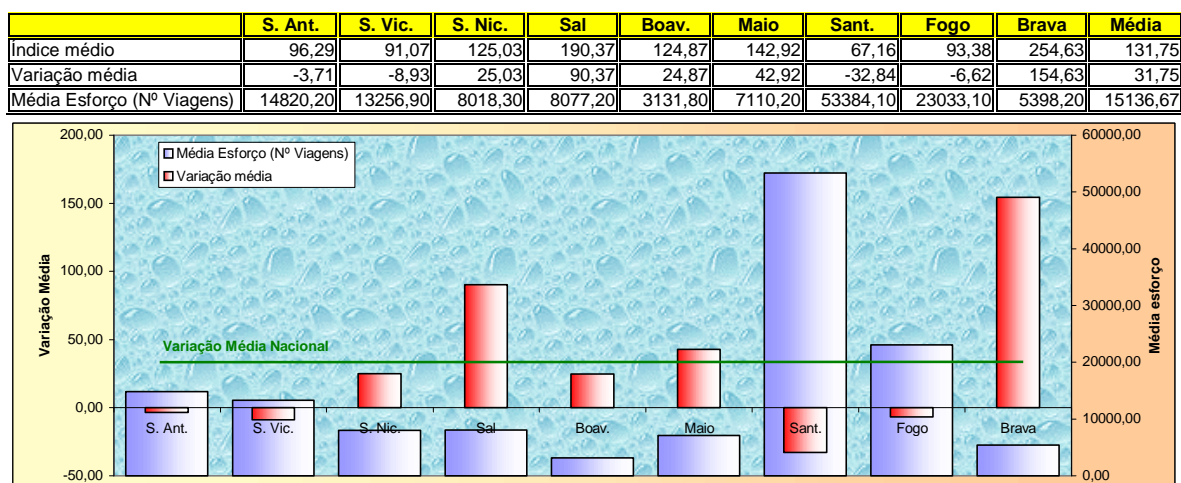


Gráfico 22

6. INFRAESTRUTURAS

No período entre 1989 - 1999, fizeram-se importantes investimentos em infra-estruturas básicas de apoio à pesca com especial destaque para as realizações do Projecto BAD FIDA na Ilha de Santiago, o projecto SUD UIL em S. Nicolau, os projectos de construção de dois cais de pesca (da Praia e de Mindelo) através da Cooperação Japonesa, projectos executados investimentos do INDP em diferentes ilhas, entre outros.

Os investimentos feitos nesse período visavam sobretudo a melhoria das condições de desembarque, de conservação e de comercialização do pescado, e ainda apoiar aspectos sociais das comunidades.

A seguir descrevem-se as principais realizações dos diferentes projectos em matéria de infra-estruturas durante o período em estudo e uma análise dos impactos da implementação dessas mesmas estruturas.

O quadro no anexo, traz as características das infra-estruturas implementadas antes e durante o período em estudo.

6.1 Projecto PAPASA

A fase mais importante em termos de infra estruturação do Projecto Papasa foi de 1980 à 1985, período durante o qual foram construídas e equipadas quatro das infra estruturas existentes na ilha de Santo Antão. Assim no período 1989 – 1993 (o projecto terminou em 1993) a vertente infraestruturação foi menos importante, quanto mais que em 1991 iniciou o processo de privatização da unidades existentes.

Contudo, em 1989 o Projecto financiou as obras de abertura do acesso ao cais de Boca de Pistola e do acesso ao desembarcadouros de Janela e de Cruzinha. Em 1991 construiu um arrastadouro em Cruzinha. Em 1992 instalou uma máquina de gelo de 2.400 Kg/dia na unidade de Porto Novo em substituição da então existente e que produzia diariamente apenas 200 Kg de gelo.

Mesmo após o término do PAPASA, foram executadas algumas actividades com fundos que restaram do projecto, dos quais destaca-se a construção de dois arrastadouros, um em Janela e outro em Cruzinha (o segundo arrastadouro nesta comunidade), muito embora devido as características difíceis dessas localidades, até a presente as obras não foram concluídas.

A partir dessa altura, enquadrado no Projecto de Apoio ao Desenvolvimento de Santo Antão - PADESA, da Associação dos Municípios da ilha, foram criadas infra estruturas que mais abaixo se faz referência;

6.2 Projecto SUD UIL

Na ilha do Maio, o Projecto tinha já em 1989 instalado na unidade de apoio à pesca da ilha duas câmaras frigorífica e uma máquina de gelo para além de outros equipamentos (grupos electrogénios, etc.).

Em S. Nicolau, foram construídas em 1992 duas infra estruturas em Tarrafal: uma unidade de apoio à actividade de pesca e um centro técnico social, dotando assim a comunidade mais importante da ilha, de infra estruturas de apoio a pesca artesanal.

Na unidade de apoio à pesca, foram instalados uma oficina de reparação de motores, 3 câmaras frigoríficas e uma máquina de gelo, foi criado um espaço para processamento do pescado e uma loja de venda de materiais de pesca.

6.3 Projecto de pesca artesanal - BAD FIDA

O projecto contribuiu significativamente para infra estruturação do interior da ilha de Santiago, com a construção de 3 Centros Técnico Sociais em Pedra Badejo, Achada Ponta e Porto Mosquito e reabilitando mais 3 em Ribeira da Barca, Chão Bom e Rincão. As obras tiveram o seu início em 1994 e foram concluídas em 1999/2000. Em 2000 foram instalados uma máquina de gelo de 1.500 Kg/dia e uma câmara frigorífica em 5 dos CTS, ficando de fora o CTS de Rincão, visto neste ter sido instalado em 1994 equipamento frigorífico pelo INDP.

Em 1995 foi concluído a construção de um entreposto frigorífico no cais da Praia, financiado pelo Projecto, com capacidade de congelação em túnel e em salmoura de um total de 12 Ton /8h, 6 câmaras com total de 4650 m³ de capacidade de armazenagem frigorífica à -25 °C e uma fábrica de gelo com capacidade de produção de 10 Ton/dia e silo de 50 Ton.

6.4 Projecto Fopesca

Com o objectivo de modernizar a infra estrutura das ilhas de Fogo e Brava, o projecto instalou em 1998 uma máquina de gelo de 750 Kg/dia na unidade de S. Filipe e outra de 1.500 Kg/dia na unidade de Furna – Brava.

Em 1997 e 1999 foram construídas diversas infra estruturas de apoio à pesca artesanal com participação financeira do Projecto, das Câmaras Municipais, União europeia através do Projecto de micro realizações. Por seu lado, as comunidades participaram com mão de obra na construção dessas infra estruturas.

Assim tem-se:

6.4.1 Na ilha do Fogo

Em Igreja- Mosteiros - uma unidade com espaço para processamento de pescado e armazém para guardar motores;

Em Salinas - um abrigo para botes, um arrastadouro e placa de tratamento de pescado;

Em Fajanzinha - Abrigo para guardar motores

Em Lajeta - Abrigo para guardar motores

6.4.2 Na ilha Brava

Em Tantom - uma unidade de salga de secagem de pescado

Em Pedrinha – um abrigo para pescadores com espaço para guardar motores

6.5 Projectos executados no âmbito do orçamento de investimento do INDP

Em 1994 e 1995 o INDP implementou um plano de infraestruturação de algumas comunidades piscatórias do país com a construção de 4 novas unidades frigoríficas e o equipamento de algumas unidades já existentes.

Essas unidades foram construídas e equipadas com 1 câmara frigorífica (40 m³ ou 20 m³) para a conservação do pescado em fresco e 1 máquina de gelo (600 ou 900 Kg/dia) cada uma, nas comunidades de Salamansa, S. Pedro, Tarrafal de Monte Trigo e Praia Baixo.

Foram instaladas uma câmara frigorífica e uma máquina de gelo no CTS de Rincão e também na unidade de apoio à pesca de Furna.

O INDP adquiriu em 1995 uma câmara frigorífica destinada à comunidade de Preguiça que só veio a ser instalada após a construção em 2000 do edifício para o albergar, fruto de uma parceria INDP/PIDP e Câmara Municipal de S. Nicolau.

Em 1996 o INDP co-financiou em cooperação com o Padesa, a instalação de uma câmara frigorífica e uma máquina de gelo nas instalações de Ponta do Sol, que em 1998 vieram a ser reinstaladas no novo mercado municipal construído nessa localidade.

Em 1997, após a construção por parte da Câmara Municipal da Boa Vista (com financiamento da Cooperação Suíça através do GADEB) de um edifício para uma unidade em Sal Rei, o INDP instalou 1 câmara frigorífica e uma máquina de gelo nesse espaço.

6.6 Projectos executados com a Cooperação Japonesa.

Em 1992 foi construído na Praia o primeiro cais de pesca e único até a presente na Ilha de Santiago. O cais tem capacidade para albergar qualquer dos navios de pesca existente actualmente no país (de pesca artesanal e de pesca industrial), possui uma zona para primeira venda de pescado, abrigos para guardar motores e escritórios.

Em 1999 através de um donativo do Governo do Japão ao Estado de Cabo Verde, deu-se início à construção de um cais de pesca e de um entreposto frigorífico em Mindelo com fabrica de gelo com capacidade de 10 ton/dia, câmara frigorífica para 300 Toneladas de peixe congelado à -25 °C e túnel de congelação para 6 Ton/8h. O Cais destina-se às embarcações de pesca artesanal e de pesca semi industrial.

6.7 Projectos executados pelas Câmaras Municipais com apoio de projectos

Criação de novos espaços para venda de peixe, alguns dos quais com máquinas de gelo;

- construção de 5 novos mercados (1 em Ponta do Sol, 1 em S. Vicente, 1 nos Espargos, 1 em Calheta de S. Miguel, 1 na Praia)
- Reconstrução de alguns mercados (1 em S. Vicente, 2 na Praia, 1 em Tarrafal de Santiago)

Construção de:

- 1 arrastadouro em Palmeira
- 1 unidade frigorífica com máquina e silo de gelo no Maio
- 1 abrigo para pescadores em Derrubado - Boa Vista (CM e GADEB)

Em 1995 foi construído um centro técnico social em Cruzinha que veio a ser equipada em 1999.

Em 1996 o PADESA e o INDP instalaram uma câmara frigorífica e uma máquina de gelo e um silo de gelo nas antigas instalações, que em 1998 vieram a ser reinstaladas no novo mercado municipal construído em Ponta do Sol.

Em 1998 a Câmara Municipal de Porto Novo construiu um edifício e instalou uma máquina de gelo em Monte Trigo

6.8 Outros projectos

Projecto de Reabilitação Técnica dos Estaleiros Navais da Onave

De 1992 à 1994 as instalações da antiga Onave foram totalmente remodeladas através Projecto de Reabilitação Técnica dos Estaleiros Navais da Onave. O Governo de Cabo Verde contribuiu com 25% do financiamento enquanto o Governo de Holanda com 75%.

A exploração dos estaleiros (ainda propriedade do estado) é feita desde 1995 por uma empresa luso caboverdiana - a Lusonave através de um contrato de aluguel.

Presentemente os estaleiros possuem capacidade de alagem qualquer dos navios de pesca nacionais, possui uma oficina de construção e reparação Naval em fibra de vidro e uma oficina de carpintaria

Convém considerar o aparecimento no período 1989- 1999, de algumas infra estruturas do sector privado como a Recoref – Empresa de construção em fibra de vidro, a SEFI e Sociedade de Electricidade e Frio Industrial em S. Vicente, a reentrada em funcionamento dos antigos estaleiros navais de S. Martinho em Santiago, pequenas oficinas privadas onde, para além de outros trabalhos, reparam-se os motores fora de borda, entre tantos outros que têm contribuído para a evolução do sector da pesca, em particular do sub sector artesanal.

Analisando os quadros “.... a”, “.... b” e “...c” e os gráficos nota-se que o período 1989/99 caracteriza-se por importantes investimentos realizados em infra estruturas de conservação e comercialização de pescado e infra estruturas de desembarque.

A nível nacional, entre 1989 e 1999, o numero de comunidades com infra estruturas de pesca artesanal passou de 10 para 26, isto é, 16 novas comunidades piscatórias passaram a beneficiar pela primeira vez de infra-estruturas de apoio à pesca (Monte Trigo e Cruzinha em Sto. Antão, Salamansa e S.Pedro em S. Vicente, Tarrafal em S. Nicolau, Palmeira no Sal, Sal Rei e Derrubado na Boa Vista, Pedra Badejo, Praia Baixo e Achada Ponta em Santiago, Salinas, Fajanzinha e Lajeta no Fogo, Tantom e Pedrinha na ilha Brava).

O numero de pequenas unidades de apoio à pesca ou Centro Técnicos Sociais passou de 15 para 30; foram construídos 4 arrastadouros passando de 2 para 6 o total existente no país; o numero de mercados de venda e peixe passou de 15 para 19;

Em todas as unidades que existiam em 1989 foram instalados novos equipamentos e/ou essas estruturas foram remodeladas.

Entre 1989 e 1999, verifica-se um aumento da capacidade instalada de produção diária de gelo em 96 % e da capacidade de armazenagem frigorífica em 13,95 %, após uma redução desta em 10,6% no ano de 1991. Esta redução inicial foi devido à reestruturação da Interbase que nesse ano teve lugar.

O aumento da capacidade de armazenagem frigorífica em somente 10,6 % pode não traduzir o impacto qualitativo dos investimentos feitos nesse período a nível nacional pois que a Interbase e a Salmar (ambas unidades verdadeiramente industriais) constituem a maior parte da capacidade de armazenagem frigorífica e de produção de gelo nacionais (por ex: cerca de 98,7% da capacidade de armazenagem em 1989 e 83,66 % em 1999).

Por exemplo, se considerarmos somente as pequenas unidades frigoríficas exceptuando a Interbase, a Salmar e o Entrepasto da Praia, teremos o seguinte quadro à nível nacional:

	1989	1999
Capacidade instalada de produção diária de gelo em Kg	7.950	24.800
Capacidade instalada de armazenagem frigorífica em m3	438	1473

o que significa um aumento da capacidade instalada de produção diária de gelo de 211 % e de armazenagem frigorífica de 236 % no período 1989 – 1999.

Nesse período as ilhas de S Nicolau passou pela primeira vez a ser dotada de capacidade de produção de gelo e de estrutura destinada a apoiar a pesca artesanal.

A Boa Vista passou também nesse período a beneficiar de estrutura de apoio à pesca artesanal.

Nessas duas ilhas, as estruturas existentes até 1989 eram mais viradas para a pesca semi industrial e pesca industria (fábricas)l.

O mesmo aconteceu com S. Vicente que foi dotada pela primeira vez em 1994 de duas unidades de apoio à pesca artesanal .

Santo Antão foi dotada de importantes infra estruturas abarcando as seis comunidades de pesca mais importantes da ilha, o mesmo acontecendo com as ilhas do Fogo e da Brava.

A ilha de Santiago é talvez a região do país onde os resultados dos projectos terão produzido em matéria de infra estruturas, maior impacto. O projecto Bad Fida e o projecto do cais de pesca da cooperação Japonesa são os exemplos que maiores resultados terão produzidos. A entrada em pleno funcionamento do cais em 1995, após a construção do entreposto frigorífico com a fabrica de gelo, constitui o primeiro passo para o início de uma nova era da pesca nessa região do país, caracterizada por um maior volume de pescado comercializado, melhores condições de descarga, abastecimento adequado das embarcações, melhor abrigo para os barcos (pesca artesanal e semi industrial).

A entrada em funcionamento da fabrica de gelo da Praia coincidiu com a introdução de 7 novas embarcações de 11 metros e de outros barcos de segunda mão nessa região.

A fabrica contribuiu de forma significativa para a crescente dinâmica da pesca semi - industrial na Praia, assegurando o abastecimento de gelo não só da frota artesanal e semi industrial baseada em Santiago e nas ilhas vizinhas como das vendedeiras da ilha.

É importante ter-se em conta que até 1995 os operadores da Praia abasteciam-se de gelo na fabrica da Gamboa com uma capacidade nominal de 4 Toneladas /dia (nessa altura a produção real situava-se muito aquém do nominal por razões ligadas a idade dessa infra estrutura).

Contudo, as duas fabricas juntas actualmente têm dificuldade em satisfazer a procura de gelo na Praia devido a enorme demanda crescente de gelo da frota baseada nessa região e de algumas dificuldades ligadas ao abastecimento de energia eléctrica e de água ao entreposto frigorífico (inclui a fabrica de gelo)..

Por outro lado, não obstante a importância do entreposto frigorífico da Praia, os operadores da pesca raras vezes recorrem aos serviços de congelação e armazenagem frigorífica dessa estrutura por razões ligadas a natureza da comercialização do pescado em Santiago; a procura

de pescado na Praia aliada aos preços aí praticados que favorecem o escoamento quase de imediato do peixe em fresco sem que se tenha de recorrer à congelação, são apontados como principais causas dessa fraca utilização dessa estrutura.

A título de exemplo, enquanto a cavala é vendida em S. Vicente a 30 Esc. /Kg na Praia é vendida a unidade a preço médio de 20 Esc, o equivalente à 100 Esc/Kg.

É importante contudo salientar que nem todas as infra estruturas criadas trouxeram os resultados esperados;

As pequenas unidades frigoríficas de S. Pedro, Salamansa, Praia Baixo, por exemplo, funcionaram durante muito pouco tempo, estando actualmente inactivas.

A maior parte das que estão em actividade apresentam uma taxa de utilização excessivamente baixa. A sua baixa rentabilidade, baixa procura dos serviços por parte dos operadores, aliada as constantes avarias, fazem com que funcionem com sérias dificuldades.

Pensamos que a projecção dessas unidades não terá tido em consideração a especificidade das comunidades onde foram instaladas (baixos níveis de captura, escoamento por vezes relativamente fácil e, por conseguinte, poucos excedentes, possibilidade de aquisição de gelo nas instalações industriais a preços mais baratos, etc).

Provavelmente o mesmo venha a acontecer com os CTS instalados em 1999/2000 nalguns concelhos de Santiago.

Entretanto existe alguns casos de autêntico sucesso, como as unidades de Furna, de Sal Rei, da fabrica de gelo da Praia, em que a procura de gelo chega a ultrapassar a oferta. Essas unidades possuem portanto, uma elevada taxa de utilização, ainda que de difícil rentabilização.

Evolução de infra-estruturas por ilhas

Ilhas	CTS/Unid. apoio à pesca Artesanal		Arrastadores		Oficina de reparação de motores		Mercados p. venda de peixe		Outros	
	1989	1999	1989	1999	1989	1999	1989	1999	1989	1999
S.Antão	4	6	1	3	1	1	2	3	1 carpintaria	1 carpintaria
S.Vicente	n	2	n	n	1	1	1	2		
S.Nicolau	n	2	n	n	1	1	1	1		
Sal	n	n	1	2	n	n	2	3		
Boa Vista	n	1	n	n	n	n	n	n	1 abrigo p/pescadores	2 abrigos p/pescadores
Maio	1	2	n	n	1	1	n	n		
Santiago	4	8	n	n	1	1	5	7		Cais de pesca, Entrepasto frigorífico Fabrica de gelo
Fogo	2	5	n	1	n	n	1	1		
Brava	1	3	n	n	n	n	n	n		
TOTAL	15	30	2	6	5	5	15	19		

EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO DIÁRIA DE GELO (Kilogramas) POR ILHAS

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<i>S.Antão</i>	350	350	350	2.500	2.500	2.600	3.500	3.500	4.700	5.200	5.700
<i>S.Vicente</i>	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	11.300	11.300	12.300	12.300	17.300	17.300
<i>S.Nicolau</i>	0	0	0	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400	2.400
<i>Sal</i>	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
<i>Boa Vista</i>	400	400	400	400	400	400	0	0	0	0	900
<i>Maio</i>	600	600	600	1.200	1.200	600	600	600	2.100	2.100	2.100
<i>Santiago</i>	4.000	4.000	4.000	4.000	4.500	6.000	16.000	16.000	16.000	16.500	17.000
<i>Fogo</i>	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.400	1.400	1.400	1.400	1.400
<i>Brava</i>	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300	1.500	1.500	3.000	3.000	3.000
<i>Total</i>	27.950	27.950	27.950	33.100	33.600	35.900	46.700	47.700	51.900	57.900	59.800

TABELA

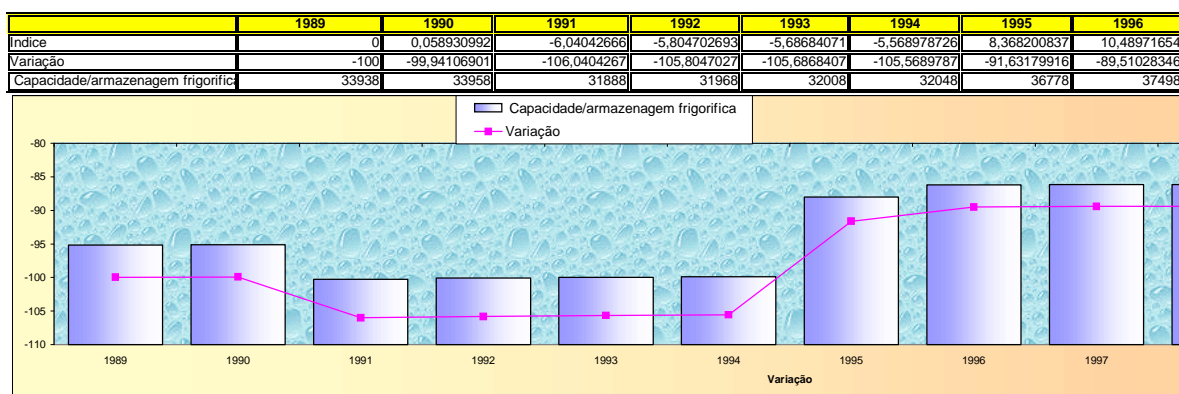
EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO DIÁRIA DE GELO (Kilogramas) POR ILHAS

GRÁFICO

EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA DE ARMAZENAGEM FRIGORÍFICA (em m3) POR
ILHAS

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
S.Antão	40	40	40	40	40	30	50	90	90	95	95
S.Vicente	25.920	25.920	23.850	23.850	23.890	23.890	23.890	24.540	24.540	24.540	24.540
S.Nicolau	40	40	40	120	120	120	120	190	190	190	190
Sal	7.620	7.640	7.640	7.640	7.640	7.640	7.680	7.680	7.680	7.680	7.680
Boa Vista	160	160	160	160	160	160	160	160	180	180	180
Maio	68	68	68	68	68	68	68	68	68	68	68
Santiago	50	50	50	50	50	90	4.740	4.740	4.740	4.740	4.740
Fogo	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
Brava	40	40	40	40	40	40	80	80	80	80	80
Total	33.978	33.998	31.928	32.008	32.048	32.078	36.828	37.588	37.608	37.613	37.613

TABELA



GRÁFICO

A capacidade instalada de congelação de pescado resume-se às três unidades industriais (Interbase, Salmar e Entrepósito Frigorífico da Praia). A nível da pesca artesanal não existe qualquer infra estrutura para congelação (adequada) de pescado e somos de opinião que, a não ser em muito pequena escala, não se justifica a congelação do pescado a nível artesanal devido a sua própria especificidade.

Capacidade de congelação industrial de pescado

Interbase	41 Ton/24h
Salmar	30 Ton/24h
Entrepósito da Praia	32 Ton/24h

7. CONSUMO NACIONAL *PER CAPITA* DO PESCADO

A média do consumo nacional *per capita* do pescado para o período, registou uma ligeira diminuição em relação ao ano de referência na ordem de 0,3%, estabelecendo-se em 17.4 Kgs anual. A taxa de crescimento médio anual para o período é positiva situando-se em 5.1%.

(ver a taxa de crescimento da população durante o período e comparar!)

A leitura da tabela/gráfico permite separar duas tendências de evolução do consumo *per capita*. Até 1992 verifica-se uma evolução decrescente a uma taxa média de -7.5%, passando depois, até o final do período, a uma evolução crescente a uma taxa média anual de 3.7%, não obstante ligeiras oscilações.

Em relação ao ano de referência verificam duas tendências ao longo do período. Nos anos de 1990, 1992, 1993 e 1994 a variação média consumo é negativa com destaque para 1992 onde se situa em -30.1 %, o consumo mais baixo do período. Por outro lado nas restantes ilhas verificam-se variações médias positivas do consumo destacando-se os anos de 1991 e 1999 onde o consumo se situa em cerca de 4 kg acima.

Não é possível determinar o consumo per capita por ilhas visto que não existem informações sobre a dinâmica de comercialização entre as ilhas e nem tão pouco dados de importação e exportação do pescado por ilhas.

VARIAÇÃO DO CONSUMO PER CAPITA

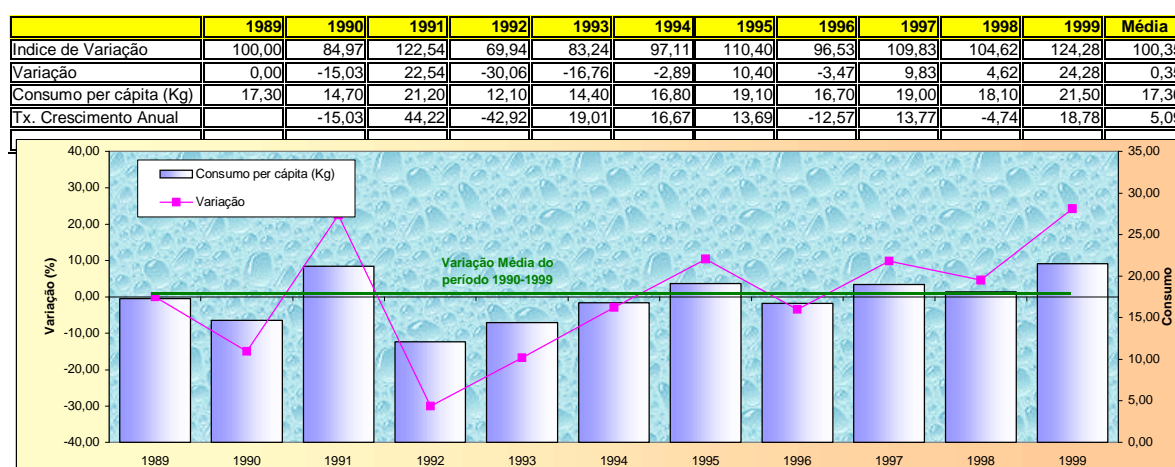


Gráfico 23

A produção artesanal tem uma contribuição preponderante no consumo *per capita* nacional. A sua contribuição média para o período é de 77.3 %. É de particular importância o ano de referência durante o qual a produção artesanal ultrapassa o consumo nacional em 9.8 %, tendo esse excedente tido outro destino, designadamente para a exportação ou armazenado para consumo no ano seguinte.

A evolução da contribuição da pesca artesanal no consumo per capita sofreu uma variação média negativa de 29,5 %. Convém no entanto referir que a variação média anual dessa contribuição se situa abaixo da média do período.

ÍNDICE DE VARIAÇÃO DO CONSUMO PER CAPITA NACIONAL

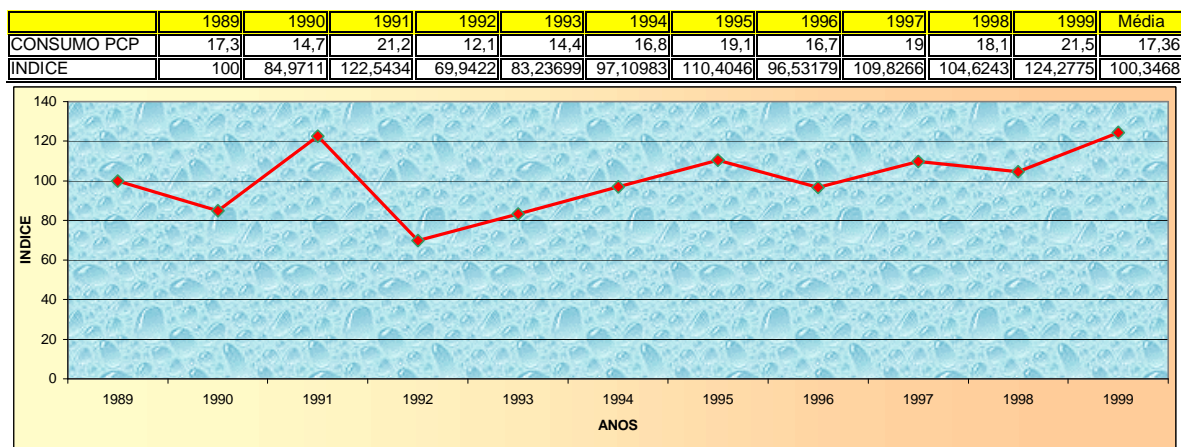


Gráfico 24

8. RENDIMENTO BRUTO

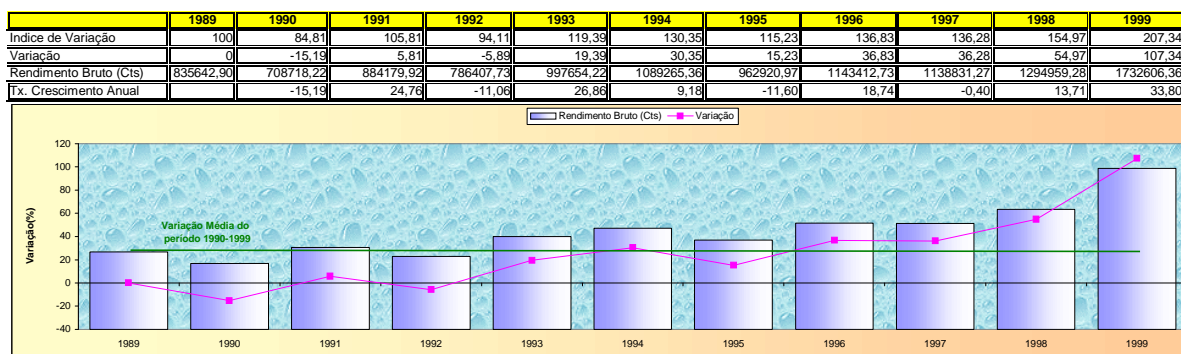
O rendimento bruto da pesca artesanal foi calculado com base em dois parâmetros, designadamente as capturas e o preço médio nacional do pescado. Os dados referentes às capturas são os oficiais publicados pelo INDP e preço médio nacional corresponde ao preço médio do pescado na Praia S. Vicente e Zonas Rurais para as espécies do tipo chicharro, garoupa, cavala, dobrada, atum, conservas e peixe seco. **(METODOLOGIA)**

A variação média do rendimento bruto a preços correntes da pesca artesanal para o período situou-se em 28.5% acima do ano de referência o que monetariamente representa 238.252 contos. Em termos absolutos, a média do rendimento é superior a um milhão de contos tendo-se evoluído de uma forma contínua a uma taxa de crescimento médio anual de 8.9%.

Distinguem-se no gráfico duas tendências de evolução da curva do rendimento ao longo do período em estudo. Até o ano de 1995, a taxa de crescimento médio é de 3.8% seguido de um crescimento mais acentuado a partir desta data a uma taxa média anual de 16.5%.

EVOLUÇÃO ANUAL DA VARIAÇÃO DO RENDIMENTO BRUTO DA PESCA ARTESANAL

Gráfico 25



A leitura do gráfico 26 que se segue mostra que a variação média do rendimento para o período é positiva em todas as ilhas, à excepção da ilha de Santiago que permaneceu negativo e ligeiramente abaixo do ano de referência em 2%.

ÍNDICE MÉDIO DE VARIAÇÃO DO RENDIMENTO BRUTO DA PESCA
ARTESANAL POR ILHAS (1990-1994)
1989 = 100

	S. Ant.	S. Vic.	S. Nic.	Sal	Boav.	Maio	Sant.	Fogo	Brava	Média
Índice médio	110,05	126,61	172,44	179,65	299,34	279,15	97,97	128,81	284,20	186,47
Variação média	10,05	26,61	72,44	79,65	199,34	179,15	-2,03	28,81	184,20	86,47
Média Rendim/Bruto (Cts)	132366,40	225281,80	95583,17	77737,36	21915,04	62769,26	318274,10	82007,97	57960,56	119321,74

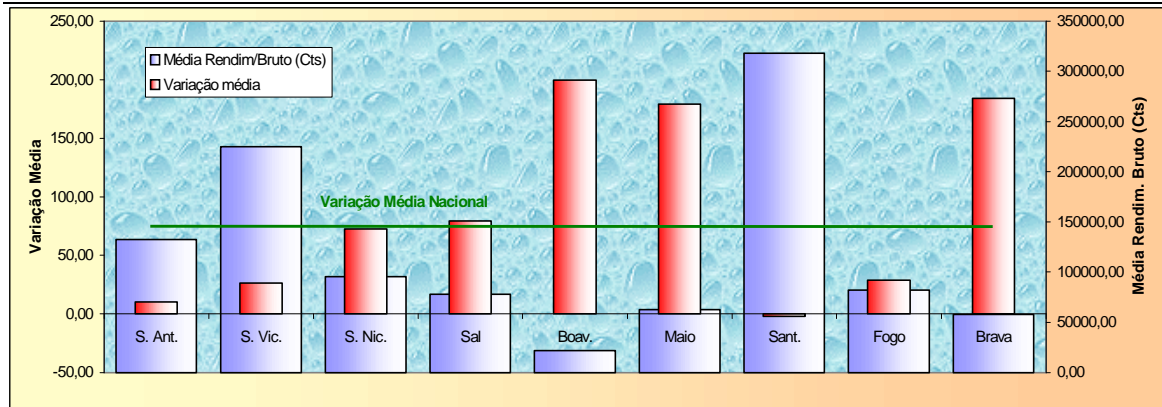


Gráfico 26

As maiores variações médias do rendimento bruto se registam nas ilhas da Boavista, Maio e Brava encontrando-se acima da média nacional em 112.5%, 92.5% e 97.5% respectivamente. Nas restantes ilhas, a variação média do rendimento bruto encontra-se inferior à média nacional estando as ilhas de S. Nicolau e Sal muito próximos da média.

9. VALOR ACRESCENTADO BRUTO (V.A.B.)

O valor acrescentado bruto da pesca artesanal sofreu uma variação média negativa durante o período de 3.41 % apesar de ter crescido a uma taxa média anual de 4.43 %. A leitura do gráfico 27 aponta para uma tendência negativa até 1992 com uma taxa média anual de -20 %, seguido de uma outra evolução positiva a uma taxa de 4.9 pontos percentuais.

Em relação ao ano de referência nota-se que os anos de 1993, 1994 e os dois últimos anos do período são os únicos com variações positivas.

A contribuição do VAB da pesca artesanal no PIB foi pouco significativa durante o período, situando-se em 1.33 %. A sua evolução ao longo do período é negativa a uma taxa média anual de 5.44%. Constata-se ainda que a variação da contribuição do VAB no PIB em relação ao ano de referência foi sempre negativa e contínua, o que, em média, representa -36.8 %.

EVOLUÇÃO ANUAL DA VARIAÇÃO DO V A B DA PESCA ARTESANAL

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996*	1997*	1998*	1999	Média
VAB Cts	443,6	306,5	417,5	340,4	458,9	500,2	409	423	470,1	530,8	N/D	428,49
Cont.Pesca Artesanal no PIB (% do PIB)	2,1%	1,4%	1,8%	1,4%	1,6%	1,5%	1,1%	1,1%	1,0%	1,1%	N/D	1,33%
Variação VAB	0	-30,91	-5,88	-23,26	3,45	12,76	-7,80	-4,64	5,97	19,66	N/D	-3,41
Variação (% PIB)	0	-33,33	-14,29	-33,33	-23,81	-28,57	-47,62	-49,78	-50,78	-49,39	N/D	-36,77
Tx. Crescimento Anual VAB		-30,91	36,22	-18,47	34,81	9,00	-18,23	3,42	11,13	12,91	N/D	4,43
Tx.Crescimento Anual (% PIB)		-33,33	28,57	-22,22	14,29	-6,25	-26,67	-4,13	-1,99	2,82	N/D	-5,44

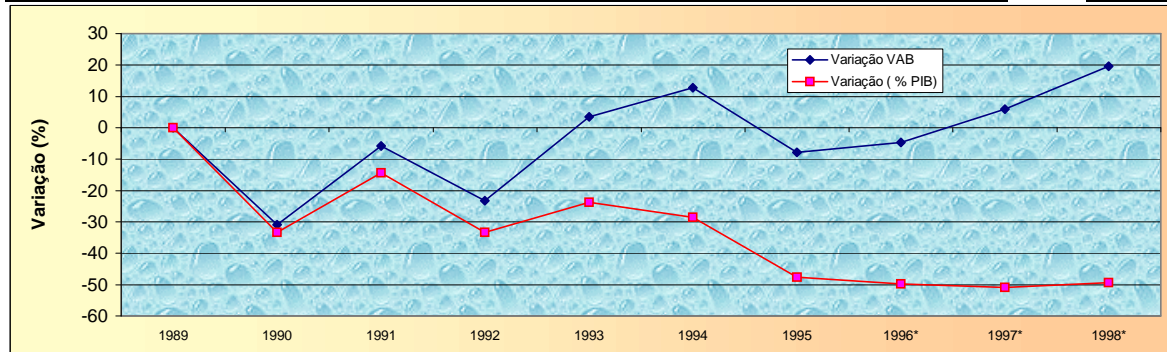


Gráfico 27

Em síntese conclui-se, pela análise dos dados, que a média da contribuição do V.A.B. gerado pelo sector da pesca artesanal no PIB durante o período é de 1,9%, como se pode calcular a partir da tabela/gráfico acima indicado.

A evolução do valor acrescentado bruto da pesca artesanal durante o período manifesta a mesma tendência da evolução da sua contribuição no PIB. Salienta-se, entretanto que a partir de 1992, a taxa de crescimento do VAB é muito mais alta do que a taxa de crescimento da sua contribuição no PIB. Entre 1993 e 1994 a contribuição da pesca artesanal no PIB sofreu uma redução de 6,3% o que em relação ao ano de referência representa uma redução de 29%.

Por outro lado, pode-se verificar que o VAB registou no último ano um aumento equivalente a 12,8% em relação ao ano de base.

As análises comparativas dos índices de variação da contribuição dos valores acrescentados da pesca artesanal no PIB do país apontam valores extremamente, isto é, abaixo da base 100. De uma forma global e nacional o índice de variação médio dessa contribuição no PIB ao longo do período se situa a 26,7% abaixo dos valores do ano de referência, como se pode claramente verificar através da tabela e gráfico acima representado.

Deduz-se do gráfico 27 que, não obstante a pesca ser considerada um sector estratégico para o desenvolvimento económico do país, a sua contribuição no PIB continua sendo extremamente baixa.

(Comentários)

ABORDAGEM CRUZADA DOS PARAMETROS

A adopção do princípio de cruzamento de parâmetros tem como propósito estabelecer correlações por forma a permitir uma análise integrada e mais abrangente do comportamentos destes parâmetros.

Dada a natureza do impacto que se propõe medir, essa abordagem centra-se num eixo comum de orientação que esteja directa ou indirectamente relacionada com os desembarques. Assim, correlacionando os desembarques com outros parâmetros nomeadamente, esforço de pesca, botes, pescadores, taxa de motorização, de entre outros, obtém-se uma quantidade muito expressiva de informação, fundamental para deduções e conclusões de natureza sócio-económica e biológica.

1. CAPTURA POR UNIDADE DE ESFORÇO (CPUE)

A CPUE a nível nacional e durante o período sofreu uma variação média negativa de 10.9 % em relação ao ano de referência. A evolução média anual para o período é negativa e equivalente a -0.5 %.

Em relação ao ano de referência nota-se que em todos os anos do período a variação da CPUE manteve um comportamento negativo.

Em relação a variação média da CPUE do período, apenas nos anos 1992, 1993, 1994 e 1999 se registam valores superiores

EVOLUÇÃO ANUAL DA VARIAÇÃO DO ESFORÇO DE PESCA

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Média
Índice de Variação	1000	864	851	922	950	959	854	882	847	855	926	8911
Variação	00	-136	-149	-78	-50	-41	-146	-118	-153	-145	-74	-1089
CPUE (Tons/Vagem)	0041	0036	0035	0038	0039	0040	0035	0036	0035	0035	0038	0037
Tx. Crescimento Anual		-13.55	-1.50	8.37	3.00	0.91	-11.01	3.30	-3.95	0.99	8.26	-0.52

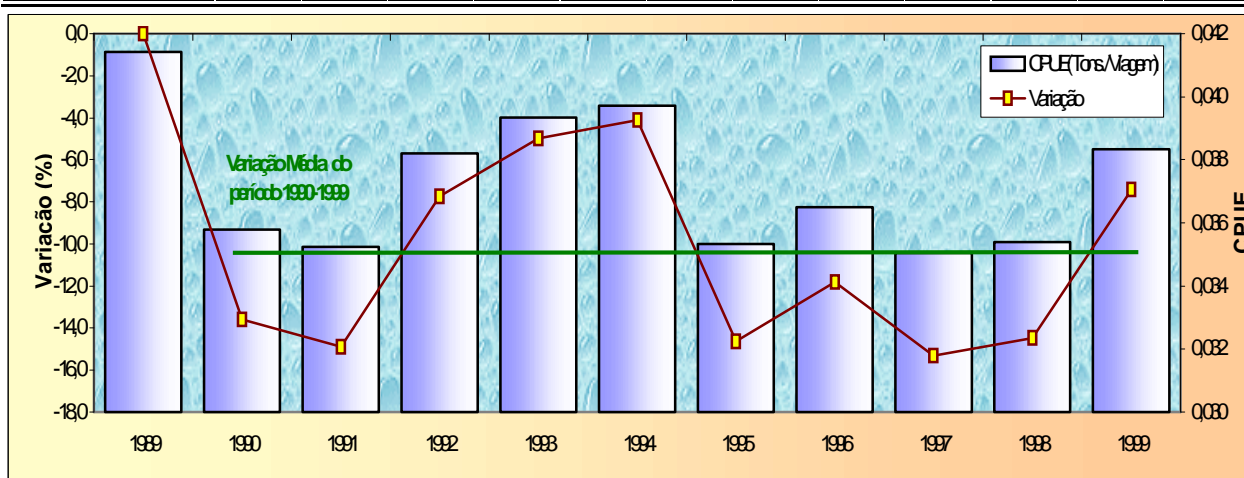


Gráfico 28

ÍNDICE MÉDIO DE VARIAÇÃO DA CPUE POR ILHAS (1990-1994)

1989 = 100

	S. Ant.	S. Vic.	S. Nic.	Sal	Boav.	Maio	Sant.	Fogo	Brava	Média
Índice médio	70,56	85,67	85,13	57,23	140,31	117,90	89,32	83,05	75,03	89,36
Variação média	-29,44	-14,33	-14,87	-42,77	40,31	17,90	-10,68	-16,95	-24,97	-10,64
Média CPUE (Tons.)	0,042	0,080	0,056	0,045	0,031	0,041	0,028	0,016	0,055	0,04

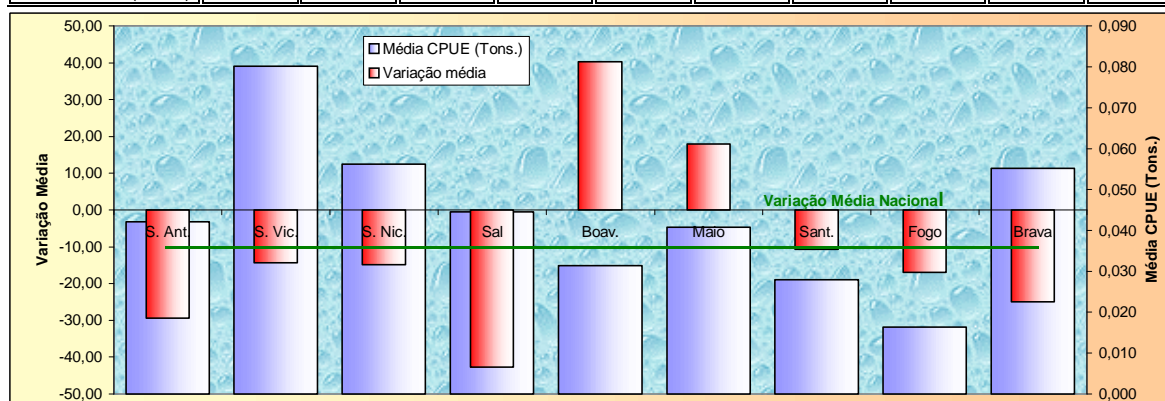


Gráfico 29

A CPUE por ilha ao longo do período sofreu uma variação média negativa na ordem dos 10,6 %, destacando-se a ilha da Boavista com uma variação positiva de 40,3 % e a ilha do Sal com a mais baixa variação equivalente a -42,8 %. Verifica-se ainda que, apenas duas ilhas (Boavista e Maio) registaram variações positivas quer em relação ao ano de referência quer em relação a média do período.

2. PRODUTIVIDADE POR PESCADOR

A produtividade por pescador ao longo do período evoluiu a uma taxa média anual de 0,92%, registando uma variação média do período de -32% em relação ao ano de referência.

A leitura do gráfico 30 permite destacar duas tendências de evolução. A primeira com variação negativa que vai de 1990 a 1995 onde a taxa média de evolução é de -8,9% e a segunda nos anos posteriores com uma taxa de crescimento média anual de 15,9%.

Em relação ao ano de referência, a produtividade por pescador decresceu ao longo de todo o período a um ritmo contínuo manifestando no ano de 1999 um crescimento considerável de 51,4% em relação ao ano precedente.

Verifica-se também que de 1994 a 1998 a variação da produtividade por pescador é inferior a média do período. Destaca-se contudo que no ano de 1995 essa variação é a mais baixa e situa-se em -45%.

A leitura do gráfico 30, mostra que apenas as ilhas da Boavista, Maio e Brava registam variações médias de produtividade por pescador positivas em relação ao ano de referência e a média nacional.

EVOLUÇÃO ANUAL DA VARIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR PESCADOR

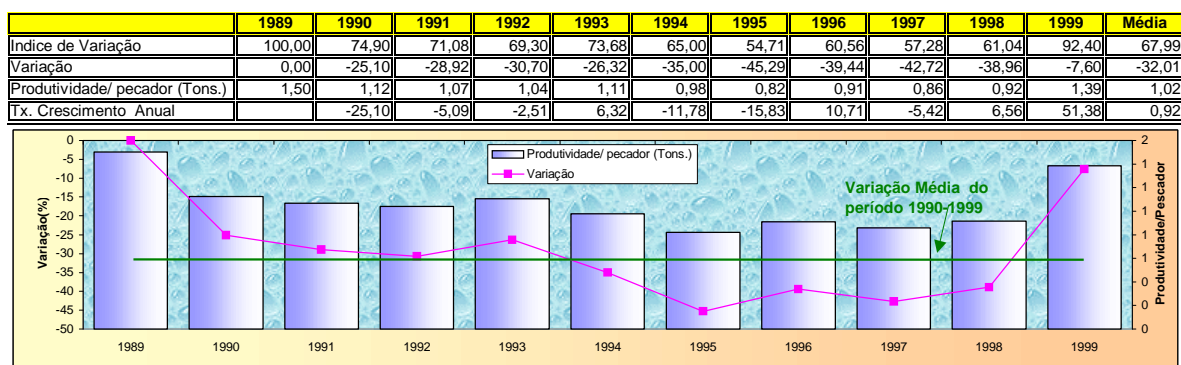


Gráfico 30

O índice médio de variação da produtividade por pescador é mais elevada nas ilhas da Boavista, Maio e Brava onde ela ultrapassa os valores do ano de referência em 13,8%, 32,6% e 34%. Os menores índices de produtividade por pescador se registam, por outro lado, nas ilhas de Santo Antão e Santiago, com valores abaixo da base 100 e ainda inferiores ao índice da produtividade média nacional. Os índices de variação correspondentes são de 49% e 38% respectivamente em relação à base 100.

ÍNDICE MÉDIO DE VARIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR PESCADOR POR ILHAS (1990-1999) 1989 = 100

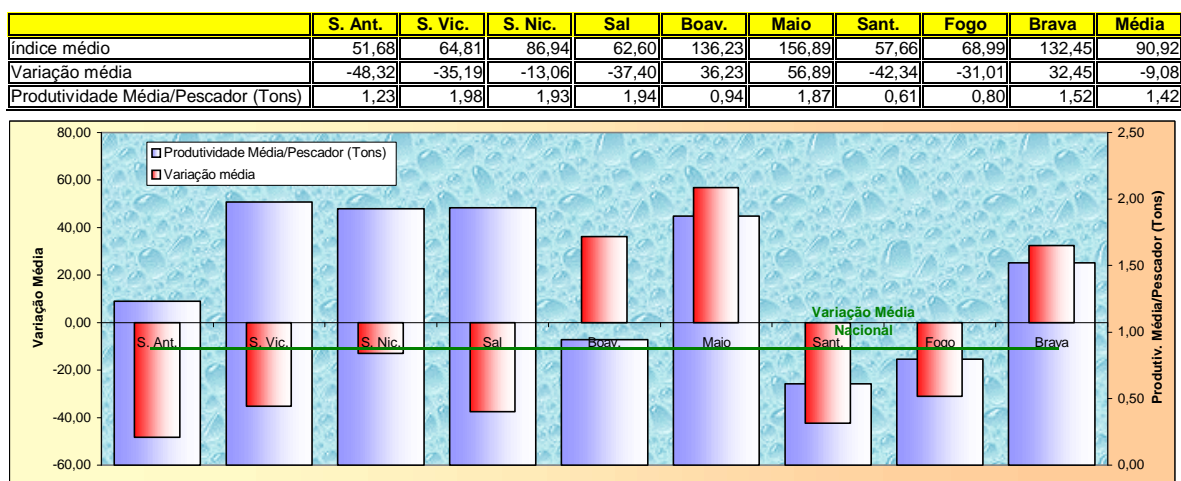


Gráfico 31

3. PRODUTIVIDADE POR BOTE

A média da produtividade por bote a nível nacional, para o período em análise, é de 3,6 toneladas, o que é inferior ao ano de referência em -20,6%, apesar de registar um crescimento médio anual positivo de 1,1%, conforme se pode constatar no gráfico 32. Em todos os anos do período em estudo a variação da produtividade é negativa a excepção do ano de 1999, onde ela é positiva e ultrapassa o ano de referência em 3%.

Em relação a média do período, a produtividade por bote é expressivamente inferior nos anos de 1992 e 1995 em -8,1% e -11,4%, respectivamente.

EVOLUÇÃO ANUAL DA VARIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR BOTE

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Média
Índice de Variação	100,00	79,58	77,95	71,29	77,71	80,73	68,00	75,81	77,22	82,29	102,99	79,36
Variação	0,00	-20,42	-22,05	-28,71	-22,29	-19,27	-32,00	-24,19	-22,78	-17,71	2,99	-20,64
Produtividade / Bote (Tons.)	4,55	3,62	3,55	3,25	3,54	3,68	3,10	3,45	3,52	3,75	4,69	3,61
Tx.Crescimento Anual		-20,42	-2,05	-8,54	9,01	3,89	-15,77	11,48	1,86	6,56	25,16	1,12

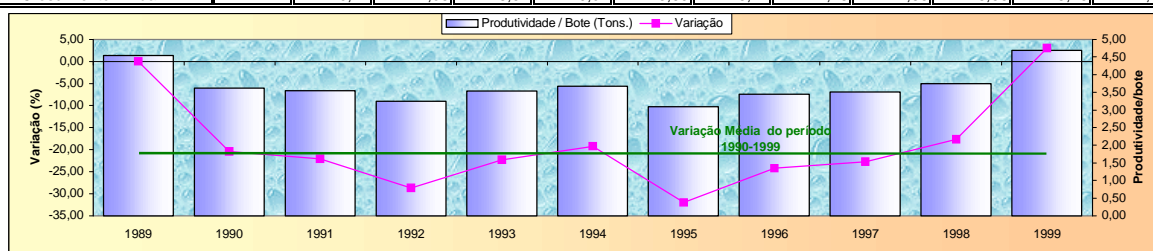


Gráfico 32

A nível das ilhas, verifica-se que apenas Boavista, Maio e Brava registam variações superiores ao ano de referência, embora S. Vicente e S. Nicolau registarem variações positivas mas muito próximos do ano de referência.

A variação da produtividade média por bote ao longo do período é superior ao ano de referência em 2,74%.

ÍNDICE MÉDIO DE VARIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR BOTE POR ILHAS (1990-1999) - 1989 = 100

	S. Ant.	S. Vic.	S. Nic.	Sal	Boav.	Maio	Sant.	Fogo	Brava	Média
Índice médio	60,54	101,30	102,04	56,83	160,27	153,69	69,73	59,95	160,32	102,74
Variação média	-39,46	1,30	2,04	-43,17	60,27	53,69	-30,27	-40,05	60,32	2,74
Produtiv. Média/Botes (Tons.)	4,84	8,89	6,18	4,48	2,09	4,64	2,41	2,15	3,79	4,38

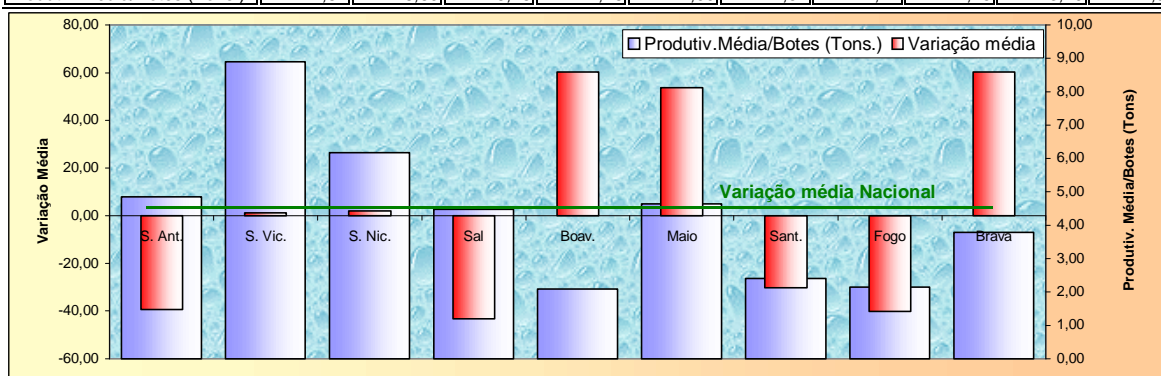


Gráfico 33

As ilhas com maior produtividade média por botes são as de S. Vicente, S. Nicolau, Sal, S. Antão e Maio com registos acima da média nacional e do ano de referência. Contudo, verifica-se as variações médias nas ilhas de S. Antão e Sal são inferiores ao ano de referência, acontecendo o mesmo com as ilhas de Santiago e Fogo.

4. PRODUTIVIDADE POR ENGENHO

A leitura do gráfico 34, mostra que a linha é o engenho com mais expressão a nível das capturas totais nacionais, para todo o período, com uma participação média de 69,15%, enquanto que os restantes engenhos com apenas 30% aproximadamente.

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR ENGENHOS

	Linha		Cерco		Emalhar		Praia		TOTAL	
	Tons	%	Tons	%	Tons	%	Tons	%	Tons	%
1989	4233,40	66,23	2158,10	33,77	0,00	0,00	0,00	0,00	6391,50	100,00
1990	3691,80	74,78	1002,80	20,31	23,90	0,48	218,10	4,42	4936,60	100,00
1991	3462,50	70,92	1396,00	28,59	0,00	0,00	23,50	0,48	4882,00	100,00
1992	2833,30	65,75	1271,30	29,50	145,30	3,37	59,00	1,37	4308,90	100,00
1993	3230,80	66,81	1406,70	29,09	109,40	2,26	88,60	1,83	4835,50	100,00
1994	3737,50	69,89	1359,40	25,42	182,30	3,41	68,30	1,28	5347,50	100,00
1995	3482,11	76,59	804,50	17,70	208,60	4,59	51,10	1,12	4546,31	100,00
1996	3631,60	73,90	861,00	17,52	356,50	7,25	65,10	1,32	4914,20	100,00
1997	3787,80	76,96	924,00	18,77	108,80	2,21	101,30	2,06	4921,90	100,00
1998	3163,60	60,34	1274,40	24,31	615,80	11,74	189,30	3,61	5243,10	100,00
1999	3301,30	55,56	1459,30	24,56	858,50	14,45	322,30	5,42	5941,40	100,00

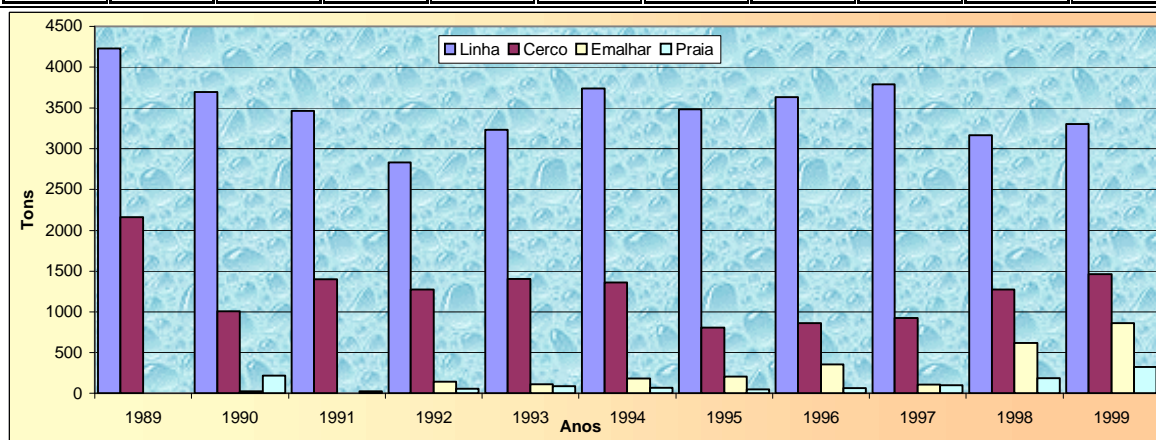


Gráfico 34

A nível das ilhas e ao longo do período verificam-se algumas particularidades importantes. Nas ilhas do Maio e da Brava a totalidade das capturas é feita com a linha, enquanto que nas ilhas de Boavista S.Nicolau e Fogo predomina a linha embora se verifique nos últimos anos, mas com pouca expressão capturas feitas com redes. Salienta-se que a rede de cerco tem uma expressão significativa em S. Antão e S. Vicente, evidenciando entretanto que a rede de emalhar é mais expressiva na ilha de Santiago.

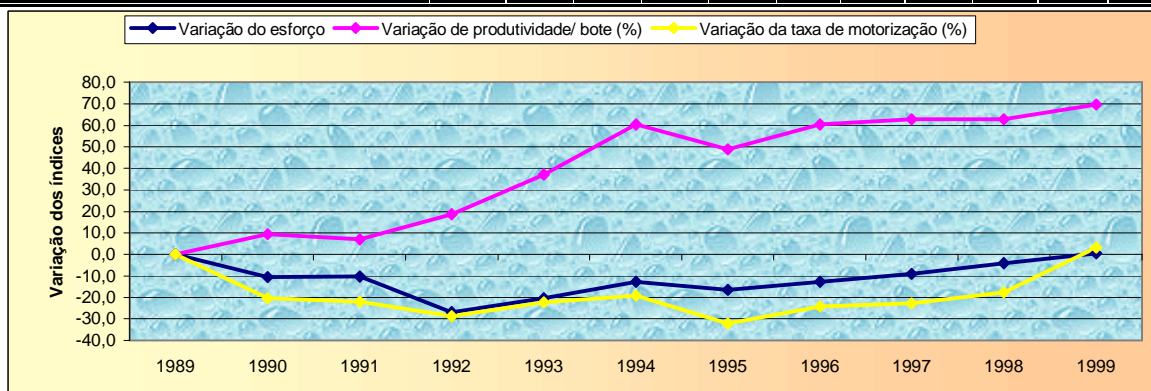
5. ESFORÇO DE PESCA, TAXA DE MOTORIZAÇÃO E PRODUTIVIDADE POR BOTE

A correlação entre estes três parâmetros permite recolher informações sobre as tendências evolutivas ao longo do período facilitando as análises posteriores.

A leitura do gráfico 35 mostra que a variação da produtividade média por bote ao longo do período manteve sempre acima do ano de referência a um ritmo crescente situando-se em 1999 em 69.9% acima enquanto que a variação média do esforço e da taxa de motorização são sempre negativas, ao longo de todo o período, apesar de no ano de 1999 aproximarem-se do ano de referência.

Gráfico 35

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Índice de Variação do Esforço	100,0	89,4	89,7	73,1	79,7	87,3	83,4	87,2	91,0	96,0	100,4
Índice de Motorização	100,0	109,3	107,0	118,6	137,2	160,5	148,8	160,5	162,8	162,8	169,8
Índice de Produtividade	100,0	79,6	77,9	71,3	77,7	80,7	68,0	75,8	77,2	82,3	103,0
Variação do esforço	0,0	-10,6	-10,3	-26,9	-20,3	-12,7	-16,6	-12,8	-9,0	-4,0	0,4
Variação de produtividade/ bote (%)	0,0	9,3	7,0	18,6	37,2	60,5	48,8	60,5	62,8	62,8	69,8
Variação da taxa de motorização (%)	0,0	-20,4	-22,1	-28,7	-22,3	-19,3	-32,0	-24,2	-22,8	-17,7	3,0



ANÁLISE DE IMPACTO SOCIO-ECONÓMICO E BIOLÓGICO

As consultas e análises comparativas efectuadas aos documentos e matrizes dos projectos da pesca artesanal em Cabo Verde (ver resumo dos projectos em anexo), demonstram a unanimidade dos projectos no estabelecimento dos objectivos. Todos estabelecem como objectivo imediato o aumento da captura nacional através da implementação de uma série de acções e actividades concretas, todas elas relacionadas directa ou indirectamente com os factores de produção, por um lado e, com as condições de produção, por outro. Destaca-se assim, e de uma forma geral, a melhoria da frota artesanal através da introdução de embarcações melhoradas, a melhoria dos meios de propulsão com a aquisição de motores internos e de motores fora de borda, e a melhoria dos meios efectivos de captura pela via da aquisição de materiais de pesca. Em relação a melhoria das condições de produção é importante ainda realçar as acções de formação e assistência técnica bem como a concepção e implementação de programas de crédito, este último como um instrumento essencial de desenvolvimento.

Na óptica dos projectos, a implementação efectiva das acções e actividades acima mencionadas permitiria, aos operadores artesanais, a exploração de pesqueiros mais afastados da zona costeira e, por conseguinte, menos expostos a esforços de pesca acrescidos e, aumentar assim as capturas e os rendimentos.

1. O impacto socio-económico

Do ponto de vista da avaliação que é aqui apresentada, a aferição do impacto socio-económico dos principais projectos na pesca artesanal é feita em função do grau de consecução dos objectivos estabelecidos. Tendo este princípio como orientação principal e, considerando o exposto na introdução deste capítulo, o impacto é medido sempre em referência a evolução da captura nacional e a sua consequente conversão em rendimentos que traduzam efectivamente melhorias nas condições de vida das comunidades piscatórias, dos principais operadores da pesca artesanal, em particular e, de toda a população cabo-verdiana, em geral.

Pelas razões e fundamentos apresentados as medições e análises de impacto socio-económico, que se seguem, baseiam-se, fundamentalmente, nas **capturas e rendimentos** e, subsidiariamente, nas variáveis derivadas das relações estabelecidas a partir daqueles parâmetros, designadamente, **produtividade por pescador, produtividade por bote, consumo per capita e VAB da pesca artesanal**. Todavia, procurar-se-á também analisar os efeitos, directos e/ou indirectos, das actividades desses projectos na evolução da motorização e da frota, na modernização das técnicas de pesca e introdução de novos engenhos, nos métodos de conservação e transformação do pescado, na construção de infra-estruturas de apoio a pesca, na formação e assistência técnica, de entre outros.

2. O impacto biológico

Numa avaliação de impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal durante um período tão longo (1988-1999) em que, fruto do processo de exploração dos recursos biológicos, há necessariamente, uma determinada pressão humana sobre aqueles, interessa medir, de forma mais rigorosa e objectiva possível, as acções do homem sobre o recurso, as reacções do recurso à acção do homem e as interacções entre este e aquele, por forma a se apreender com objectividade o contexto económico, social e ambiental em que a actividade da pesca é exercida. É esta apreensão da realidade que nos permite fazer o diagnóstico sobre o estado de exploração de um recurso, elaborar prognósticos sobre a sua evolução futura - a curto, médio e longo prazos - sempre em função de determinados cenários de exploração.

Tais cenários são definidos de acordo com os objectivos e as políticas sectoriais e nacionais de desenvolvimento económico e social, estabelecidas pelo poder político.

Seguindo os mesmos princípios metodológicos do ponto anterior, optou-se por escolher como indicador principal do estado do recurso, a **captura por unidade de esforço (CPUE)** que, classicamente, é tido como um dos principais indicadores do estado de um stock sujeito a uma exploração comercial. Este parâmetro, que representa uma variável derivada de duas outras – **captura** e **esforço** – pode ser assumido como sendo proporcional a biomassa de um determinado stock no mar (Sparre e col., 1989).

Entretanto, se do ponto de vista teórico não se vislumbram grandes constrangimentos técnicos na aplicação deste princípio, do ponto de vista prático, a sua aplicação revela alguma exigência de rigor sobretudo, ao nível da quantificação do esforço de pesca. Efectivamente, a quantificação da actividade predadora do homem em relação ao recurso, conduz a noção de esforço de pesca que pode ser considerado como sendo “... uma medida do conjunto de meios de captura, utilizado pelos pescadores sobre um stock, durante um determinado intervalo de tempo.” (Poinsard e Le Guen, citados por Laurec e Le Guen, 1981). O **esforço efectivo de pesca** é um dado proporcional a mortalidade devida a exploração e portanto, fundamental da biologia haliêutica, pois, por um lado, ele participa, por vezes de forma desastrosa, na evolução das populações e, por outro, ele permite derivar índices de biomassa dos stocks explorados – a CPUE (Medina, 1995).

No caso de Cabo Verde, a quantificação do esforço de pesca não integra a necessidade da eficácia da pesca ou seja, as estatísticas das pescas assumem o esforço efectivo (também designado como o esforço do ponto de vista do recurso) como uma variável quantitativamente igual ao esforço nominal (esforço do ponto de vista do pescador).

Este constrangimento limita qualquer interpretação quantitativa e absoluta da evolução dos índices de biomassa com base na CPUE. Perante tal limitação de ordem técnica, a análise contida neste trabalho, deve ser entendida, somente e apenas, em termos de tendência ao longo do período em estudo, admitindo assim que os desvios da CPUE produzidos pela margem de erro, entre o esforço nominal e o esforço efectivo, é constante ao longo dos anos. Interessa contudo **recomendar** às instituições de investigação haliêutica e de gestão pesqueira a necessidade de se estudar com rigor a relação entre essas duas variáveis por forma a corrigir a série de dados disponíveis para efeito de estudos de dinâmica das pescarias em Cabo Verde, bem como para um melhor conhecimento da eficiência da pesca.

Aliado a avaliação da evolução da CPUE, serão analisados ainda o eventual impacto da motorização, bem como da evolução do número de botes e de pescadores, todos factores que concorrem para o conjunto de meios que caracterizam o esforço de pesca.

3. Impacto Nacional

Nesse contexto, a análise do **gráfico representado na figura ...** permite uma primeira constatação objectiva, demonstrando que, paradoxalmente o que se verificou foi uma redução das capturas artesanais durante o período em análise e em relação ao ano de referência, não obstante os avultados esforços de investimento. Assim sendo, uma primeira dedução seria que o objectivo de aumentar a captura artesanal através do aumento e da melhoria dos factores de produção e das condições de produção, como resultado do consequente aumento dos esforços de pesca, não foi alcançado.

Entretanto uma leitura mais atenta da evolução da captura artesanal e conforme as constatações anteriormente feitas (**figura...**), esse parâmetro tendia a decrescer no período 1990 a 1992, tendo-se retomado, nos anos subsequentes, um crescimento progressivo da captura, para se atingir no fim do período em estudo - 1999, valores de captura muito próximos do ano de referência.

A experiência de gestão e execução de projectos de desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento, tem vindo a mostrar que os efeitos das mais diversas acções de um determinado projecto, não são imediatos e nem têm um impacto sustentável a curto prazo. Durante o período de execução de um determinado projecto, verifica-se sempre uma fase latente necessária para que as actividades e respectivos resultados ganhem complementaridade e sinergias necessárias ao concurso para o mesmo objectivo.

Entendemos pois que, para o período em análise, este princípio poder-se-á aplicar pois, não obstante durante o primeiro terço do período, inúmeras e importantes acções e actividades de vários projectos terem sido realizadas, potenciando o aumento e a melhoria dos factores e das condições de produção na pesca artesanal (aquisição e distribuição de motores, estabelecimento de práticas de crédito, adequação da frota, adopção de melhores práticas de pesca, estabelecimento de vias de comercialização, formação e assistência técnica etc.) podemos admitir que, a nível nacional, se registou uma fase de desenvolvimento latente de aproximadamente 3 anos (1990-1992), sem qualquer expressão objectiva no aumento das capturas e consequentemente dos rendimentos. Essa fase terá sido necessária para que os efeitos positivos das acções e actividades implementadas fossem necessariamente sinérgicos, integrados, cumulativos e suficientemente expressivos para vencer a inércia de desenvolvimento e contrariar a tendência de decrescimento acentuado da produção artesanal.

Uma vez vencida tal inércia de desenvolvimento, iniciou-se com fulgor, um período áureo de tendência crescente até 1999.

Pode-se então, e de forma geral, admitir que o impacto dos projectos de desenvolvimento da pesca artesanal foi positivo, essencialmente sob dois eixos de importância capital:

- ✓ **Vencer uma certa inércia de desenvolvimento com tendência decrescente.** Os projectos foram de extrema importância para que se pudesse vencer uma tendência notória de degradação das condições de prática da actividade. Nesta fase, não se era de esperar resultados objectivos que não fossem os de recuperação do sector e criação, então, de condições para que as acções e actividades subsequentes produzissem a tendência verificada após 1992.
- ✓ **Desencadear um período de efectivo crescimento da produção artesanal.** Uma vez recuperado o sector, ou seja, após se ter atingido o “limiar de desenvolvimento”, inicia-se um período em que toda a acção e actividade dos projectos, produz um efeito positivo expresso e objectivo.

A lógica da análise aqui apresentada tem fundamento num prognóstico realista de desenvolvimento do sector, durante o período, segundo dois cenários bem distintos:

- ✓ **Não existência de projectos de desenvolvimento durante o primeiro terço do período.** Caso não existissem projectos de desenvolvimento, a tendência de decrescimento verificado, ter-se-ia mantido e eventualmente o sector da pesca artesanal atingiria uma fase de completa descaracterização e de difícil recuperação a curto ou médio prazos. Os resultados seriam, nesse caso, o colapso de um sector primário de actividade produtiva, com as consequências socio-económicas nefastas que daí resultariam. Este é o cenário que não se verificou!
- ✓ **Surgimento de projectos de desenvolvimento numa fase estável ou crescente do desenvolvimento da pesca artesanal.** Num outro cenário diferente, são implementados projectos de desenvolvimento numa fase estável ou crescente da pesca artesanal, cujas acções e actividades se integram, se complementam e seus resultados se adicionam produzindo um impacto manifestamente positivo e elevando e mantendo a pesca artesanal num nível de importância socio-económica significativa como sector produtivo primário.

Entretanto, entendemos que o estabelecimento dos objectivos dos projectos foi feito num contexto em que não se tinha um conhecimento exaustivo do sector, daí se ter limitado o alcance dos projectos em termos de objectivo

A recuperação verificada em 1992 está necessariamente ligada a resultados decorrentes da implementação das actividades dos projectos de pesca artesanal, que foram vários, mas que, de entre eles, se destaca o PDPA – BAD/FIDA (1988 – 2000), que não obstante o seu carácter nacional, reserva, no documento de projecto, uma atenção muito especial as comunidades piscatórias da ilha de Santiago. Pela natureza da ilha, com comunidades muito dispersas e muito heterogêneas em termos de desenvolvimento económico e social, ela se posiciona como um alvo acolhedor de toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento. É assim que muitos outros projectos de pesca artesanal deixaram na ilha resultados cuja continuidade e complementaridade dos seus efeitos sustentáveis garantem cumulativamente o impacto positivo que é aqui apresentado. Referimo-nos aos projectos de apoio institucional GCP/CVI/028/NET (1992-1994), GCP/CVI/033/NET (1995-2000) ambos financiados pelos Países-Baixos e executados conjuntamente pela FAO e pelo INDP, ao projecto GCP/CVI/033/AGF (1995-1997), financiado pelos Fundos Árabes de Desenvolvimento, também executado conjuntamente pela FAO e pelo INDP – ver resumos dos projectos. Referimo-nos ainda, aos projectos financiados pelo Estado no âmbito do Orçamento de Investimentos, executados pelo INDP e pelo FDP, bem como projectos com as ONG's, que integradamente tiveram um efeito complementar no impacto globalmente positivo.

De entre as actividades implementadas por aqueles projectos e instituições, destacamos a introdução de embarcações melhoradas e com meios de propulsão mais modernos – motores fora de borda e motores interno, construção de infra-estruturas de apoio (frio, mecânica e carpintaria naval), implementação de programas de crédito e de métodos de poupança, introdução de práticas de pesca de pequenos pelágicos com engenhos diversificados (rede de cerco, de praia e de emalhar), maior inserção da mulher nas actividades da pesca, formação e assistência técnica nas áreas de mecânica naval, carpintaria, confecção de redes e conservação de pescado, etc., destinado aos operadores de pesca.

A nível nacional o impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal é positivo, não obstante os indicadores apresentarem valores relativamente baixos, quando comparado o todo nacional com ilhas onde a performance dos projectos se revelou mais significativa (Sal, Brava, Maio). Tal análise demonstra um certo nivelamento dos impactos ao nível nacional, embora a sua interpretação deva merecer muita cautela pois a heterogeneidade da pesca artesanal nas diversas ilhas é um factor de muita complexidade, não só em resultado das diferenças culturais como também das diferenças em termos de desenvolvimento económico e social.

Pretende-se com esta abordagem demonstrar que as possibilidades de sucesso, de um mesmo projecto, são manifestamente diferentes de uma ilha a outra pois, o ponto de partida é também diferente, não apenas em termos culturais (nível de escolaridade, hábitos e costumes²) e socio-económicos (acesso aos meios de comunicação, níveis de bem-estar social etc.), como também em termos bio-oceanográficos e de pesca. Basta atender-se ao facto de que as condições oceanográficas (extensão da plataforma continental, topografia, morfologia e composição geológica dos fundos, condições oceanográficas dominantes, produtividade primária, etc.).

A tabela ??? apresenta, de acordo com um inquérito nacional levado a cabo junto dos operadores de pesca, indicadores de bem-estar social nas diferentes ilhas, com excepção da ilha de São

² - O pescador da Brava prima o exercício da sua profissão por uma constante competitividade em termos de performance entre eles, com necessária expressão social na comunidade onde se encontra inserido. Nesta mesma ilha a perícia e os conhecimentos do mar e da pesca, são transmitidas apenas no seio da família, de pai para filho, mas somente quando aquele deixa de estar no activo.

Nicolau, por dificuldades de trabalho com o inquiridor do INDP naquela ilha. Nota-se por exemplo que 52 % dos operadores da pesca artesanal tem acesso directo aos meios de comunicação social (rádio – 66 % e televisão – 34 %).

Uma análise dos principais indicadores socio-económicos (tabela ???) para o todo nacional durante o período, mostra resumidamente que o impacto desses projectos na produção artesanal da ilha revelou, relação ao ano de 1992 e a partir deste, capturas superiores em 798,4 toneladas anuais, equivalente a um aumento de 18,5 %. Se em termos absolutos não se trata de um impacto muito expressivo, já em termos dos rendimentos brutos gerados por tal impacto na produção artesanal, situa-se em cerca de 405 752 milhões de escudos em relação ao rendimento de 1992, ou seja um incremento bastante significativo de 57,3 %. Tal facto se deveao facto de, não obstante os preços médios do pescado, ao nível nacional, não terem acompanhado a inflação!!!???, se situarem contudo em níveis relativamente bons nos principais centros urbanos do país (Mindelo, Sal e Praia).

Curiosamente o impacto ao nível da produtividade por bote (tabela???) se situa em valores médios anuais relativamente elevados de 0,890 toneladas, correspondendo a um incremento de 27,5 % em relação ao ano de 1992. Entretanto a produtividade por pescador seguiu, a partir daquele ano valores nacionais ligeiramente negativos de 0,044 toneladas, equivalentes a um impacto negativo de 4 %. Este indicador, quando comparado com o impacto ao nível do crescimento do emprego no sector (número de pescadores), revela uma certa ineficiência pois, a dinâmica de desenvolvimento resultante da implementação dos mais diversos projectos, resultou, em conjugação com as políticas de desenvolvimento da pesca artesanal, num aumento do emprego, sem contudo se atender a sua sustentabilidade socio-económica. Assim, o nível de emprego nacional no sector, melhorou a partir de 1992 e em relação aquele mesmo ano em 24,5 %, equivalente a um acréscimo líquido de 1076 pescadores durante o período, não obstante baixas de produtividade. (incluir estas análise de forma mais aprofundada nas conclusões e recomendações).

Tabela ? – Medição do impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal no período 1989-1999 a nível nacional

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1992</i>	
	<i>Valor absoluto</i>	<i>%</i>
Captura média (tonelada)	798,4	18,5
Rendimento bruto médio (contos)	405 752	57,3
Produtividade média por bote (toneladas)	0,890	27,5
Produtividade média por pescador (toneladas)	-0,044	-4,2
Número médio de pescadores	1076	24,5

Do ponto de vista socio-económico estes indicadores revelam um impacto positivo dos projectos de pesca artesanal em Santiago, conclusão essa que corrobora plenamente com os dados de inquérito efectuado aos operadores de pesca na ilha, bem como, com os resultados das entrevistas às instituições da ilha relacionadas, directa ou indirectamente, com o sector da pesca artesanal (Câmaras Municipais dos seis concelhos, alguns micro-empresários, responsáveis dos projectos e de ONG's e instituições financeiras – ver relatório das visitas de terreno). Cerca de 66,5 % dos

inquiridos que possuem casa própria ou alugada, suportam os encargos respectivos com os rendimentos da pesca, através de uma dedicação exclusiva.

Tabela ??? – Resultados do inquérito dirigido aos operadores da pesca artesanal sobre a evolução dos principais indicadores sócio-culturais e de bem-estar social durante o período em estudo (1989-1999).

<i>Ilhas</i>	<i>Habitação própria (*)</i>	<i>Telefone</i>	<i>Rádio</i>	<i>TV</i>	<i>Água</i>	<i>Esgoto</i>	<i>Electricidade</i>	<i>Alfabetismo (**)</i>	<i>N.º de Inquiridos</i>
<i>Santo Antão</i>									
<i>São Vicente</i>									
<i>São Nicolau</i>									
<i>Sal</i>									
<i>Boavista</i>									
<i>Maio</i>									
<i>Santiago</i>									
<i>Fogo</i>									
<i>Brava</i>									
<i>Nacional</i>									

(*) – Refere-se aos operadores que possuem habitação própria ou casa alugada, com os encargos suportados com os rendimentos da pesca.

(**) – Refere-se aos operadores da pesca artesanal que sabem ler e escrever.

4. Impacto biológico

A evolução da CPUE a nível nacional mostra uma tendência quase sempre acima dos valores nacionais, embora com uma variação negativa ao longo do período para atingir cerca de 18 kg, equivalente a – 29,4 % inferior a 1989. Entretanto, se atendermos que em 1990 registou-se uma queda brusca de 32 kg/viagem, é de se admitir que nos anos seguintes a recuperação foi positiva situando-se em cerca de 15 ou seja uma aumento de cerca de 54,8 %.

Tabela 7 – Medição do impacto biológico dos projectos de pesca artesanal em Santo Antão no período 1989-1999

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1989</i>	
	Valor absoluto	%
<i>CPUE (kg)</i>	- 18	- 29,4
<i>Número de motores</i>	7	6,8
<i>Número de botes</i>	12	10,8
<i>Número de pescadores</i>	114	29,5

Se atendermos que se registou um aumento considerável do esforço de pesca em 1990 (aumento do nº de pescadores, motores, botes e viagens), e se atendermos que nos anos seguintes menores esforços de pesca acarretaram variações positivas na CPUE, concluiu-se, com elevado grau de coerência de que, em 1990, terá havido uma grande ineficácia do esforço, justificando toda a variação globalmente negativa durante o período. Contudo, se uma variação média anual positiva de 2 kg, se não nos permite dizer que tenha havido um impacto negativo sobre o recurso, esse crescimento tão baixo nos leva a concluir sobre uma eventual estado de saturação da pesca artesanal na ilha que, sem pôr em causa a sustentabilidade dos resultados actuais, não nos permite pensar em grandes aumentos futuros em termos de quantidade capturada.

O inquérito efectuado aos pescadores artesanais em Cabo Verde (tabela ???) indicia que cerca de 37,8 % dos pescadores, a nível nacional, exerceram a pesca procurando novos bancos de pesca, com ênfase para os pescadores das ilhas da Boavista (80 %), Santo Antão (58,6 %), Santiago (38,8 %) e Fogo (69,6 %).

O mesmo inquérito revelou ainda que 44,8 % dos pescadores a nível nacional aumentaram o esforço efectivo de pesca, contra 36 % que o mantiveram e apenas 19,3 % que reduziram esse mesmo esforço. Nesta matéria, destaca-se a ilha da Boavista (100 %) em que praticamente todos os pescadores aumentaram o número de anzóis utilizados por faina de pesca, bem como as ilhas de Santo Antão, Santiago, Fogo e Brava em que se registou um aumento do esforço efectivo de pesca (aumento do número de anzóis por faina de pesca) em 48.8 %, 45.1 %, 86.7 % e 75 % respectivamente.

Afigura-se ainda importante constatar que, durante o período em análise, cerca de 54.6 % dos pescadores, a nível nacional, registaram um aumento da duração média de uma faina de pesca contra 36.8 % que a mantiveram e apenas 9.6 % que a reduziram. Destaque particular vai para as ilhas de Santo Antão (39.3 %), Sal (36.4 %), Santiago (59.5 %), Fogo (45 %) e Brava (100 %). Os pescadores da Ilha de São Vicente, embora não tendo procurado outros bancos e não tendo aumentado o esforço efectivo de pesca, cerca de 64,3 aumentaram a duração da faina de pesca.

Tabela ??? – Resultados do inquérito dirigido aos pescadores artesanais sobre a evolução do esforço efectivo de pesca durante o período em estudo (1989-1999).

<i>Ilhas</i>	<i>Bancos de pesca</i>		<i>N.º de anzóis por faina</i>			<i>Duração por faina</i>			<i>Número de Inquiridos</i>
	Mesmos	Novos	Menor	Igual	Maior	Menor	Igual	Maior	
Santo Antão	24 (41.4%)	34 (58.6%)	7 (17%)	20 (48.8%)	14 (34.1%)	0 (0.0 %)	17 (60.7%)	11 (39.3%)	65
São Vicente	46 (92.0%)	4 (8.0%)	9 (26.5%)	21 (61.8%)	4 (11.8%)	2 (7.1 %)	8 (28.6%)	18 (64.3%)	53
São Nicolau	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Sal	26 (96.3%)	1 (3.7%)	2 (8.3%)	20 (83.3%)	2 (8.3%)	0 (0.0 %)	14 (63.6%)	8 (36.4%)	27
Boavista	2 (20.0%)	8 (80.0 %)	0 (0.0 %)	0 (0.0 %)	7 (100%)	1 (16.7%)	0 (0.0 %)	5 (83.3%)	12
Maio	---	---	0 (0.0 %)	12 (92.3%)	1 (7.7%)	6 (50.0%)	5 (41.7%)	1 (8.3%)	17
Santiago	92 (61.2%)	58 (38.8%)	35 (31.0%)	27 (23.9%)	51 (45.1%)	9 (8.5%)	34 (32.0%)	63 (59.5%)	166
Fogo	14 (30.4%)	32 (69.6%)	3 (6.7%)	3 (6.7%)	39 (86.7%)	7 (15.5%)	15 (37.5%)	18 (45.0%)	49
Brava	21 (100%)	0 (0.0 %)	1 (5.0%)	4 (20.0%)	15 (75.0%)	0 (0.0 %)	0 (0.0 %)	18 (100%)	23
Nacional	225 (62.2%)	137 (37.8%)	57 (19.2%)	107 (36.0%)	133 (44.8%)	25 (9.6%)	93 (35.8%)	142 (54.6%)	412

Uma análise cuidada aos dados revelados pelo inquérito confirmam as possibilidades de se estar perante uma situação de quase saturação da pesca artesanal, em termos do seu desenvolvimento quantitativo. Não obstante 37.8 % dos pescadores terem procurado novos bancos de pesca, 44.8 % terem aumentado o esforço efectivo e 54.6 % terem aumentado a duração da faina, os rendimentos da pesca não aumentaram significativamente, com excepção da pesca artesanal nas ilhas da Boavista e do Maio. Estas duas ilhas são aquelas em que ainda a situação do recurso parece permitir uma expansão sustentável da pesca artesanal, prevendo-se assim impactos socio-economicos bastante positivos para aquelas ilhas, em particular, e para o país no geral, não só ao nível do desenvolvimento turístico como também da criação de empregos e na contribuição para aumento do consumo nacional *per capita* de pescado na dieta alimentar das populações.

Ainda em relação ao impacto biológico dos projectos, uma análise coerente não poderia ser feita sem uma atenção especial à prática condenável de pesca com explosivos, nem tão pouco uma incursão a problemática das condições oceanográficas e de pesca nas ilhas.

Em relação ao primeiro aspecto, tratando-se de uma prática de pesca ainda praticada principalmente nas ilhas de Santo Antão e Fogo, com consequências desastrosas no equilíbrio biológico de todo o ecossistema, possui uma eficácia extremamente reduzida. Assim toda a actividade de projectos que tenha apresentado e divulgado técnicas alternativas a pesca com

dinamite, teve, necessariamente, um impacto positivo. Neste particular concluiu-se portanto que o impacto biológico dos projectos de pesca artesanal, seja na promoção de uma frota melhorada e com melhores meios de propulsão, seja na formação e vulgarização da técnicas de pesca de pequenos pelágicos com rede de cerco, é manifestamente positivo, sendo de destacar, num e noutro caso, os projectos PAPASA/PEAP, PDPA BAD/FIDA e FOPESCA..

Em relação ao segundo aspecto, é obvio que, as ilhas onde a plataforma continental é reduzida e abrupta, apresentam menores potencialidades de desenvolvimento de uma pesca artesanal de forma sustentada para além de um limite de saturação, que, pelos resultados desta avaliação e em relação aos recursos-alvo actuais, já terá sido atingido para a maioria das ilhas.

Tabela ??? – Quadro resumo comparado dos indicadores de impacto socio-económico (A) e biológico (B) dos projectos de artesanal em Cabo Verde no período 1989-1999, respectivamente em relação a 1991/1992 e 1989. Os parâmetros estão expressos em valores médios durante o período e representam a variação global dos indicadores durante o período em estudo, sempre em relação a um ano de referência.

A

<i>Parâmetros</i>	<i>Santo Antão</i>		<i>São Vicente</i>		<i>São Nicolau</i>		<i>Sal</i>		<i>Boavista</i>		<i>Maio</i>		<i>Santiago</i>		<i>Fogo</i>		<i>Brava</i>	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
<i>Captura</i>	160	33,8	180	20,5	58,4	14,5	201	106,8	59	137,2	113	65,7	469	48,9	77,3	25	112	71,5
<i>Rendimento bruto</i>	58 179	67,9	110 298	87,5	32 219	43,7	53 744	157,9	17 773	191	39 444	144,6	43 628	15,6	41 844	94,4	37 566	184
<i>Produtividade/ bote</i>	1,32	36,2	2,81	44,2	1,26	24,4	1,02	29,3	1,23	126,2	1,62	53,7	0,76	47,8	0,1	4,7	1,43	60,3
<i>Produtividade/pescador</i>	0,2	19,5	-0,159	-7,5	0,178	10,1	0,131	7,5	0,395	61,9	0,855	77,4	0,094	19,6	0,127	18,6	0,110	7,8
<i>Número de pescadores</i>	55	12	141	34,1	16	6,9	93	85,8	27	36,3	21	14,5	683	34	27	6	42	31

B

<i>Parâmetros</i>	<i>Santo Antão</i>		<i>São Vicente</i>		<i>São Nicolau</i>		<i>Sal</i>		<i>Boavista</i>		<i>Maio</i>		<i>Santiago</i>		<i>Fogo</i>		<i>Brava</i>	
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%
<i>CPUE</i>	-18	-29,4	-13	-14,3	-10	-15	-33	-42,9	9	40,3	6	17,9	-3	-10,7	-3	-17	-18	-25
<i>Nº de motores</i>	7	6,8	-32	-23,2	19	43,5	38	116,4	14	64,8	6	12,7	138	84,6	49	158,4	26	93,9
<i>Nº de botes</i>	12	10,8	-35	-22,5	3	4,9	38	90,7	2	4	4	6,7	-89	-12,4	41	30,2	5	6,8
<i>Nº de pescadores</i>	114	29,5	95	21,3	48	25	84	78,9	17	21,2	21	14,4	231	9,8	55	13	42	30,6

5. SANTO ANTÃO

5.1 Impacto socio-económico

Ao nível das capturas a ilha seguiu a tendência nacional, a excepção do último ano em que contrariou a tendência decrescente na ilha. A tendência crescente que se estabelece a partir de 1991 está necessariamente ligada a resultados decorrentes da implementação das actividades do projecto PAPASA (1981 – 1994) e PEAP (a partir de 1997) bem como daquelas que resultaram da continuidade dos efeitos sustentáveis daqueles projectos – ver resumos dos projectos. O impacto destes projectos foi complementado ainda com intervenção de outros projectos de carácter nacional, dos quais destacamos particularmente o projecto PDPA – BAD/FIDA especialmente nas suas vertentes motorização das embarcações de pesca artesanal e crédito e ainda os projectos executados no âmbito do Orçamento de Investimentos.

De entre as actividades implementadas por aqueles projectos que concorreram para a consecução do impacto positivo nas capturas, sublinham-se a introdução de embarcações melhoradas, meios de propulsão mais modernos – motores fora de borda, construção de infra-estruturas de apoio, melhoramento dos circuitos de comercialização do pescado na ilha, implementação de pequenos créditos, introdução de práticas de pesca de pequenos pelágicos com rede de cerco, formação e assistência técnica nas áreas de mecânica naval, carpintaria, confecção de redes e conservação de pescado destinado aos operadores de pesca.

Resumidamente podemos estimar que o impacto desses projectos na produção artesanal da ilha situou-se em 102 toneladas média anual para o período 1992-1998 em relação ao ano de 1991, equivalente a 21,4 %. Em termos de rendimento bruto este impacto representa um incremento de 67% ou seja 58 179 contos em relação a 1991.

A produtividade por bote seguiu a mesma tendência de evolução das capturas e do rendimento bruto. O impacto é estimado numa média anual de 1,32 toneladas equivalente a um aumento de 36 % em relação a 1991. Essa mesma tendência se verifica para a produtividade por pescador que registou, em média, um aumento de 0,2 toneladas anuais em relação a 1991, ou seja 19,5 %.

Tabela ? – Medição do impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal em Santo Antão no período 1989-1999

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1991</i>	
	Valor absoluto	%
<i>Captura média (tonelada)</i>	160	33.8
<i>Rendimento bruto médio (contos)</i>	58 179	68
<i>Produtividade média por bote (toneladas)</i>	1.32	36
<i>Produtividade média por pescador (toneladas)</i>	0.2	19.5
<i>Número médio de pescadores</i>	55	12

Do ponto de vista socio-económico a avaliação apresentada é reveladora de um impacto positivo dos projectos de pesca artesanal em Santo Antão, conclusão essa que corrobora plenamente com os dados de inquérito efectuado aos operadores de pesca na ilha, bem como, com os resultados das entrevistas às instituições da ilha relacionadas, directa ou indirectamente, com o sector da pesca artesanal (Câmaras Municipais dos três concelhos, GTI, alguns micro-empresários, responsáveis dos projectos – ver relatórios de visita de terreno). Cerca de 62 % dos inquiridos que possuem casa própria ou alugada, suportam os encargos respectivos com os rendimentos da própria actividade, onde tem uma dedicação exclusiva.

5.2 Impacto biológico

A evolução da CPUE em Santo Antão mostra uma tendência quase sempre acima dos valores nacionais, embora com uma variação negativa ao longo do período para atingir cerca de 18 kg, equivalente a – 29,4 % inferior a 1989. Entretanto, se atendermos que em 1990 registou-se uma queda brusca de 32 kg/viagem, é de se admitir que nos anos seguintes a recuperação foi positiva situando-se em cerca de 15 ou seja uma aumento de cerca de 54,8 %.

Se atendermos que se registou um aumento considerável do esforço de pesca em 1990 (aumento do nº de pescadores, motores, botes e viagens), e se atendermos que nos anos seguintes menores esforços de pesca acarretaram variações positivas na CPUE, concluiu-se, com elevado grau de coerência de que, em 1990, terá havido uma grande ineficácia do esforço, justificando toda a variação globalmente negativa durante o período. Contudo, se uma variação média anual positiva de 2 kg, se não nos permite dizer que tenha havido um impacto negativo sobre o recurso, esse crescimento tão baixo nos leva a concluir sobre uma eventual estado de saturação da pesca artesanal na ilha que, sem pôr em causa a sustentabilidade dos resultados actuais, não nos permite pensar em grandes aumentos futuros em termos de quantidade capturada.

Tabela ? – Medição do impacto biológico dos projectos de pesca artesanal em Santo Antão no período 1989-1999

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1989</i>	
	Valor absoluto	%
<i>CPUE (kg)</i>	- 18	- 29,4
<i>Número de motores</i>	7	6,8
<i>Número de botes</i>	12	10,8
<i>Número de pescadores</i>	114	29,5

O inquérito efectuado aos operadores de pesca na ilha revela que 58.6 % dos pescadores desenvolveram as suas actividades de captura em novos bancos, 34.1 % aumentaram o esforço efectivo de pesca passando a utilizar maior número de anzóis por faina e, 39.3 % aumentaram a duração de uma faina de pesca. Estes dados revelam nitidamente uma maior pressão sobre o recurso, não só pelo alargamento das áreas de pesca como também pelo aumento do esforço efectivo por viagem de pesca. Se, não obstante um aumento do esforço, a CPUE não aumentou significativamente, conclui-se com alguma base científica, que as capturas não seguiram a mesma tendência do esforço, tudo levando a crer que, não existirão ao nível dos recursos, muita margem para se promover um aumento da produção artesanal pela via do aumento do esforço de pesca.

Ainda em relação a esta ilha não se podia analisar e medir o impacto biológico dos projectos, sem uma atenção especial à prática condenável de pesca com explosivos. Efectivamente, tratando-se de uma prática com consequências desastrosas no equilíbrio biológico de todo o ecossistema, além de uma eficácia extremamente reduzida, toda a actividade de projectos que tenha apresentado e divulgado técnicas alternativas a pesca com dinamite, teve um impacto positivo. Neste particular concluiu-se portanto que o impacto biológico dos projectos de pesca artesanal, seja na promoção de uma frota melhorada e com melhores meios de propulsão, seja na formação e vulgarização da técnicas de pesca de pequenos pelágicos com rede de cerco, é manifestamente positivo, sendo de destacar, num e noutro caso, os projectos PAPASA/PEAP e PDPA BAD/FIDA.

6. S. VICENTE

6.1 Impacto socio-económico

Os desembarques artesanais na ilha de S. Vicente registou, em média e ao longo do período em estudo, tendências positivas de crescimento, não obstante oscilações significativas com ciclos bem distintos. Esses desembarques são provenientes de quatro comunidades piscatórias com característica específicas nomeadamente, S. Pedro, Salamansa, Praia de bote e Calhau.

O aumento dos desembarques nesta ilha, durante o período em estudo deve-se à intervenção do PDPA (BAD/FIDA) através da introdução de motores fora de borda, materiais de pesca (linhas, anzóis, redes e outros), divulgação de novas tecnologias de pesca e do pescado, formação nas mais variadas vertentes e ainda através da disponibilização de uma linha de crédito junto ao Banco de Cabo Verde para aquisição dos factores de produção.

Para além do projecto BAD/FIDA, marcou ainda a sua intervenção em S. Vicente, embora com menor relevância o Projecto GCP/CVI/033/NET nas suas diversas fases (ver resumo). Apesar de ser um projecto de apoio institucional ao INDP, algumas das suas actividades beneficiaram directamente aos pescadores. Não menos importante é o projecto financiado pelo ICEIDA e os programas de investimentos anuais e pluri-anuais financiados pelo orçamento do Estado, através dos quais foram colocados no mercado caixas isotérmicas garantindo aos pescadores artesanais uma melhor conservação e maior tempo de faina e ainda instalados câmaras frigoríficas e máquinas de gelo nas duas principais comunidades da ilha, contribuindo, por conseguinte, para um aumento do desembarque nesta ilha.

O impacto qualitativo provocado pela intervenção destes projectos na ilha são medidos em função da evolução das capturas e do rendimento bruto gerado pela pesca artesanal da ilha a preços correntes.

Em termos quantitativos o impacto destes projectos é estimado num aumento da captura, numa média anual para o período 1991-1999 em relação ao ano de 1990, em 180,5 toneladas de pescado, equivalente a 20,5%. O rendimento bruto derivado desse impacto é equivalente a 110.298 contos também em relação ao ano de 1991 o que é equivale a um aumento de 87.5%.

A produtividade por bote também seguiu a mesma tendência manifestando um aumento significativo. O impacto é estimado em 2,81 toneladas para o período acima referido e em relação ao ano de 1991, correspondendo a um incremento de 44%. Em relação à produtividade por pescador, verifica-se uma inversão da tendência. O impacto é negativo e estimado em -0,15 toneladas média anual para o período 1991-1999 em relação ao ano de 1990 ou seja uma diminuição de -7.5%.

Tabela ?? - Medição do impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal em São Vicente no período 1989-1999.

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em 1991</i>	
	Valor Absoluto	%
<i>Captura Média (toneladas)</i>	180	20,5
<i>Média do Rendimento Bruto (contos)</i>	110.298	87,5
<i>Produtividade Média por bote (toneladas)</i>	2,81	44
<i>Produtividade Média por pescador (toneladas)</i>	-0,15	-7,5
<i>Número Médio de pescadores</i>	141	34,1

Do ponto de vista socio-económico concluiu-se pela análise dos inquéritos efectuados aos operadores artesanais da ilha, que 45,2 % construíram casa própria ou pagam a renda com os rendimentos da pesca, onde dedicam uma ocupação exclusiva. Nesta ilha a pecuária é um complemento muito importante nos rendimentos dos operadores da pesca. (citar o trabalho do Graciano para reforçar esta constatação). Cerca de 17,8 % dos operadores da pesca na ilha complementam os rendimentos da pesca com os da pecuária para cobrir os encargos com habitação própria ou alugada.. Nas zonas rurais, esta complementaridade se eleva para valores próximos de 48 %.

6.1 Impacto biológico

A evolução da CPUE em São Vicente mostra uma tendência quase sempre acima dos valores nacionais, embora com uma variação negativa de (-13) kg ao longo do período, equivalente a (-14,3 %) inferior a 1989. Entretanto, não deixa de ser marcante o facto de ser, de entre as demais ilhas aquela em que este parâmetro assume os valores mais elevados e sempre significativamente acima dos valores nacionais, não obstante um decréscimo médio anual de 0,8kg.

Se atendermos que se registou uma diminuição considerável do esforço de pesca durante o período (diminuição do nº motores, botes e viagens), é de se considerar lógica a redução verificada ao nível da CPUE e o ligeiro decréscimo médio anual registado. Acresce-se ainda que essas tendências revelam no entanto alguma prudência em projectar a curto, médio e longo prazos significativos aumentos de quantidade capturada de forma sustentável. O crescimento negativo de médio/longo prazo, ou ciclicamente, pode ser indicador de um eventual estado de saturação da pesca artesanal na ilha.

Tabela ? – Medição do impacto biológico dos projectos de pesca artesanal em São Vicente no período 1989-1999

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1989</i>	
	Valor absoluto	%
<i>CPUE (kg)</i>	- 13	- 14,3
<i>Número de motores</i>	- 32	- 23,2
<i>Número de botes</i>	- 35	- 22,5
<i>Número de pescadores</i>	95	21,3

O inquérito efectuado aos pescadores em São Vicente mostra que, praticamente frequentaram os mesmos bancos de pesca. Embora não tenham aumentado o esforço efectivo de pesca pela via do aumento do número de anzóis por faina, o facto de 64,3 % dos pescadores da ilha terem aumentado a duração da faina, poderá significar um aumento do tempo efectivo de pesca, o que, não tendo sido acompanhado de um correspondente aumento das capturas, denota perda de eficiência da actividade da pesca na ilha. Esta situação surge na decorrência de vários factores em que, a escassez dos recursos-alvo pode ser a principal causa. Os pescadores passaram assim a despendar mais tempo na procura dos recursos sem contudo obterem maiores rendimentos. Estes dados confirmam nitidamente um aumento considerável da pressão de pesca sobre os recursos, nesta ilha, essencialmente pelo aumento da duração efectiva de pesca. Se, não obstante tal aumento da pressão de pesca, a CPUE não aumentou significativamente, conclui-se não existirão, ao nível dos actuais recursos-alvo, muita margem para se promover um aumento da produção artesanal da ilha pela via do aumento do esforço de pesca.

7. S. NICOLAU

7.1 Impacto socio-económico

A captura artesanal nesta ilha aumentou, durante o período em estudo, com uma variação média anual positiva, em relação ao ano de referência na ordem dos 11,64%. As maiores tendências de crescimento se registam a partir do ano de 1992, alcançando o seu ponto mais alto no ano de 1996. Este incremento das capturas deve-se fundamentalmente ao Projecto SUD/UIIL (1987-1993) financiado pelo governo italiano. De entre as várias actividades desenvolvidas por este projecto ressaltam-se a introdução de embarcações melhoradas em fibra de vidro e motor interno, máquinas de gelo e câmaras frigoríficas, comercialização de materiais de pesca e construção do centro multifuncional do Tarrafal.

O projecto BAD/FIDA também contribuiu para esse incremento das capturas através da introdução de motores fora-de-borda, materiais de pesca e financiamento de uma linha de crédito. Do programa de investimentos financiado pelo orçamento do Estado também foram implementados projectos a vários níveis que contribuíram para o incremento da captura durante o período em estudo.

Em termos quantitativos, o impacto destes projectos nos desembarques artesanais da ilha se traduz num aumento de 58,4 toneladas média anual para o período 1993 – 1999 em relação ao ano de 1992 correspondente a 14,5%. Numa perspectiva monetária, o impacto destes projectos se manifesta num rendimento médio bruto da pesca artesanal para o período, equivalente a 32.218,8 contos ou seja um incremento de 43,7%.

No que concerne à produtividade média por bote para o período 1993 – 1999 e em relação ao ano de 1992, o impacto dos projectos é positivo e situa-se em 1,26 toneladas, equivalente a 24,4%. O mesmo acontece em relação à produtividade por pescador correspondendo a 0,18 toneladas ou seja um incremento de 10%.

Tabela ?? - Medição do impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal em S. Nicolau

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação ao ano de 1992</i>	
	Valor Absoluto	%
<i>Captura Média (toneladas)</i>	58,4	14,5
<i>Média do Rendimento Bruto (contos)</i>	32.218,8	43,7
<i>Produtividade Média por bote (toneladas)</i>	1,26	24,4
<i>Produtividade Média por pescador</i>	-0,18	10

<i>(toneladas)</i>		
Número Médio de pescadores	16	6,9

7.1 Impacto biológico

A evolução da CPUE em São Nicolau mostra uma tendência acima dos valores nacionais até 1996, ano a partir do qual se regista uma queda brusca, aproximando-se daqueles valores. Essa queda brusca acaba por ser responsável pelo decréscimo de 10 kg verificado durante o período e equivalente a – 15 % em relação a 1989. A manutenção do esforço de pesca a um nível relativamente elevado não obstante a redução do número de bote e de motores, revela alguma preocupação em relação a reacção do recurso perante o aumento do esforço de pesca.

Se atendermos que se registou um aumento relativamente importante do esforço de pesca durante o período, e que, apesar disso, o crescimento médio anual da CPUE foi negativo em 3 kg, é de se encarar com apreensão a capacidade do recurso em reagir favoravelmente maiores esforços de pesca. Assim, se um decréscimo médio anual de 3 kg, não nos permite dizer que tenha havido um impacto negativo sobre o recurso, tal situação, por se ter revelado e mantido a médio prazo, pode-se concluir que as pescarias artesanais na ilha se encontram em situação eventual de saturação o que pode, por si, pôr em causa a sustentabilidade de quaisquer projectos que visem essencialmente desenvolver a pesca artesanal pela via do aumento das capturas e respectivos desembarques.

Tabela ? – Medição do impacto biológico dos projectos de pesca artesanal na ilha de São Nicolau no período 1989-1999.

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1989</i>	
	Valor absoluto	%
CPUE (kg)	- 10	- 15
Número de motores	19	43,5
Número de botes	3	4,9
Número de pescadores	48	25

Por dificuldades de ordem administrativa, o inquérito efectuado aos pescadores das outras ilhas não foi realizado em São Nicolau.

8. SAL

8.1 Impacto socio-económico

Os desembarques artesanais na ilha do Sal evoluíram de uma forma exponencial, posicionando-se entre as ilhas com maior taxa de crescimento das capturas. A ilha, apesar de não ser contemplada directamente por nenhum projecto específico beneficiou das actividades implementadas no âmbito do projecto BAD/FIDA nomeadamente através da introdução na ilha de motores for a de borda e materiais de pesca, para além de actividades de formação.

Contudo, essa evolução brusca das capturas deve-se fundamentalmente a outros factores. O mercado atractivo da ilha, em termos de preço, influenciada pelo desenvolvimento turístico que se verificou nos últimos anos, contribuíram, de uma forma clara, para esse incremento da captura. Em suma, a explosão da procura do pescado fresco para satisfazer o mercado turístico emergente produziu um aumento do esforço de pesca e de investimentos privados que por sua vez, culminaram com os crescentes desembarques.

O impacto causado pelo projecto BAD/FIDA e pela própria dinâmica do mercado turístico resultou numa evolução positiva das capturas que se situa em 201 toneladas média anual para o período 1992-1999 em relação ao ano de 1991 ou seja 106,8%. Em termos de rendimento bruto esse impacto representa 53.743,8 contos correspondente a 158%.

Na mesma linha de evolução, registou-se também uma produtividade média por bote também positiva na ordem dos 1,02 toneladas, equivalente a 29,3% em relação ao ano de 1991. Essa mesma tendência se verifica em relação à produtividade por pescador com uma média para o período acima referido de 0,13 toneladas, representando 7,5%.

Tabela ?? - Medição do impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal no Sal durante o período 1989-1999.

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação ao ano de 1992</i>	
	Valor Absoluto	%
<i>Captura Média (toneladas)</i>	201	106,8
<i>Média do Rendimento Bruto (contos)</i>	53.744	158
<i>Produtividade Média por bote (toneladas)</i>	1,02	29,3
<i>Produtividade Média por pescador (toneladas)</i>	0,13	7,5
<i>Número Médio de pescadores</i>	93	85,8

Do ponto de vista socio-económico, na ilha do Sal, cerca de 72,2 % dos operadores de pesca com habitação própria ou alugada, suportam os encargos com recurso aos rendimentos da pesca através de uma dedicação exclusiva, o que poderia ser um resultado surpreendente ou contrário aos resultados da avaliação que apresenta valores de produtividade relativamente baixos. Entretanto se se atender que o rendimento bruto da pesca artesanal na ilha é relativamente elevado para o período (53.744 contos), é de se admitir que tal produtividade baixa (0,13 toneladas/pescador) é compensada pelo preço do pescado. Está-se portanto perante uma situação que merece ser analisada, podendo daí resultar indicações interessantes em termos de estratégias futuras de desenvolvimento da pesca artesanal.

8.2 Impacto biológico

A evolução da CPUE no Sal mostra uma tendência acima dos valores nacionais nos dois primeiros anos do período em estudo e ainda no ano de 1995. Nos restantes anos permanece apenas ligeiramente superior àqueles valores. Entretanto se se atender a um crescimento negativo acumulado de 33 kg, com um decréscimo médio anual de cerca de 4 kg na CPUE, aliado as flutuações da captura em situações de esforço quase sempre crescente (38 botes, 38 motores e 84 pescadores) durante o período e em relação ao ano de referência, é de se admitir que nem sempre o recurso reagiu positivamente a um aumento da taxa de exploração. Essas tendências revelam de forma consistente que não será realista projectar um aumento da pressão para níveis superiores aos actuais.

O aumento significativo do esforço de pesca não se traduziu num aumento correspondente das capturas, o que pressupõe, ou um baixo grau de eficiência do esforço de pesca, ou então que os recursos não suportam incrementos bruscos e significativos da taxa de exploração para além de um valor próximo do nível actual. É portanto de se encarar com apreensão a capacidade do recurso em reagir favoravelmente a maiores esforços de pesca., confirmando o diagnóstico segundo o qual as pescarias artesanais tem vindo a atingir um certo nível de saturação colocando assim em causa a sustentabilidade de quaisquer políticas de desenvolvimento deste sub-sector com base no aumento das capturas e respectivos desembarques.

Tabela 7 – Medição do impacto biológico dos projectos de pesca artesanal na ilha do Sal no período 1989-1999.

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1989</i>	
	Valor absoluto	%
<i>CPUE (kg)</i>	- 33	- 42,9
<i>Número de motores</i>	38	116,4
<i>Número de botes</i>	38	90,7
<i>Número de pescadores</i>	84	79,8

O inquérito efectuado aos pescadores da ilha do Sal revela, essencialmente, as mesmas tendências que aquelas identificadas em São Vicente. Praticamente os pescadores frequentaram os mesmos bancos de pesca, não se registou um aumentado do esforço efectivo de pesca pela via do aumento do número de anzóis por faina e, cerca de 36.4 % dos pescadores aumentaram a duração da faina o que poderá significar, neste último caso, um aumento do tempo efectivo de pesca. Assim, pouco mais de 1/3 dos pescadores passaram a despende mais tempo na procura dos recursos sem contudo obterem maiores rendimentos o que confirma a não existência, ao nível dos actuais recursos-alvo, margem para um aumento significativo da produção artesanal da ilha pela via do aumento do esforço de pesca.

9. BOAVISTA

9.1 Impacto socio-económico

À semelhança das outras ilhas, Boavista verificou ao longo do período em análise uma evolução considerável do volume dos desembarques. Essa tendência crescente de aumento das capturas corresponde fundamentalmente à extensa plataforma insular e à abundância de recursos pesqueiros nesta ilha. Estas condições tem atraído a fixação de pescadores de outras ilhas, principalmente da ilha de Santiago, aumentando assim o nível de esforço de pesca e com isso as capturas.

Um outro facto fundamental que também tem tido um impacto positivo no aumento das capturas é, assim como na ilha do Sal, o turismo que durante os últimos anos tem desenvolvido constantemente dinamizando assim o mercado e uma procura exponencial do pescado fresco pelas unidades hoteleiras e restaurantes das ilhas.

Em termos de projectos de pesca artesanal sublinha-se o projecto BAD/FIDA que teve alguma intervenção nesta ilha através da importação de novos meios de propulsão, formação nas mais variadas áreas, designação na da conservação do pescado, divulgação de novas tecnologias de pesca e distribuição de materiais de pesca.

O impacto do Projecto BAD/FIDA e dos factos acima mencionados contribuíram para um crescimento da captura média anual para o período 1991-1999 que se situa em 59 toneladas em relação ao ano de 1989 correspondente a 137,2%. Em termos de rendimento bruto médio para esse período e em relação ao ano de 1989 este impacto representa um incremento de 17.733 contos ou seja 191% em relação ao ano de 1989.

A produtividade por bote seguiu também uma tendência de evolução similar. É estimado em 1,23 toneladas, equivalendo a 126,2%. Por outro lado, a produtividade por pescador registou, em média, um incremento de 0,39 toneladas, equivalente a 62%.

Tabela ?? - Medição do impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal na Boavista no período 1989-1999.

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação ao ano de 1992</i>	
	Valor Absoluto	%
<i>Captura Média (toneladas)</i>	59	137,2
<i>Média do Rendimento Bruto (contos)</i>	17,733	191%
<i>Produtividade Média por bote (toneladas)</i>	1,23	126,2
<i>Produtividade Média por pescador (toneladas)</i>	0,39	62%
<i>Número Médio de pescadores</i>	27	36,3%

Do ponto de vista socio-económico cerca de 35,7 % dos operadores com habitação própria ou alugada, suportam os encargos com os rendimentos da pesca através de uma dedicação exclusiva. É no entanto, particularmente importante destacar que, conforme resultados revelados pelo inquérito aos operadores daquela ilha, cerca de 62,3 % dos operadores de pesca possuem parente emigrante de quem recebem apoio económico- financeiro directa ou indirectamente.

9.1 Impacto biológico

A evolução da CPUE na pesca artesanal da ilha da Boavista é uma das duas ilhas do arquipélago onde, ao longo do período em estudo, se regista um aumento em relação a 1989 em cerca de 9 kg, representando cerca de 40,3% acima do ano de referência. As pescarias artesanais revelam uma CPUE com tendência sempre abaixo dos valores médios nacionais, a excepção de uma fase de crescimento acentuado de 89 a 91, sem contudo nenhuma explicação aparente, pois, a manutenção do esforço a níveis superiores nos anos subsequentes não teve efeito significativo no rendimento das pescarias. Poder-se-á no entanto emitir sempre uma hipótese de se ter verificado uma maior eficiência do mesmo nível de esforço durante aquela fase (os pescadores com maior domínio da profissão de pesca, deixaram a actividade e foram substituídos por outros com menor grau de assimilação das técnicas e prática de pesca). Essas deduções são suportadas pelo elevado índice de emigração a partir da ilha conforme ficou patente no inquérito dirigido aos operadores das pescas da ilha. ou aumentado o esforço de pesca, os rendimentos.

O crescimento médio anual durante o período é positivo em cerca de 1kg, o maior valor registado durante o período em todo o arquipélago, o que deixa supor possibilidade de uma reacção positiva do recurso face a um aumento da taxa de exploração segundo níveis superiores e mais eficazes que os níveis actuais de esforço de pesca.

O aumento do esforço de pesca não se afigura significativo durante o período, tendo-se traduzido em apenas 2 botes, 14 motores e 17 pescadores, respectivamente 4 %, 64,8 % e 21,2% em relação ao ano de 1989. Pelas condições oceanográficas e de pescas que a ilha oferece, está-se perante um quadro em que, de forma sustentável, é possível a implementação de projectos visando o aumento das capturas artesanais, contrariamente as outras ilhas até aqui analisadas.

Tabela ? – Medição do impacto biológico dos projectos de pesca artesanal na ilha da Boavista no período 1989-1999.

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1989</i>	
	Valor absoluto	%
<i>CPUE (kg)</i>	9	40,3
<i>Número de motores</i>	14	64,8
<i>Número de botes</i>	2	4
<i>Número de pescadores</i>	17	21,2

Na Boavista, cerca de 80 % dos pescadores passaram a explorar novos bancos de pesca durante o período. Na sua quase totalidade passaram a pescar com um maior número de anzóis por faina e pouco mais de 40 % aumentaram a duração das operações de pesca. Nesta ilha, verificou-se contudo, que, não obstante aumentos do esforço efectivo de pesca (em valor absoluto não representa uma pressão grande), os rendimentos continuaram a aumentar ao longo do período, o que, contrariamente ao que se passa nas demais ilhas até aqui analisadas, revela disponibilidade dos recurso alvos para um efectivo aumento ainda sustentável da taxa de exploração. Estes resultados não são surpreendentes pois, estudos de natureza científica sobre as condições oceanográficas e de pesca, realizados em Cabo Verde, apontam a região de Sal, Boavista e Maio como a mais produtiva do arquipélago em termos biológicos e oceanográficos (INDP e IPIMAR, 1998).

10. MAIO

10.1 Impacto socio-económico

Na ilha do Maio os principais indicadores seguiram uma variação sempre positiva e superior a média nacional durante todo o período em estudo. Consta-se contudo que em 1996 registou-se um decréscimo brusco das capturas e do rendimento bruto que foi retomado para níveis superiores até 1999. As capturas foram superiores em 113 toneladas em relação a 1989, o que traduz um rendimento também superior de 0,855 toneladas, equivalente a 65,6 % e 144,6 % respectivamente. A produtividade por bote e por pescador sofreram variações médias positivas superior a 1989 em 1,62 e 0,855 toneladas, correspondendo a 53,7 e 77,4 % respectivamente.

A tendência positiva crescente e superior aos valores médios nacionais que se verificaram na ilha está necessariamente ligada a resultados decorrentes da implementação das actividades dos projectos de pesca artesanal. Destacamos o projecto SUD/UIIL (1987-1993), de carácter regional (Maio e São Nicolau) financiado pela Cooperação Italiana e executada conjuntamente com a parte cabo-verdiana (IDEPE e mais tarde INDP). Muitos outros projectos de pesca artesanal deixaram na ilha resultados cuja continuidade e complementaridade dos seus efeitos sustentáveis justificam o impacto positivo que é aqui apresentado. Referimo-nos aos projectos de apoio institucional GCP/CVI/028/NET

(1992-1994), GCP/CVI/033/NET (1995-2000) ambos financiados pelos Países-Baixos e executados conjuntamente pela FAO e pelo INDP, ao projecto GCP/CVI/033/AGF (1995-1997), financiado pelos Fundos Árabes de Desenvolvimento, também executado conjuntamente pela FAO e pelo INDP – ver resumos dos projectos. Referimo-nos ainda, ao projecto PDPA – BAD/FIDA (1988 – 2000), que pelo seu carácter nacional, teve na ilha um impacto positivo sobretudo em termos de crédito e motorização, e ainda a projectos financiados pelo Estado e pela Câmara Municipal da ilha, seja no âmbito do Orçamento de Investimentos executado pelo INDP, seja com a apoio da União Europeia através do Programa de Microrealizações. Nesta avaliação que ora se apresenta, destaca-se como sendo de suma importância os projectos executados pelas ONG's, designadamente a MORABI e a Associação de Pescadores da Ilha que, integradamente tiveram um efeito complementar globalmente positivo.

De entre as actividades implementadas por aqueles projectos e instituições, destacamos a introdução de embarcações melhoradas e com meios de propulsão mais modernos – motores fora de borda e motores interno, construção de infra-estruturas de apoio (frio, mecânica e carpintaria naval), implementação de programas de crédito e de métodos de poupança, maior inserção da mulher nas actividades da pesca, desenvolvimento do associativismo, formação e assistência técnica nas áreas de mecânica naval, conservação de pescado, etc., destinado aos operadores de pesca.

Podemos estimar que o impacto desses projectos na produção artesanal da ilha situou-se em 113 toneladas média anual a partir de 1989, em relação ao ano de 1991, equivalente a 65,7 %. Em termos de rendimento bruto este impacto representa um incremento de 144,6 % ou seja 39 444 contos em relação a 1989.

A produtividade por bote e por pescador seguiram, ao longo do período, essencialmente a mesma tendência que as capturas e o rendimento bruto, embora em valores sempre superiores a média nacional. O impacto é estimado em 1,62 e 0,885 toneladas respectivamente por bote e por pescador, equivalente a um aumento de 53,7 % e 77,4 % em relação a 1992. Realça-se contudo um fraco nível de variação do número de pescadores, apenas de 14,5 % em relação a 1989, ou seja 21 pescadores.

Tabela ? – Medição do impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal na ilha do Maio no período 1989-1999

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1991</i>	
	Valor absoluto	%
<i>Captura média (tonelada)</i>	113	65,7
<i>Rendimento bruto médio (contos)</i>	39 444	144,6
<i>Produtividade média por bote (toneladas)</i>	1.62	53,7
<i>Produtividade média por pescador (toneladas)</i>	0.855	77,4
<i>Número médio de pescadores</i>	21	14,5

Do ponto de vista socio-económico estes indicadores revelam um impacto extremamente positivo dos projectos de pesca artesanal na ilha do Maio, um dos maiores impactos em todo o país, somente comparável ao impacto estimado para as ilhas da Brava e do Sal. Por outro lado, os dados de inquérito efectuado aos operadores de pesca na ilha, bem como, com os resultados das entrevistas às

instituições da ilha relacionadas, directa ou indirectamente, com o sector da pesca artesanal (Câmara Municipal, alguns micro-empresários, responsáveis de ONG's e instituições financeiras – ver relatório das visitas de terreno). Cerca de 77,3 % dos inquiridos possuem casa própria ou alugada e suportam os encargos respectivos com os rendimentos da pesca, através de uma dedicação exclusiva. Constatase no entanto que, não obstante os avanços expresso pelo impacto medido aqui neste estudo, a análise de informações recolhidas durante as visitas de terreno revelam alguma inquietude em relação a um baixo grau sustentabilidade dos efeitos positivos dos mais diversos projectos, essencialmente do projecto SUD/UIIL.

10.2 Impacto biológico

A Ilha do Maio é a outra ilha do arquipélago onde a pesca artesanal apresenta, ao longo do período em estudo, um aumento em relação a 1989, que se situa em cerca de apenas 6 kg, representando apenas 17,9 % acima do ano de referência. As pescarias artesanais revelam uma CPUE que evoluiu segundo valores quase sempre próximos ou acima dos valores médios nacionais, a excepção de 1996 em que, tal como as capturas e o rendimento bruto, este indicador atingiu os valores mais baixos de todo o período para a ilha, situando-se muito abaixo dos valores nacionais em 25 kg/viagem. Porque a manutenção do esforço em níveis iguais ou superiores aos de 1996, nos anos anteriores e posteriores àquele ano, revelou CPUE's significativamente superiores, poder-se-á admitir, de forma análoga aos primeiros anos do período na Boavista, a hipótese de se ter verificado uma alteração significativa da eficiência do esforço de pesca, por razões aparentemente ainda por apurar.

O crescimento médio anual da CPUE, apenas ligeiramente positivo durante o período (inferior a 1kg/ano), deixa supor, tal como no caso da Boavista, alguma possibilidade de reacção positiva do recurso a um eventual aumento da taxa de exploração para níveis superiores e mais eficazes que os níveis actuais de esforço de pesca, na ilha.

O aumento do esforço de pesca que se verificou no Maio, durante o período, traduziu-se em apenas 4 botes, 6 motores e 21 pescadores, respectivamente 12,7 %, 6,7 % e 14,4 % em relação ao ano de 1989. Assim, tendo como referência as condições oceanográficas e de pescas (produtividade primária relativamente alta, zona de maior plataforma continental) que a ilha oferece, tal como a vizinha ilha da Boavista, está-se perante um quadro de excepção em que, de forma sustentável, é possível a implementação de projectos visando o aumento das capturas artesanais, contrariamente as demais ilhas.

Tabela ? – Medição do impacto biológico dos projectos de pesca artesanal na ilha do Maio no período 1989-1999.

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1989</i>	
	Valor absoluto	%
<i>CPUE (kg)</i>	6	17,9
<i>Número de motores</i>	6	12,7
<i>Número de botes</i>	4	6,7
<i>Número de pescadores</i>	21	14,4

Nesta ilha, contrariamente as demais, o inquérito não revelou qualquer indício de aumento do esforço efectivo de pesca por faina. Entretanto do Maio registou-se um crescimento ligeiro da CPUE, o que denota alguma possibilidade de aumento da taxa de exploração dos recurso na pesca artesanal, com prudência e de forma sustentável. Esta ilha e a da Boavista são aquelas que contrariam os indícios generalizados de uma saturação da pesca artesanal em termos do desenvolvimento da actividade com base em aumentos consideráveis do esforço de pesca.

11. SANTIAGO

11.1 Impacto socio-económico

Na Ilha de Santiago as capturas seguiram a tendência nacional com uma fase de decréscimo acentuado nos primeiros três anos e uma retoma crescente até o 1999. A recuperação verificada em 1992 está necessariamente ligada a resultados decorrentes da implementação das actividades dos projectos de pesca artesanal, que foram vários, mas que, de entre eles, se destaca o PDPA – BAD/FIDA (1988 – 2000), que não obstante o seu carácter nacional, reserva, no documento de projecto, uma atenção muito especial as comunidades piscatórias da ilha de Santiago. Pela natureza da ilha, com comunidades muito dispersas e muito heterogéneas em termos de desenvolvimento económico e social, ela se posiciona como um alvo acolhedor de toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento. É assim que muitos outros projectos de pesca artesanal deixaram na ilha resultados cuja continuidade e complementaridade dos seus efeitos sustentáveis garantem cumulativamente o impacto positivo que é aqui apresentado. Referimo-nos aos projectos de apoio institucional GCP/CVI/028/NET (1992-1994), GCP/CVI/033/NET (1995-2000) ambos financiados pelos Países-Baixos e executados conjuntamente pela FAO e pelo INDP, ao projecto GCP/CVI/033/AGF (1995-1997), financiado pelos Fundos Árabes de Desenvolvimento, também executado conjuntamente pela FAO e pelo INDP – ver resumos dos projectos. Referimo-nos ainda, aos projectos financiados pelo Estado no âmbito do Orçamento de Investimentos, executados pelo INDP e pelo FDP, bem como projectos com as ONG's, que integradamente tiveram um efeito complementar no impacto globalmente positivo.

De entre as actividades implementadas por aqueles projectos e instituições, destacamos a introdução de embarcações melhoradas e com meios de propulsão mais modernos – motores fora de borda e motores interno, construção de infra-estruturas de apoio (frio, mecânica e carpintaria naval), implementação de programas de crédito e de métodos de poupança, introdução de práticas de pesca de pequenos pelágicos com engenhos diversificados (rede de cerco, de praia e de emalhar), maior inserção da mulher nas actividades da pesca, formação e assistência técnica nas áreas de mecânica naval, carpintaria, confecção de redes e conservação de pescado, etc., destinado aos operadores de pesca.

Resumidamente podemos estimar que o impacto desses projectos na produção artesanal da ilha foi, em relação ao ano de 1991, superior em 469 toneladas a partir de 1992, , equivalente a 48,9 %. Em termos de rendimento bruto este impacto representa um incremento de 58 % ou seja 161 139 contos em relação a 1991.

A produtividade por bote e por pescador seguiram, a partir de 1992, essencialmente a mesma tendência que as capturas e o rendimento bruto. O impacto é estimado em 0,76 e 0,09 toneladas respectivamente por bote e por pescador, equivalente a um aumento de 47,8 % e 19,6 % em relação a 1992. O número de pescador melhorou em relação a 1992 em cerca de 683 ou seja 34 %.

Tabela 2 – Medição do impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal em Santiago no período 1989-1999

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1991</i>	
	Valor absoluto	%
<i>Captura média (tonelada)</i>	469	48,9
<i>Rendimento bruto médio (contos)</i>	161 139	58
<i>Produtividade média por bote (toneladas)</i>	1.32	36
<i>Produtividade média por pescador (toneladas)</i>	0.2	19.5
<i>Número médio de pescadores</i>	683	34

Do ponto de vista socio-económico estes indicadores revelam um impacto positivo dos projectos de pesca artesanal em Santiago, conclusão essa que corrobora plenamente com os dados de inquérito efectuado aos operadores de pesca na ilha, bem como, com os resultados das entrevistas às instituições da ilha relacionadas, directa ou indirectamente, com o sector da pesca artesanal (Câmaras Municipais dos seis concelhos, alguns micro-empresários, responsáveis dos projectos e de ONG's e instituições financeiras – ver relatório das visitas de terreno). Cerca de 66,5 % dos inquiridos que possuem casa própria ou alugada, suportam os encargos respectivos com os rendimentos da pesca, através de uma dedicação exclusiva.

11.2 Impacto biológico

A evolução da CPUE em Santiago mostra uma tendência sempre abaixo dos valores nacionais, com crescimento médio anual nulo, para se atingir, ao longo do período, cerca de 3 kg negativos, equivalente a 10,7 % inferior a 1989.

Se atendermos que o esforço se manteve a um nível relativamente alto durante o período (nº de pescadores e nº de motores), e se atendermos que não se verificou qualquer crescimento anual da CPUE em termos médios, embora tal situação não nos permita deduzir um impacto negativo sobre o recurso, esse crescimento nulo nos leva a concluir sobre um eventual estado de saturação da pesca artesanal na ilha em que os recursos não respondem positivamente a aumentos do esforço de pesca. Esta constatação põe em causa a sustentabilidade de projectos e iniciativas de desenvolvimento baseado exclusivamente no aumento das capturas através de um aumento da taxa de exploração. Aliás a saída de 89 botes da pesca durante o período, correspondendo a um decréscimo de – 12,4 %, apesar de um aumento de 9,8 % no número de pescadores é sinal de uma reacção do próprio “pesca artesanal” a situação de saturação apresentada. Esta constatação não deixa de ser de extrema importância pois ela repete-se também na ilha de São Vicente, ilha com a qual, a pesca artesanal representa pouco mais de 50 % da captura artesanal total do país.

Tabela 2 – Medição do impacto biológico dos projectos de pesca artesanal em Santiago no período 1989-1999.

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1989</i>	
	Valor absoluto	%
<i>CPUE (kg)</i>	- 3	- 10,7
<i>Número de motores</i>	138	84,6
<i>Número de botes</i>	- 89	12,4
<i>Número de pescadores</i>	231	9,8

Ainda em relação a esta ilha não se podia analisar e medir o impacto biológico dos projectos, sem uma atenção especial à reduzida extensão da plataforma continental, o que limita a existência de bancos de pesca próximos da costa, e portanto acessíveis a frota artesanal. Esta situação torna os recursos vulneráveis a sobre-exploração motivada por uma pressão excessiva da pesca artesanal. Tal situação é já evidente em Santiago onde muitos pescadores vem procurando novos bancos de pesca nas ilhas vizinhas do Maio e da Boavista, com todos os perigos e conflitos que tal comportamento encerra. Entretanto, um inquérito levado a cabo junto dos pescadores de Santiago no âmbito deste estudo, mostra que, durante o período, 38.8 % dos pescadores desenvolveram as suas actividades de captura em novos bancos, 45.1 % aumentaram o esforço efectivo de pesca (maior número de anzóis por faina) e, 59.5 % aumentaram a duração de uma faina de pesca. Estes dados revelam nitidamente uma maior pressão sobre o recurso, não só pelo alargamento das áreas de pesca, como também pelo aumento do esforço efectivo por viagem de pesca (aumento do número de anzóis e da duração por faina). O não aumento significativo da CPUE como em resultado de um aumento do esforço corrobora a ideia de que, no estado de exploração actual, não existirão, ao nível dos recursos, margens para se promover um aumento da produção artesanal em Santiago pela via do aumento do esforço de pesca. Aliás, um estudo levado a cabo pelo INDP (Vanda e Gueir Odson, ???) já revelava sinais preocupantes de sobre-exploração local de importantes espécies de peixes demersais, alvos da pesca artesanal na ilha de Santiago.

12. FOGO

12.1 Impacto socio-económico

A evolução das capturas na ilha do fogo seguiu com alguma aproximação a tendência nacional, a excepção de 1995 em que se verificou uma quebra significativa com impacto muito forte na redução da média anual do período em estudo. Embora se possa notar a existência de duas quebras significativas – uma em 1990 que serviu de referência a avaliação de impacto e a de 1995 conforme já mencionado, podemos dizer que globalmente a tendência foi crescente pois as recuperações verificadas durante 1990-1995 e 1997-1999 foram bastante acentuadas, com um impacto em relação a 1990, de 77,3 toneladas média anual o que equivale a um aumento de 25 %.

Analisando a evolução média anual do rendimento bruto constata-se uma evolução quase sempre crescente e acompanhando claramente o padrão nacional. Verifica-se portanto que a quebra nas capturas verificada em 1995 não teve expressão significativa para alterar tendência evolutiva do

rendimento bruto, o que tem a uma explicação lógica na compensação pelo aumento do preço médio do pescado. O rendimento médio anual ultrapassou o ano de 1990 em 41 844 contos correspondendo a um aumento de 94 %.

A produtividade por bote e por pescador apresenta uma tendência evolutiva que se aproxima da tendência nacional, não obstante os valores médios anuais serem relativamente baixos na ordem de 0,10 e 0,13 toneladas acima de 1990 ou seja apenas 4,7 % e 18,6 % respectivamente. Nota-se contudo que a quebra significativa verificada nas capturas em 1995 atinge estes parâmetros de forma considerável sem contudo uma expressão na frota artesanal e no número de pescadores. O número de pescadores caiu bruscamente em 1997 e manteve-se a um nível muito baixo no ano seguinte tendo-se retomado para níveis relativamente elevados no último ano.

As oscilações constatadas no parágrafo anterior são típicas das ilhas com uma actividade agrícola importante, aliada a uma importante FAIMO, fazendo com que muitos operadores da pesca, não se dedicando a ela exclusivamente, procuram sempre outras fontes complementares de rendimento. Estas oscilações são notórias nos anos em que se verificam alterações significativas do regime pluviométrico, com implicações nas práticas agrícolas. Esta complementaridade carece no entanto de um estudo específico não só para se avaliar das suas bases e implicações socio-económicas como também para se poder medir, com alguma base sólida, a elasticidade do sector da pesca artesanal e as possibilidades de saturação da mesma em relação não só aos recursos alvos de exploração como também a eficiência dos investimentos no sector.

As tendências que se estabeleceram a partir de 1991 estão necessariamente ligadas a resultados decorrentes da implementação das actividades dos projectos de desenvolvimento da pesca artesanal na ilha, designadamente o Projecto de Promoção da Pesca Artesanal em Fogo e Brava (1992-1995)³ e o projecto FOPESCA, ambos financiados pela Cooperação Alemã, bem como dos impactos que resultam da continuidade dos efeitos sustentáveis daqueles projectos – ver resumos dos projectos. O impacto destes projectos foi complementado ainda com intervenção de outros projectos de carácter nacional, dos quais o projecto PDPA – BAD/FIDA assume importância particular, especialmente nas suas vertentes motorização e crédito. Também os projectos executados pelo INDP no âmbito do Orçamento de Investimentos, pelo seu carácter nacional tiveram um impacto significativo nas tendências verificadas.

De entre as actividades implementadas por aqueles projectos, sublinham-se a introdução de embarcações melhoradas, motores fora de borda, infra-estruturas de apoio, melhoramento dos circuitos de comercialização do pescado na ilha aliado a implementação de pequenos créditos e caixas de poupança, maior inserção da mulher nas actividades da pesca, introdução de práticas de pesca de pequenos pelágicos com rede de cerco, formação e assistência técnica, confecção de redes e conservação de pescado.

³ - Executado pelo IDEPE - DEPA integrado no Gabinete Fogo-Brava, sucedeu a componente pescas do anterior projecto integrado para aquela região, entre 1986 e 1989 – fora do período em estudo.

Tabela ? – Medição do impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal na ilha do Fogo no período 1989-1999

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1991</i>	
	Valor absoluto	%
<i>Captura média (tonelada)</i>	77,3	25
<i>Rendimento bruto médio (contos)</i>	41 847	94
<i>Produtividade média por bote (toneladas)</i>	0,1	4,6
<i>Produtividade média por pescador (toneladas)</i>	0.13	18.6
<i>Número médio de pescadores</i>	27	6

Do ponto de vista socio-económico a avaliação revela um impacto que se pode considerar positivo para o sector da pesca artesanal na ilha, embora em escala muito menor quando comparada com o impacto dos projectos de pesca artesanal nas demais ilhas. (tabela ???). Os resultados de um inquérito aos operadores da pesca na ilha mostram que apenas cerca de 31 % dos operadores adquiriram casa própria ou suportam os encargos da habitação com recurso aos rendimentos da pesca artesanal. Cerca de 9 % moram em habitações sociais do Estado e outros 9 % receberam as respectivas casas por herança. Assim sendo, os dados do inquérito, bem como os resultados das entrevistas às instituições da ilha, relacionadas directa ou indirectamente, com o sector da pesca artesanal (Câmaras Municipais dos dois concelhos, alguns micro-empresários e ainda alguns responsáveis do projectos – ver relatórios de visita de terreno) dão uma certa consistência a estas conclusões. Não obstante uma ideia global do impacto positivo dos projectos, as instituições questionam-se a sustentabilidade, o realismo e a adequação de determinadas opções, o que deixa no ar alguma inconsistência que será necessário estudar e ultrapassar em projectos futuros.

12.2 Impacto biológico

A evolução da CPUE no Fogo, tal como nas demais ilhas de Sotavento à excepção da Brava, mostra valores médios muito abaixo dos níveis nacionais, com um crescimento médio anual ligeiramente negativo, tendendo para nulo, e uma acumulação negativa ao longo do período em cerca de 3 kg (17 %).

Se atendermos que se verificou um aumento considerável das principais componentes do esforço de pesca durante o período (13 % do nº de pescadores, 158,4 % de motores e 30,8 % de botes), e era de se esperar que, com maior eficiência do esforço, vulnerabilidade e disponibilidade do recurso, se registasse capturas superiores aos verificados. A não verificação desta previsão lógica, implica necessariamente que, ou o esforço de pesca não foi suficientemente eficiente ou os recursos não responderam positivamente. Não se podendo concluir sobre um ou outro diagnóstico, o crescimento tão baixo ou nulo da CPUE nos leva a concluir sobre uma eventual estado de saturação da pesca artesanal na ilha do fogo que, sem pôr em causa a sustentabilidade dos resultados actuais, não nos permite pensar em aumentos futuros sustentáveis das quantidades capturadas, pela via do aumento do esforço de pesca.

Entretanto convém mencionar que, nos casos em que os recursos permitem um aumento da taxa de exploração, uma maior aproximação entre o esforço nominal e o esforço efectivo, poderá significar

um aumento do esforço de pesca do ponto de vista do recurso (aumento efectivo da mortalidade por pesca) sem que haja necessariamente um aumento do esforço de pesca do ponto de vista do pescador (o conjunto de meios disponibilizados para uma operação de pesca durante um determinado intervalo de tempo sobre um determinado recurso-alvo). **Recomendar mais formação em técnicas de pesca, criação de condições de segurança, etc... como forma de promover maior eficiência do esforço.**

Tabela ? – Medição do impacto biológico dos projectos de pesca artesanal na ilha do Fogo durante o período 1989-1999

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1989</i>	
	Valor absoluto	%
<i>CPUE (kg)</i>	- 3	- 17
<i>Número de motores</i>	49	158,4
<i>Número de botes</i>	41	30,2
<i>Número de pescadores</i>	55	13

Em relação a esta ilha, tal como se procedeu em relação a Santo Antão, não se podia analisar e medir o impacto biológico dos projectos, sem uma atenção especial à prática condenável de pesca com explosivos. Trata-se de uma prática nefasta com consequências desastrosas no equilíbrio biológico de todo o ecossistema, além de uma eficiência extremamente reduzida.

Nesse contexto, toda a actividade de projectos que tenha apresentado e divulgado técnicas alternativas à pesca com dinamite, teve um impacto positivo ao nível dos recursos. Neste particular concluiu-se portanto que o impacto biológico dos projectos de pesca artesanal, seja na promoção de uma frota melhorada e com melhores meios de propulsão, seja na formação e vulgarização da técnicas de pesca de pequenos pelágicos com rede de cerco, é manifestamente positivo, sendo de destacar, num e noutro caso, o Projecto de Promoção da Pesca Artesanal em Fogo e Brava (1992-1995) e o projecto FOPESCA, ambos financiados pela Cooperação Alemã, bem como o projecto PDPA BAD/FIDA, financiado conjuntamente pelo BAD e pelo FIDA.

Por outro lado, e tal como se procedeu para o caso de Santiago, não se podia analisar e nem medir o impacto biológico dos projectos nesta ilha, sem uma atenção especial à reduzida extensão da plataforma continental. Esta situação torna os recursos vulneráveis a sobre-exploração, motivada por uma pressão excessiva da pesca artesanal.

Um inquérito levado a cabo junto dos pescadores do Fogo revelou que durante o período, 69.6 % dos pescadores desenvolveram as suas actividades de captura em novos bancos, 86.7 % aumentaram o esforço efectivo de pesca (maior número de anzóis por faina) e, 45.5 % aumentaram a duração da faina de pesca. Estes dados revelam um aumento extremamente significativo da pressão de pesca sobre o recurso, seja pelo alargamento das áreas de pesca, seja pelo aumento do esforço efectivo por viagem de pesca (aumento do número de anzóis e da duração por faina). O facto da CPUE não aumentar em resultado de um aumento do esforço, confirma constatação geral de que, no estado de exploração actual, também não existem, ao nível dos recursos, margens para se promover um aumento da produção artesanal na ilha do fogo.

13. BRAVA

13.1 Impacto socio-económico

A ilha da Brava é de entre as demais ilhas aquela que apresenta um padrão de desenvolvimento da pesca artesanal dos mais equilibrados, o que, a avaliar pela tendência progressivamente crescente dos principais parâmetros revela indicadores fortes de sustentabilidade dos resultados obtidos com a implementação dos projectos de pesca artesanal. A evolução das capturas na ilha da Brava seguiu sempre uma tendência nitidamente crescente, em ritmo muito superior a evolução nacional com um impacto em relação a 1990, de 111,5 toneladas média anual o que equivale a um aumento de 71,5 %.

A evolução média anual do rendimento bruto segue uma tendência segundo padrão idêntico ao das capturas, em ritmo significativamente superior a média nacional, atingindo em média, um aumento anual de 37 566 contos em relação a 1989 correspondendo a um aumento de 184 %.

A produtividade por bote e por pescador apresentam também tendências evolutivas crescentes e com valores relativamente elevados, com ligeiras oscilações e que se situam em 1,43 e 0,37 toneladas médias anuais acima de 1989 ou seja 60,3 % e 26,4 % respectivamente. O número de pescadores evolui também segundo uma tendência essencialmente crescente e superior ao ritmo nacional atingindo durante o período uma média anual superior a 1989 em 42 pescadores, ou seja cerca de 31 % superior.

As tendências de desenvolvimento que se estabeleceram na Brava a partir de 1989 estão ligadas, de entre outros, a resultados decorrentes da implementação das actividades do Projecto de Promoção da Pesca Artesanal em Fogo e Brava (1992-1995)⁴ e ao projecto FOPESCA, ambos financiados pela Cooperação Alemã. Tais impactos resultam também da continuidade dos efeitos sustentáveis daqueles projectos – ver resumos dos projectos, complementados com a intervenção de outros, de carácter nacional. Neste particular o projecto PDPA – BAD/FIDA assume grande importância, especialmente a nível da motorização da frota artesanal e do estabelecimento de programas de crédito. Acrescentam-se ainda projectos de âmbito nacionais, executados pelo Estado através do INDP no quadro do Orçamento de Investimentos.

As actividades levadas a cabo por aqueles projectos tiveram o seu interesse essencialmente na introdução de embarcações melhoradas, aquisição e distribuição de motores fora de borda, construção de infra-estruturas de apoio, aperfeiçoamento e consolidação dos circuitos de comercialização do pescado para fora da ilha – essencialmente para a capital do país na ilha de Santiago, todas estas actividades, aliadas a implementação de pequenos créditos, introdução de práticas de conservação de pescado, formação e assistência técnica.

⁴ - Executado pelo IDEPE - DEPA integrado no Gabinete Fogo-Brava, sucedeu a componente pescas do anterior projecto integrado para aquela região, entre 1986 e 1989 – fora do período em estudo.

Tabela ? – Medição do impacto socio-económico dos projectos de pesca artesanal na ilha da Brava no período 1989-1999

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1991</i>	
	Valor absoluto	%
<i>Captura média (tonelada)</i>	111,5	71,5
<i>Rendimento bruto médio (contos)</i>	37 566	184
<i>Produtividade média por bote (toneladas)</i>	1,43	60,3
<i>Produtividade média por pescador (toneladas)</i>	0,37	26,4
<i>Número médio de pescadores</i>	42	31

Do ponto de vista socio-económico a avaliação aqui apresentada revela um impacto extremamente positivo para o sector da pesca artesanal na Brava, em escala muito maior quando comparada com o impacto dos projectos de pesca artesanal em ilhas vizinhas de Santiago e Fogo. (tabela ???). A elevada expressão de tais impactos está também relacionada com factores intrínsecos a própria natureza da pesca artesanal na ilha, prioritariamente orientada para espécies de alto valor comercial num mercado de preferência que é a capital do país (crustáceos - lagosta, demersais de fundos rochosos, e grandes pelágicos – serra e atuns) através de uma pesca que envolve relativamente poucos custos de produção e que, do ponto de vista dos recursos explorados, também é bastante selectiva. Esta avaliação é ainda corroborada não só pelas informações resultantes do inquérito aos operadores da pesca na ilha - cerca de 91 % dos operadores adquiriram casa própria ou suportam os encargos da habitação com recurso aos rendimentos da pesca artesanal - como também pelas entrevistas efectuadas micro-empresários e responsáveis do projectos – ver relatórios de visita de terreno). No caso desta ilha as garantias de sustentabilidade se apresentam muito maiores do que na ilha vizinha do Fogo, situação essa que decorre das próprias condições naturais da ilha e a sua propensão a um contínuo desenvolvimento da pesca artesanal.

13.2 Impacto biológico

A evolução da CPUE na pesca artesanal da Brava mostra uma tendência bastante acima dos valores nacionais durante uma primeira fase até 1991, coincidentemente um período de baixa motorização. O aumento do esforço de pesca que se seguiu a motorização não se traduziu num aumento efectivo das capturas, fazendo baixar consideravelmente a CPUE para valores próximos da média nacional embora situando-se ligeiramente acima até o final do período. Uma variação negativa ao longo do período em cerca de 18 kg, equivalente a 29,4 % inferior a 1989, foi o resultado de um crescimento médio anual negativo de 2 kg. Entretanto, se atendermos que em 1992 se registou-se um aumento brusco do esforço de pesca, essencialmente pelo aumento da taxa de motorização, é de se admitir que nos anos seguintes a não recuperação dos níveis de CPUE demonstra uma certa ineficiência da pesca aliada eventualmente a um limite de resposta dos recursos.

Em 1989-1991, terá havido uma grande ineficácia do esforço, justificando toda a variação globalmente negativa durante aquela fase do período. Contudo, se uma variação média anual negativa de 2 kg, não nos permite dizer que tenha havido um impacto negativo sobre o recurso, esse crescimento tão baixo nos leva a concluir sobre uma eventual estado de saturação da pesca artesanal na ilha que, sem pôr em causa a sustentabilidade dos resultados actuais, não nos permite pensar em

grandes aumentos futuros em termos de quantidade capturada, não obstante uma muito maior diversidade de bancos alternativos de pesca (ilhéus Rombo e Seco) do que as ilhas de Santiago e Fogo.

Tabela ? – Medição do impacto biológico dos projectos de pesca artesanal na Brava no período 1989-1999

<i>Parâmetros</i>	<i>Impacto em relação a 1989</i>	
	Valor absoluto	%
<i>CPUE (kg)</i>	- 18	- 25
<i>Número de motores</i>	267	93,9
<i>Número de botes</i>	5	6,8
<i>Número de pescadores</i>	42	30,6

O inquérito efectuado aos pescadores da Brava mostra que praticamente frequentaram os mesmos bancos de pesca, embora tenham aumentado o esforço efectivo de pesca, seja pela via do aumento do número de anzóis por faina (75 % dos pescadores), seja pela via do aumento da duração da faina ($\cong 100$ % dos pescadores). Este aumento significativo do esforço efectivo de pesca, não se traduziu num correspondente aumento das capturas o que denota, de entre outras situações, que os pescadores passaram a despende mais tempo e meios financeiros na procura dos recursos sem contudo obterem maiores rendimentos. Estes resultados confirmam nitidamente um aumento considerável da pressão de pesca sobre os recursos, nesta ilha, sem contudo um aumento significativo da CPUE, corroborando a conclusão que aponta para a não existência, ao nível dos actuais recursos-alvo, de muita margem para se promover um aumento da produção artesanal na Brava pela via do aumento do esforço de pesca.

CONCLUSOES E RECOMENDACOES

BIBLIOGRAFIA

- Alberto S. Marcelino et René H.C. Magermans, Rapport annuel du PAPASA 1990,
- Barreto, A Sociedade de comercialização e apoio à pesca artesanal (SCAPA), breve caracterização. Em reflexões sobre a pesca artesanal em cabo verde.
- Bravo De Laguna, J.1985 – Ressources Halieutiques, pêches et recherches en République du C. Vert;
- Diversos autores, O trabalho de campo- revista de investigação científica
- Faria .A, Estudo da situação actual das exportações da cavala preta (decapterus
- Hanek, A pesca artesanal em cabo verde, 1996
- IEFP, Inquérito as Forças do Trabalho, 1996
- INDP, Boletins estatístico dos anos 89 a 99
- INDP, Diagnósticos do Sector da Pesca Artesanal em Cabo Verde , 97-99
- INDP,1994 – Primeiro encontro nacional de pesca responsável
- INE, Anuário estatísticos dos anos 80 a 90
- INE, Censos dos anos 80 e 90
- INE, Resultados preliminares do censo de 2000.
- M.J.Surpris, La rôle des femmes dans le secteur de la pêche artisanal en république du cap vert, Março de 1994
- macarellus). INDP, DPD, janeiro de 1999
- Mesa redonda sobre PAPASA, 30 de novembro 1992
- MT*TM, Balanço do III PND- Sector das Pescas, 1996
- MT*TM, GEP, Diagnóstico dos sectores Pescas, Marinha e Portos, Setembro 1996
- MTTM, GEP, II PND- Sector das Pesca, 86-90
- PAPASA, .Financial report 1991
- PAPASA, Financial report 1990
- PAPASA, Relatório de execução do projecto de apoio à pesca artesanal de Santo Antão referente ao ano de 1989.
- PAPASA, Relatório semestral PAPASA- janeiro - junho 1993, por Renato Delgado
- PEAP, Projecto especial de apoio a pesca, Relatório financeiro
- Relatório semestral PAPASA- janeiro - junho 1992 por Alberto S Marcelino e Gemma N.C.Suij
- Réne H.C. Magermans., La pêche à Santo Antão, Março 1992
- Secretária de Estado das Pescas, Reflexões sobre a pesca artesanal em Cabo Verde, 1985
- Secretaria de estado de luta contra a pobreza, Programme national de lutte contre la pauvreté, Praia junho 1999

Tavares Mecildes, “O desenvolvimento da pesca e a sua modernização recente”. Em Investigação e Gestão Haliêuticas em Cabo Verde, actas da reunião realizada em Mindelo, 10 e 11 de dezembro de 1996

Tenreiro de Almeida. J, Analise Económica de Projectos de Desenvolvimento, 1995

Tettley Ernest. O, Socio economic study artisanal fisheries in cape verde, 1999

ANEXOS